**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL**

SELMA SUELI SANTOS GUIMARÃES

**Aspectos sociais, históricos e culturais como validação das escolhas
lexicais: um estudo sobre atlas linguísticos**

Versão corrigida

SÃO PAULO

2013

SELMA SUELI SANTOS GUIMARÃES

**Aspectos sociais, históricos e culturais como validação das escolhas
lexicais: um estudo sobre atlas linguísticos**

Tese apresentada ao Departamento de
Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Doutor em
Linguística.

Área de Concentração: Semiótica e
Linguística Geral

Orientadora: Profa. Dra. Irenilde Pereira dos
Santos
Versão corrigida

SÃO PAULO

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G963a GUIMARÃES, Selma Sueli Santos
Aspectos sociais, históricos e culturais como
validação das escolhas lexicais: um estudo sobre
atlas linguísticos / Selma Sueli Santos GUIMARÃES ;
orientadora Irenilde Pereira dos SANTOS. - São
Paulo, 2013.
159 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Linguística. Área de concentração:
Semiótica e Linguística Geral.

1. Geolinguística. 2. Dialetoлогия. 3. Léxico. 4.
Análise do Discurso. 5. Memória discursiva. I.
SANTOS, Irenilde Pereira dos, orient. II. Título.

GUIMARÃES, Selma Sueli Santos Guimarães. **Aspectos sociais, históricos e culturais como validação das escolhas lexicais:** um estudo sobre atlas linguísticos. Tese apresentada ao Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Defendida em: 26 de abril de 2013

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Irenilde Pereira dos Santos – USP
Orientadora

Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone – USP

Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes – UFU

Profa. Dra. Adriana Cristina Cristianini – UFU

Profa. Dra. Maria Teresa Nastri de Carvalho – FA

Aos meus pais, Ekel e Elza, exemplos de amor inquestionável, ao Augusto, esposo, amigo e companheiro, aos nossos filhos, Pedro e Lucas, “herança do Senhor” e “flechas na mão do guerreiro”.

Agradeço

A Deus, com quem “está a sabedoria e a força; [o] conselho e [o] entendimento”. Sem Ele, não teria sido possível empreender essa tarefa.

À Profa. Dra. Irenilde Pereira dos Santos, mestra, orientadora, conselheira e amiga, que despertou meu interesse, ao me apresentar, de modo surpreendente, os estudos geolinguísticos. Irenilde acreditou em mim e conduziu, com conhecimento, zelo, precisão e rigor, a realização deste estudo, ensinando-me que a excelência da pesquisa está na busca incessante e determinada.

Aos membros da Banca do Exame de Qualificação, Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes e Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho, pelas preciosas e oportunas contribuições.

Ao Prof. Dr. João António das Pedras Saramago, da Universidade de Lisboa, que prontamente aceitou o convite para ser o co-orientador estrangeiro. Ele orientou meus passos em terras lusitanas e colaborou com valiosas sugestões. João foi mais que um orientador, um amigo.

À Profa. Dra. Isabel Maria de Almeida Santos, da Universidade de Coimbra, que possibilitou e contribuiu com a pesquisa do Inquérito Linguístico Boléo.

À Assistente Técnica da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Sra. Lucília Couceiro Lourenço, que abriu, literalmente, as portas da biblioteca e as gavetas do armário onde estão arquivados os inquéritos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de Doutorado Sanduíche, na Universidade de Lisboa, em Portugal.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo – USP, em especial ao Prof. Dr. Waldir Bevidas.

Ao corpo docente e aos funcionários do Departamento de Linguística da FFLCH, especialmente à Érica, com quem tive mais contato.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

À Direção da Escola Básica da Universidade Federal de Uberlândia – ESEBA, aos colegas de trabalho, em particular, às colegas da Área de Língua Estrangeira, Ana Cláudia, Kássia, Quênia e Vilminha, que me apoiaram desde o início.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa em Dialectologia e Geolinguística – GPDG/USP, companheiros muito importantes nessa caminhada, cúmplices nos momentos bons e difíceis.

Ao Márcio, meu irmão, que me hospedou em sua casa, durante o período da pesquisa.

À amiga Rejane, que dividiu comigo o conforto do seu carro, nas idas e voltas da USP, uma vez por semana, durante um semestre.

À amiga Ana Cláudia que traduziu o resumo para o inglês e à amiga Zeina que revisou minha tradução do resumo para o francês.

Aos meus pais, pelo amor inesgotável, pela compreensão e educação, ao longo da minha vida e, especialmente, pelo apoio ininterrupto durante o período da pesquisa.

Ao Augusto, esposo e amigo, por me ouvir falar sobre a pesquisa, por me ajudar com opiniões importantes e por estar sempre ao meu lado.

Ao Pedro e ao Lucas, filhos amados e presentes em todos os momentos, inclusive quando lhes pedia para ouvir e opinar sobre meu texto. Pedro ajudou com a revisão do texto e Lucas com a formatação.

*Certas palavras não podem ser ditas
em qualquer lugar e hora qualquer.
Estritamente reservadas
para companheiros de confiança,
devem ser sacralmente pronunciadas
em tom muito especial
lá onde a polícia dos adultos
não adivinha nem alcança.*

*Entretanto são palavras simples:
definem
partes do corpo, movimentos, atos
do viver que só os grandes se permitem
e a nós é defendido por sentença
dos séculos.*

E tudo é proibido. Então, falamos.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

GUIMARÃES, Selma Sueli Santos. **Aspectos sociais, históricos e culturais como validação das escolhas lexicais:** um estudo sobre atlas linguísticos. 2013. 159 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Este estudo tem como objetivo geral apresentar uma análise discursiva das respostas dos sujeitos às questões do Questionário Semântico-Lexical cujos conceitos orientadores da pesquisa geolinguística são: “árvore”, “chuva miúda e demorada”, “chuva de pedra”, “Via-Láctea” e “arco-íris” no *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR* e no *Inquérito Linguístico Boléo – ILB*. A análise toma por referência os processos e condições de produção da linguagem por meio da relação entre a língua e os sujeitos que a falam e também as situações em que se produz o dizer (ORLANDI, 2001a, p. 16). Com base nos postulados da Análise do Discurso de linha francesa, o interesse deste estudo “reside na investigação dos itens lexicais empregados pelos sujeitos-entrevistados em suas respostas, na atividade discursiva” (SANTOS, 2012, p. 42). Pretende-se mostrar que as escolhas lexicais não são feitas de maneira inocente, que elas deixam entrever as diferentes formações discursivas nas quais se inscrevem os sujeitos ao enunciarem, tornando válidas suas escolhas lexicais. O enfoque teórico conjuga contribuições advindas da Geolinguística, da Dialetoлогия e da Análise do Discurso de linha francesa. Para a compreensão da escolha e uso de diferentes itens lexicais dados como respostas pelos sujeitos-entrevistados às questões selecionadas, fez-se necessário recorrer à história com o intuito de explicitar os processos socioideológicos que viabilizam a presença desses enunciados e os referendam como integrantes de uma dada formação discursiva. Tendo realizado esse percurso, é possível afirmar que, na Geolinguística, as diferentes designações que os sujeitos atribuem ao mundo dito real não podem ser consideradas unicamente como uma simples lista de itens lexicais mais empregados por esses sujeitos. Nesse sentido, é possível dizer que as diversas escolhas lexicais, produzindo novos efeitos de sentido, se constituem no registro da memória discursiva na qual se inscrevem esses sujeitos e da qual eles se apropriam em suas interações. Para além do trabalho geolinguístico, vislumbra-se a fala de sujeitos integrantes de determinados grupos sociais e históricos. Sua fala, perpassada por sentimentos, credences, superstições ou costumes próprios desses sujeitos, revela os vários discursos de que participam, os quais, produzindo sentidos entre os locutores, desvelam as transformações sócio-históricas de um grupo social. Esse fato reforça a ideia de que o sentido se produz em um espaço social diretamente ligado à inscrição ideológica do sujeito, pois sua voz revela esse espaço social no qual ele se inscreve.

Palavras-chave: Geolinguística. Dialetoлогия. Léxico. Análise do Discurso. Memória discursiva.

ABSTRACT

GUIMARÃES, Selma Sueli Santos. **Social, historical and cultural aspects as lexical choices validation**: a study of geolinguistics atlas. 2013. 159 f. Thesis (Doctoral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

This study aims at presenting a discursive analysis of the subjects' responses to questions from the Questionnaire for Semantic-Lexical whose concepts guiding the linguistics research are: "árvore", "chuva miúda e demorada", "chuva de pedra", "Via-Láctea" and "arco-íris" from the *Linguistic Atlas of Paraná - ALPR* and from the *Linguistic Inquiry Boléo - ILB*. The analysis takes as reference the processes and the condition of language production considering the relation between language and subjects who speak it and also the situations in which their speech is produced (ORLANDI, 2001a, p. 16). Based on the French Discourse Analysis framework, the interest of this study "is the investigation of lexical items used by subjects in their answers, in a discursive activity" (SANTOS, 2012, p. 42). It is intended to show that lexical choices are not so innocent, they glimpse the different discursive formations of the subjects who enunciate, making valid their lexical choices. The theoretical approach combines contributions from Geolinguistics, Dialectology and French Discourse Analysis. To understand the choice and use of different lexical items used by the subjects in their answers, it was necessary to resort to history in order to explain the social and the ideological processes that enable the presence of these statements and endorse them as part of a given discursive formation. We can say that, in Geolinguistics, the different designations used by individuals to describe the so called real world can not be considered only as a simple list of lexical items used by these subjects. In this sense, it is possible to say that the lexical choices, as they produce new meaning effects, are constituted by a discursive memory register to which these subjects belongs and from which they appropriate during their interactions. Apart from the geolinguistic approach, this research glimpses the speech of subjects who belong to certain social and historical groups. Their speech, which is pervaded by feelings, beliefs, superstitions or customs, reveals the various discourses in which these subjects participate, which, producing meanings between speakers, unveil the socio-historical transformations of a social group. This reinforces the idea that meaning is produced in a social space directly connected to the subject ideological affiliation, for his voice reveals the social space to which he belongs.

Keywords: Geolinguistics. Dialectology. Lexicon. Discourse Analysis. Discursive memory.

RÉSUMÉ

GUIMARÃES, Selma Sueli Santos. **Des aspects sociaux, historiques et culturels comme validation des choix lexicaux**: une étude sur les atlas linguistiques. 2013. 159 f. Thèse (Doctorat) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

Cette étude a pour objectif général de présenter une analyse discursive des réponses des sujets aux questions du Questionnaire Sémantique-Lexical dont les concepts orienteurs de la recherche géolinguistique sont: “árvore”, “chuva miúda e demorada”, “chuva de pedra”, “Via-Láctea” et “arco-íris” dans l’*Atlas Linguistique du Paraná – ALPR* et dans l’*Investigation Linguistique Boléo – ILB*. L’analyse s’appuie sur les processus et les conditions de production du langage à travers la relation entre la langue et les sujets qui la parlent et aussi, sur les situations dans lesquelles se produit le discours (ORLANDI, 2001a, p. 16). Basé sur les postulats de l’Analyse du Discours française, l’intérêt de cette étude “repose sur l’investigation des éléments lexicaux employés par les sujets-interviewés dans leurs réponses, pendant l’activité discursive” (SANTOS, 2012, p. 42). On prétend montrer que les choix lexicaux ne sont pas faits d’une façon innocente, qu’ils laissent entrevoir les différentes formations discursives dans lesquelles les sujets s’inscrivent lorsqu’ils énoncent, ce qui valide leurs choix. L’approche théorique conjugue des contributions venues de la Géolinguistique, de la Dialectologie et de l’Analyse du Discours française. Pour la compréhension du choix et de l’utilisation de différents éléments lexicaux donnés comme réponses par les sujets-interviewés aux questions sélectionnées, il a été nécessaire de recourir à l’histoire pour expliciter les processus socio-idéologiques qui rendent possible la présence de ces énoncés et les référencent comme intégrants d’une formation discursive donnée. Après avoir parcouru ce chemin, on peut affirmer que, pour la Géolinguistique, les différentes désignations que les sujets attribuent au monde dit réel ne peuvent pas être considérées comme une simple liste d’éléments lexicaux les plus employés par ces sujets. Dans ce sens, il est possible de dire que les plusieurs choix lexicaux, en produisant de nouveaux effets de sens, se constituent comme le registre de la mémoire discursive dans laquelle s’inscrivent ces sujets et de laquelle ils s’approprient au cours de leurs interactions. Outre l’approche géolinguistique, cette étude prend en considération le discours des sujets qui font partie de groupes sociaux et historiques définis. Leur discours, imprégné par des sentiments, des croyances, des superstitions ou des coutumes relatifs à ces sujets, révèle les différents discours auxquels ils participent. Ces discours, produisant des sens entre les sujets, dévoilent les transformations socio-historiques d’un groupe social. Ce fait renforce l’idée que le sens se produit dans un espace social directement lié à l’inscription idéologique du sujet, puisque sa voix révèle cet espace social dans lequel il s’inscrit.

Mots-clé: Géolinguistique. Dialectologie. Lexique. Analyse du Discours. Mémoire discursive.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A DIALETOLOGIA E A GEOLINGUÍSTICA	21
2.1 A DIALETOLOGIA EM PORTUGAL E NO BRASIL.....	25
3 LINGUAGEM E DISCURSO	35
3.1 DISCURSO E EFEITO DE SENTIDO.....	37
3.2 SUJEITO, IDEOLOGIA E IDENTIDADE	40
3.3 MEMÓRIA DISCURSIVA.....	45
3.4 ENUNCIADO E ENUNCIÇÃO	49
3.5 SIGNIFICADO E SENTIDO	53
3.6 LÉXICO E ATIVIDADE DISCURSIVA.....	55
4 GEOLINGUÍSTICA E ANÁLISE DO DISCURSO: POSSIBILIDADES DE RECORRÊNCIAS	58
5 MÉTODO E PROCEDIMENTOS.....	68
5.1 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	68
5.2 A PESQUISA GEOLINGUÍSTICA.....	72
5.3 O ATLAS LINGUÍSTICO DO PARANÁ.....	74
5.4 O INQUÉRITO LINGUÍSTICO BOLÉO	76
6 ANÁLISE DOS DADOS	81
6.1 ÁRVORE, MADEIRA OU PAU.....	82
6.2 CHUVISQUEIRO, CHUVA FINA, GAROA OU NEBLINA	92
6.3 CHUVA DE PEDRA, DE GRANITO, DE FLOR OU DE ROSA.....	100

6.4 VIA LÁCTEA	114
6.5 ARCO-ÍRIS	126
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS.....	149

1 INTRODUÇÃO

*Uma língua é o lugar donde se vê
o Mundo e em que se traçam os
limites do nosso pensar e sentir.
Da minha língua vê-se o mar.
Da minha língua ouve-se o seu
rumor; como da de outros se
ouvirá o da floresta ou o silêncio
do deserto. Por isso a voz do mar
foi a da nossa inquietação.
(Vergílio Ferreira)*

É por meio da língua que o homem pode expressar seus pensamentos e ideias, seus questionamentos, suas concordâncias e discordâncias. Pela língua, estabelecem-se os diversos tipos de relacionamentos entre as pessoas; relacionamentos que podem ser comerciais, intelectuais, de trabalho, familiares, afetivos ou outros. Toda pessoa, sujeito falante, vive em um mundo social e faz parte de um processo de interação que não se interrompe jamais, pois, conforme afirma Bakhtin (2004, p. 123), há “uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.)”. Por esse processo de interação o homem se coloca, direta ou indiretamente, em contato com outras pessoas, com outros grupos sociais, com questões políticas e ideológicas, ou seja, com o mundo que o cerca e no qual ele se insere. Ao utilizar a língua, o homem também contribui para sua renovação e transformação; assim, ele é, ao mesmo tempo, usuário e agente modificador de sua língua. Nas palavras de Brandão (1991, p. 5), o homem, “a todo instante, utiliza [a língua] de acordo com uma tradição que lhe foi transmitida, e contribui para sua renovação e constante transformação [...] nela imprimindo marcas geradas pelas novas situações com que se depara”.

Nesse sentido, é possível dizer que a língua é o reflexo da cultura de um povo e que ela possibilita, concomitantemente, a construção e a disseminação dessa cultura. O conceito de cultura ao qual nos referimos é o “conjunto de padrões de comportamento,

crenças, conhecimentos, costumes etc. que distinguem um grupo social” (HOUAISS; VILLAR, 2009).

A perpetuação ou aquisição da cultura é um processo social e não biológico, razão pela qual se usa, às vezes, o termo *herança social* em lugar de cultura. A existência da cultura liga-se à satisfação de necessidades especificamente humanas. O fato fundamental de toda cultura é a linguagem: um sistema de símbolos verbais destinado à comunicação inter-humana. Sem comunicação verbal, nenhuma das formas de vida social tipicamente humana se poderia ter desenvolvido. [...] A cultura é convencionalmente dividida em material (ergológica) e não material (imaterial, espiritual). A primeira abrange o conjunto de todas as objetivações materiais (artefatos); a segunda consiste em todas as maneiras de sentir, pensar e agir, padronizadas e socialmente aprovadas (DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA, 1981).

Câmara Jr. (1955, p. 54), ao relacionar a língua e a cultura (em sentido amplo), afirma que

as aquisições culturais são ensinadas e transmitidas em grande parte pela língua. Assim a LÍNGUA¹, em face do resto da cultura, é — o resultado dessa cultura, ou sua sùmula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir. E mais ainda: só existe funcionalmente para tanto: englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la.

Ferreira (2008, p. 294) afirma que “as palavras reflectem a sociedade que as criou, por isso elas constituem o ponto de encontro entre a língua e a cultura”.

Segundo Brandão (1991, p. 6), para se conhecer verdadeiramente um grupo de pessoas, não é suficiente conhecer sua história, seus hábitos, o lugar onde vive. É necessário ir além e observar como esse grupo humano representa a realidade que está à sua volta, pois, segundo essa autora, “ao falar, um indivíduo transmite, além da mensagem contida em seu discurso, uma série de dados que permite a um interlocutor atento não só depreender seu estilo pessoal – seu idioleto –, mas também filiá-lo a um determinado grupo”.

Brandão (1991) afirma também que é possível identificar, por meio da entonação, do modo de pronunciar, do vocabulário utilizado ou mesmo da escolha frasal que o indivíduo faz, seu país ou região de origem, o grupo social a que pertence, levando-se

¹ Mantivemos o destaque como no original.

em consideração sua escolaridade, sua idade, sua situação socioeconômica e também a situação discursiva (formal ou informal) em que ele se encontra.

A língua portuguesa, falada no Brasil e também em alguns países da Europa, Ásia e África, apresenta uma complexidade e variabilidade expressiva. No Brasil, um país de grande extensão territorial, essa variação é muito significativa e pode ser observada de uma região para outra. Entretanto, segundo Ferreira e Cardoso (1994, p. 21), essa diversidade “não anula a unidade, apenas lhe dá a verdadeira dimensão, tornando-a menos ‘esplêndida’ ou menos ‘notável’ como, inadvertidamente, alguns a defendiam ou ainda a defendem. Unidade e diversidade não se defende, constata-se”. Essa complexidade da língua pressupõe um estudo também rigoroso e complexo da parte daqueles que desejam melhor conhecê-la. Dessa forma, a pesquisa geolinguística é um instrumento essencial, pois permite que se conheçam e registrem os diferentes falares de um grupo.

A Geolinguística cuida em localizar e registrar as variações linguísticas. Ela tem como objetivo ilustrar essas variações, por meio de cartogramas. Cabe esclarecer que, diferentemente dos trabalhos de Geolinguística, antigos e atuais, publicados no Brasil, que utilizam exclusivamente os termos *carta* e *mapa*, optamos pelo termo *cartograma*. Foi no interior do Grupo de Pesquisa em Dialectologia e Geolinguística da Universidade de São Paulo – GPDG/USP que o termo *cartograma* começou a ser empregado por se mostrar mais adequado, uma vez que, na Geolinguística, utiliza-se “um tipo de representação que se preocupa menos com os limites exatos e precisos [...] para se preocupar mais com as informações que serão objeto da distribuição espacial no interior do mapa [...] o que interessa especificamente ao cartograma é o conteúdo, ou seja, as informações” (DEFINIÇÕES DE CARTOGRAFIA). O termo cartograma foi inicialmente utilizado por Cristianini (2007), que contou, para suas pesquisas, com a colaboração da assessora do GPDG/USP, Profa. Dra. Ana Maria Marques Camargo Marangoni, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – USP.

Ao conjunto dos cartogramas linguísticos denomina-se atlas linguístico, cuja importância é inegável, pois, por meio deles, torna-se possível conhecer as variações linguísticas de um determinado grupo de falantes, em um espaço de tempo

determinado. Segundo Ferreira e Cardoso (1994, p. 19), “os atlas linguísticos sempre se constituíram em meta ou aspiração principal dos dialetólogos”.

Os estudos de cunho geolinguístico são importantes porque registram e documentam as variações linguísticas existentes nas áreas pesquisadas e possibilitam a publicação de atlas linguísticos. Vale ressaltar que sua importância vai muito além e ultrapassa a publicação dos atlas. Segundo Santos (2008b, p. 138),

os atlas constituem, na verdade, mananciais para outras pesquisas. Repositórios da fala de sujeitos, numa dada época, enquanto membros de comunidades localizadas em determinadas regiões, eles são o registro de itens lexicais utilizados por aqueles segmentos sociais. Muitas vezes, como não constam de dicionários, glossários e livros, esses itens estão fadados ao desaparecimento. Neste contexto, os atlas são documentos que contribuem efetivamente para o resgate e preservação da língua portuguesa.

Nesse mesmo sentido, Ferreira e Cardoso (1994, p. 20) afirmam que “a publicação de um atlas significa o final de um estágio e o início de uma obra aberta aos estudos dialetais, os mais distintos; é documento irrefutável de uma realidade da língua, diversificada nos seus vários níveis”.

Entendemos, portanto, que os atlas linguísticos publicados se mostram como fontes para outras pesquisas e podem ser tomados como objeto de estudo e análise. Conforme assevera Jordan (1962, p. 212) “num atlas estão expostos os dados de uma experiência linguística, que interessam grandemente aos especialistas, por si sós e sobretudo também pelas perspectivas que abrem”.

Isso posto, formulamos a seguinte pergunta: *É possível tomar os trabalhos geolinguísticos voltados para o aspecto semântico-lexical como objeto de estudo da Análise do Discurso?*

Como probabilidade de resposta, admite-se a hipótese a seguir: *Para além da constatação da variação linguística, por meio da observação atenta das respostas dadas pelos sujeitos ao Questionário Semântico-Lexical, na atividade discursiva, e das notas referentes aos cartogramas, é possível identificar registros da memória discursiva na qual esses sujeitos estão inscritos e da qual eles se apropriam em suas interações.*

Assim sendo, tomamos, como objeto de estudo, o *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR* e o *Inquérito Linguístico Boléo – ILB*. O *ALPR* é o quinto atlas estadual publicado no Brasil e o *ILB* se constitui em uma coleta única de materiais dialetológicos de Portugal continental e dos arquipélagos. Tivemos contato com este último quando da realização de estágio de Doutorado Sanduíche no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL, em Lisboa, Portugal, com o apoio financeiro do Programa da CAPES.

Esta pesquisa pretende, ao tomar estudos geolinguísticos como objeto de análise, ultrapassar a constatação da variação linguística resultante da diferenciação geográfica e social e apontar para uma análise da atividade linguística produtora de sentidos subjacente aos dados e/ou respostas enfocados pelo geolinguista. Buscamos compreender a razão pela qual o sujeito seleciona e utiliza determinados itens lexicais para representar a realidade que o cerca. Acreditamos que a seleção e o uso de determinados itens lexicais estão diretamente ligados ao contexto sócio-histórico no qual eles se realizam. Importante salientar que nos textos de Santos (2005, 2006, 2008a, 2008b, 2011, 2012); de Cristianini (2009, 2012); de Guimarães (2011, 2012); de Soares e Cavalcante (2012); de Carvalho (2012) e de Takano (2012), encontramos análises de diferentes itens lexicais empregados pelos sujeitos em suas respostas ao Questionário Semântico-Lexical, a partir da atividade discursiva produtora de sentidos.

Com base nos postulados da Análise do Discurso de linha francesa, o interesse deste estudo “reside na investigação dos itens lexicais empregados pelos sujeitos-entrevistados em suas respostas, na atividade discursiva” (SANTOS, 2012, p. 42). Pretendemos mostrar que as escolhas lexicais não são feitas de maneira inocente. As escolhas lexicais deixam entrever as diferentes formações discursivas nas quais se inscrevem os sujeitos ao enunciarem, tornando válidas suas escolhas lexicais.

Estamos, portanto, diante de um tema de pesquisa ao mesmo tempo importante e interessante. Sobre a importância de se recorrer aos postulados da Análise do Discurso nos trabalhos geolinguísticos, Santos (2008a, p. 2) declara que “o saber/fazer geolinguístico implica uma atividade discursiva que vai muito além do questionário, das cartas e de outros elementos frequentemente encontrados nos trabalhos de Geolinguística”. Além de importante, o tema é igualmente interessante, pois busca

evidenciar o que está “escondido” por trás das escolhas lexicais dos sujeitos-entrevistados². Dito de outra maneira, busca o “não-dito” naquilo que está dito. Conforme assinala Romão (2007, p. 145), o sujeito,

embora considere familiar e próprio o seu dizer, não o escolhe livremente, visto que não é a fonte originária dos sentidos e que suas palavras sempre remetem a outras palavras já ditas, tomadas emprestadas de outros lugares e seqüestradas da voz de outro(s) vários).

O estudo que aqui se propõe justifica-se também pela contribuição que pode trazer aos mais diversos estudos sobre a língua portuguesa ao apontar para o registro da memória discursiva subjacente aos elementos textuais-discursivos presentes nas respostas dos sujeitos às questões do Questionário Semântico-Lexical. A relevância desse estudo é incontestável, pois, além de tornar possível a identificação da memória discursiva dos grupos sociais estudados, possibilitará relacionar Geolinguística e Análise do Discurso, no sentido de mostrar como a Geolinguística pode ganhar com recorrência à Análise do Discurso e como a Análise do Discurso pode aumentar seu campo de abrangência tomando questões geolinguísticas como objeto de análise.

Esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar uma análise discursiva das respostas dos sujeitos às questões do Questionário Semântico-Lexical cujos conceitos que orientaram a pesquisa geolinguística são: “árvore”, “chuva miúda e demorada”, “chuva de pedra”, “Via-Láctea³” e “arco-íris” no *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR* e no *Inquérito Linguístico Boléo – ILB*, tomando por referência os processos e condições de produção da linguagem por meio da relação entre a língua e os sujeitos que a falam e também as situações em que se produz o dizer (ORLANDI, 2001a, p. 16). A seleção das cinco questões e suas respectivas respostas tomadas como objeto de análise não foi feita de modo aleatório. Selecionaram-se questões cujas respostas trazem marcas linguísticas que evidenciam a presença de diferentes discursos manifestos na voz do sujeito. É importante salientar que, na teoria sustentadora desta análise, “o sujeito é posição no discurso, afetado pela interpelação ideológica que sinaliza quais e como os

² Como fica evidente na citação do parágrafo anterior, as expressões sujeito(s)-entrevistado(s) e sujeito-entrevistador foram inicialmente empregadas por Santos (2012).

³ Conforme Houaiss e Villar (2009), Via Láctea deve ser grafado com letra inicial maiúscula.

sentidos podem ser ditos, parecendo naturais, óbvios e transparentes” (ROMÃO, 2007, p. 144).

Além do objetivo geral mencionado, este estudo tem como objetivos específicos:

- _ apontar um caminho para a investigação da seleção e do uso de determinados itens lexicais em função do processo sócio-histórico no qual eles são produzidos, com base em elementos da Análise do Discurso de linha francesa;
- _ identificar o lugar de onde fala o sujeito, em que grupo social ele está inserido e como esse lugar determina suas escolhas lexicais;
- _ identificar a presença de diferentes discursos entrecruzados⁴ nas respostas dos sujeitos;
- _ identificar e depreender a produção de sentidos e os registros da memória discursiva subjacente aos elementos textuais-discursivos presentes nas respostas do sujeito e também nas notas relativas aos cartogramas, revelando sentimentos, crenças e valores individuais e da sociedade na qual ele está inserido, num determinado tempo social e histórico;
- _ fornecer subsídios, seja do ponto de vista dialetológico, geolinguístico seja do ponto de vista da Análise do Discurso, que possam instigar outras pesquisas linguísticas.

Para atingir os objetivos propostos anteriormente, esta tese está organizada da seguinte forma:

Na **Introdução**, apresentam-se, entre outros, a justificativa, a pergunta de pesquisa, a hipótese, o objetivo geral e os específicos, além de dados elucidativos sobre a estruturação do trabalho.

⁴ A expressão discursos entrecruzados está referendada por Fernandes (2008, p. 26) que, ao conceituar sujeito na Análise do Discurso, diz que ele “não é homogêneo, seu discurso constitui-se do entrecruzamento de diferentes discursos, de discursos em oposição, que se negam e se contradizem.”

O segundo capítulo, **A Dialetoлогия e a Geolinguística**, apresenta a conceituação e o percurso teórico-metodológico dessa área de pesquisa. Parte do surgimento da Dialetoлогия em Portugal e no Brasil e mostra o estágio atual dos estudos geolinguísticos brasileiros.

O terceiro capítulo, **Linguagem e discurso**, apresenta uma reflexão sobre o léxico e, sobretudo, uma reflexão em torno de conceitos básicos da Análise do Discurso, teoria que sustenta a análise do *corpus* do presente trabalho.

No quarto capítulo, **Geolinguística e Análise do Discurso: possibilidades de recorrências**, delineiam-se perspectivas de aproximação e distanciamento entre as duas disciplinas em questão, enfocadas no título do capítulo.

O quinto capítulo, **Método e procedimentos**, discorre sobre a metodologia adotada para a execução da pesquisa. Além disso, apresenta um histórico sobre a pesquisa geolinguística, sobre o *Atlas Linguístico do Paraná - ALPR* e o *Inquérito Linguístico Boléo - ILB*.

No sexto capítulo, **Análise dos dados**, focalizam-se respostas a cinco questões do Questionário Semântico-Lexical utilizado no *Atlas Linguístico do Paraná - ALPR*, elaborado por Aguilera em 1994 e, para a última questão selecionada, além das respostas do *ALPR*, focalizam-se também respostas do *Inquérito Linguístico Boléo - ILB*.

O sétimo capítulo, **Considerações finais**, tece as conclusões sem a pretensão de esgotar a análise discursiva dos enunciados selecionados como objeto de estudo deste trabalho.

Na última parte do trabalho são apresentadas as **Referências**.

2 A DIALETOLOGIA E A GEOLINGUÍSTICA

As descobertas feitas por um atlas são como brechas na muralha: através das fendas será possível penetrar no ignorado. E será necessário voltar sobre a brecha para ampliá-la e encontrar o fruto perseguido.
(Manuel Alvar)

Como exposto anteriormente, para o verdadeiro conhecimento de um povo, é necessário ir além da busca da sua história, de seus costumes, do lugar onde vive esse povo. É necessário observar como esse povo representa a realidade que o cerca, pois é por meio da língua que se manifestam a cultura, a ideologia e a visão de mundo de um grupo humano. A língua é o elemento de mediação entre o homem e a realidade que o circunda, ela é um fato social, histórico e, conseqüentemente, está sujeita a variações. Segundo Coseriu (1980, p. 110), “uma língua histórica apresenta sempre variedade interna [...] podemos nela encontrar diferenças mais ou menos profundas pertencentes substancialmente a três tipos”: i) diferenças diatópicas, ou seja, diferenças relativas ao espaço geográfico; ii) diferenças diastráticas ou diferenças relacionadas aos estratos socioculturais em que a língua é falada e iii) diferenças diafásicas que se referem aos diferentes tipos de estilo, conforme as circunstâncias em que se realizam os atos de fala. Coseriu (1980, p. 111) afirma que “as variedades lingüísticas que caracterizam – no mesmo estrato sócio-cultural – os grupos ‘biológicos’ (homem, mulheres, crianças, jovens) e os grupos profissionais podem ser consideradas como ‘diafásicas’”.

A Dialetoлогия e a Geolinguística são responsáveis pelo estudo e documentação das variações de uma determinada língua. Cabe à Dialetoлогия estudar as variações de uma língua e à Geolinguística é dada a função de ilustrar por meio de cartogramas essa variação observada em um determinado local e em um espaço de tempo igualmente determinado. Segundo Brandão (1991, p. 79), a Dialetoлогия,

em sentido restrito, é a disciplina que se ocupa do estudo de dialetos e falares, isto é, das variedades de natureza geográfica de uma língua. Em sentido amplo, é a disciplina que tem por objeto de estudo os dialetos, estes considerados como quaisquer variedades de uma língua.

De acordo com Dubois et al. (1978, p. 185), entende-se que

o termo dialetologia [...] designa a disciplina que assumiu a tarefa de descrever comparativamente os diferentes sistemas ou dialetos em que uma língua se diversifica no espaço, e de estabelecer-lhe os limites. Emprega-se também para a descrição de falas tomadas isoladamente, sem referência às falas vizinhas ou da mesma família.

Segundo Brandão (1991, p.7), a consciência da variação linguística não é recente. Ela afirma que os gregos já distinguiam quatro variantes regionais em sua língua – o eólico, o jônico, o dórico e o ático; portanto, é deles que provém a noção de dialeto. Na Grécia, esses dialetos eram usados para designar determinados gêneros de literatura: o dialeto eólico era usado para a poesia lírica, o jônico para a poesia épica, o dórico para as odes e o dialeto ático era usado para o drama. Brandão afirma também que, a partir do século IV a. c., os gregos adotaram, baseados no dialeto ático, a *koiné dialektos*, ou seja, a “língua comum”, como meio de comunicação interna. Ela ainda relata que entre os romanos, “cuja sociedade era extremamente estratificada”, também se encontram menções à variabilidade de natureza social e que a linguagem corrente se subclassificava então em *sermo urbanus*, *sermo plebeius* e *sermo rusticus*.

Apesar da observação dos gregos e romanos quanto à variação linguística, a formalização do estudo sistemático das variações, principalmente o estudo de natureza geográfica, só se deu no século XIX e foi na França que a Dialetologia se desenvolveu, “tanto que, em 1881, passou a fazer parte do currículo regular da École Pratique des Hautes Études, de Paris” (BRANDÃO, 1991, p. 8). Entretanto, não se pode deixar de mencionar o italiano Isaia Graziadio Ascoli (1829 – 1907), precursor da Dialetologia românica e fundador da revista *Archive glottological italiano* em 1873. Na França, a Geografia Linguística surgiu com o trabalho inovador de Jules Gilliéron, um professor da École Pratique des Hautes Études. Gilliéron, considerado o fundador da Geografia Linguística, dirigiu, entre 1897 e 1901, uma pesquisa de campo da qual o inquiridor foi Edmond Edmont. Para essa pesquisa, Edmond Edmont percorreu 639 localidades do

território francês durante quatro anos. Em cada localidade, aplicava a um sujeito um questionário que continha no início 1400 perguntas e que, ao final da pesquisa, chegou a contar com 1920 perguntas. Os dados por ele recolhidos eram enviados à Gilliéron que os analisava imediatamente. Da análise dos dados resultou, entre 1902 e 1910, a publicação do *Atlas Linguistique de la France (ALF)*. “Obra pioneira, em cujo bojo se encontram algumas das principais diretrizes do saber/fazer geolinguístico, o ALF é o primeiro de uma série de atlas linguísticos, estudos geolinguísticos e monografias dialetais publicados em diferentes países” (SANTOS, 2012, p. 33).

Apesar de ter sido criticado, o ALF é reconhecido e “o método cartográfico ainda se mostra de excepcional utilidade para o conhecimento das variedades regionais de uma língua” (BRANDÃO, 1991, p.11).

A Geografia Linguística ou Geolinguística é, segundo Dubois et al. (1978, p.307), “o estudo das variações na utilização da língua por indivíduos ou grupos sociais de origens geográficas diferentes”. Jordan (1962, p. 273) afirma que “geografia linguística significa a representação cartográfica do material linguístico com o objectivo de determinar a repartição topográfica dos fenômenos”. Para Coseriu (1982, p.79), Geografia Linguística é

um método dialetológico e comparativo [...] que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas lingüísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados.

Ao discutir sobre os atlas linguísticos e suas vantagens, Coseriu (1982, p. 84) assegura que

os mapas lingüísticos, além de permitirem observações de caráter geral sobre o funcionamento da linguagem como meio de intercomunicação social, revelam a conexão entre a história lingüística e os fatores geográficos ou geopolíticos: permitem comprovar que as inovações nas “línguas” procedem de determinados centros e que a sua difusão se detém em certos limites constituídos por rios, montanhas, fronteiras políticas, administrativas ou eclesiásticas.

Cumpra acrescentar aqui o olhar de Cristianini (2007, p. 50) que, ao se reportar a esses autores e à importância dos atlas linguísticos, afirma que, por meio deles,

é possível visualizar as relações entre o ambiente geográfico e a difusão e distribuição espacial dos fenômenos linguísticos, verificando-se a norma diatópica da localidade. [...] A ideia de se apresentarem os resultados em forma de atlas surgiu quase espontaneamente, por possibilitar perceber, com uma vista de olhos, as particularidades de um dialeto. Se comparado com os estudos dos glossários, foi um passo à frente nos estudos dialetais, pois por meio de um cartograma linguístico podemos visualizar, de maneira sinóptica, as variedades linguísticas de determinada lexia em uma dada área geográfica.

Considerando a importância das pesquisas dialetológicas, Nogueira e Isquierdo (2005, p. 232) afirmam que elas

buscam 'os rastros de velhos mistérios' e, concomitantemente, as pistas para novas descobertas, que revalorizam as minorias sociais, as peculiaridades regionais, o conhecimento local e as experiências individuais, manifestados por meio das palavras, ou seja, do léxico particular, utilizado pelos falantes da língua, para manifestarem suas diferentes formas de interação social.

Ainda sobre o valor dos estudos dialetológicos, Encarnação (2010, p. 91), atesta que

a preocupação em documentar os fatos linguísticos [...] mostrando as variações nas diferentes localidades abordadas, significa não só cristalizar o momento da fala dos sujeitos, mostrar as lexias em uso naquele instante [...], mas também proporcionar material necessário para ser cotejado por outros pesquisadores com uma infinita gama de possibilidades de interpretações que não se limitam à área da Linguística. O tema é fonte inesgotável para vários outros estudos.

As considerações até aqui sumarizadas deixam evidente o valor dos estudos dialetológicos e geolinguísticos e apontam para a evolução qualitativa e quantitativa que se verifica na Dialetologia atual ou contemporânea. Nesse sentido, cumpre acrescentar que a Dialetologia se divide em dialetologia horizontal e vertical. A horizontal ou monodimensional se ocupa apenas das variações geográficas ou diatópicas, isto é, das variações de natureza espacial. A dialetologia vertical ou pluridimensional descreve as variações diastráticas ou de cunho sociocultural. Na opinião de Cardoso (2006, p. 97),

oferecendo uma visão pluridimensional, que convive com a consagrada abordagem monodimensional, a Dialectologia atual, ao delimitar espaços, do ponto de vista lingüístico, caracterizados e definidos, vem buscando estabelecer relações entre as variáveis diatópicas e as variáveis sociais, sejam elas diageracionais, diagenéricas, diastráticas ou diafásicas, com vistas a entender o processo de variação, tomado na sua plenitude, o que conduz a uma melhor compreensão da realidade.

2.1 A DIALETOLOGIA EM PORTUGAL E NO BRASIL

De acordo com Brandão (1991) e Mota e Cardoso (2006), José Herculano de Carvalho apresenta uma proposta de divisão na história dos estudos dialetais em Portugal, reconhecendo duas épocas distintas. Brandão (1991, p. 40) afirma que,

segundo o eminente lingüista português, a primeira dessas épocas, iniciada por volta de 1880, teve como figura de destaque Leite de Vasconcelos, não só pela importância de sua obra, ainda hoje de valor inestimável, mas também pelo incentivo que deu à realização de inúmeros trabalhos, grande parte deles publicada na *Revista Lusitana*, da qual era diretor.

A primeira fase dos estudos dialetais em Portugal se caracteriza por estudos fragmentários e sem o rigor científico que é exigido atualmente para os estudos dialetais. A segunda fase se inicia em 1940 e, segundo Brandão (1991, p. 41), “tem em Paiva Boléo um de seus grandes representantes”, pois foi ele que, em 1940, ao assumir a cadeira de Filologia Portuguesa da Faculdade de Letras de Coimbra, manifestou grande interesse pelos estudos dialetais. Manuel de Paiva Boléo organizou e efetuou, por correspondência, o primeiro estudo sistemático dos dialetos portugueses com a intenção de coletar dados para um futuro atlas lingüístico. Esse inquérito é denominado *Inquérito Lingüístico Boléo (ILB)* e está arquivado na Biblioteca de Língua e Literatura Portuguesas Dona Carolina Michaelis de Vasconcelos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Além desse inquérito, Boléo orientou inúmeras dissertações

de licenciatura de caráter linguístico-etnográfico e traçou o mapa dos dialetos e falares de Portugal.

No Brasil, os estudos dialetais começam com Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca que escreveu em 1826, a pedido do geógrafo italiano Adrien Balbi, um capítulo para o livro *Introduction à l'Atlas ethnographique du globe* em que apresenta características da língua portuguesa falada no Brasil. Segundo Mota e Cardoso (2006, p. 17), Antenor Nascentes propõe uma divisão bipartida para os estudos dialetais no Brasil, em que a primeira fase se estende de 1826, com Borges de Barros, até 1920 com a publicação do livro *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral. A segunda fase, para Nascentes, começa em 1920 e se estende até os dias atuais. Por outro lado, Ferreira e Cardoso (1994, p. 37) reconhecem três grandes fases para os estudos dialetais no Brasil. Na opinião de Mota e Cardoso (2006, p. 18),

a formulação tripartida, apresentada pelas autoras, tem como base identificar e demarcar as três diferentes tendências dominantes em cada uma das épocas consideradas. A contraposição à proposta de Nascentes é apenas uma aparente discordância, pois [...] decorre do fato de haver ele apresentado a sua proposta em 1952 e, justamente a partir dessa data, terem-se incrementado os estudos e a produção no campo da Geolinguística no Brasil.

Conforme a formulação tripartida de Ferreira e Cardoso (1994, p. 37-44), a primeira fase, compreendida entre 1826 e 1920, caracteriza-se pela produção de trabalhos lexicográficos com ênfase nas especificidades do português do Brasil. Desses trabalhos resultaram glossários, dicionários e léxicos regionais.

A segunda fase, iniciada em 1920, tem como característica principal a predominância de trabalhos de cunho gramatical, embora os estudos lexicais continuem sendo produzidos. Ainda com traços de caráter empírico e ausência de trabalho de campo, a segunda fase avança e começa a experimentar “a observação direta à área a descrever-se e a preocupação com uma metodologia de abordagem voltada para o exame da realidade considerada nos seus diferentes aspectos” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 39). Dois trabalhos que se destacam nessa fase são *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral, considerado como uma primeira tentativa de descrever um

falar regional, publicado em 1920, e *O linguajar carioca* de Antenor Nascentes, publicado em 1922.

A terceira fase inicia-se em 1952 quando, com o Decreto 30.643, de 20 de março, o governo brasileiro determina como principal finalidade da Comissão de Filologia da recém-criada Casa de Rui Barbosa a elaboração do atlas linguístico do Brasil. Essa determinação do governo foi regulamentada pela Portaria nº 536, de 26 de maio de 1952, que baixou instruções referentes à execução do decreto de criação do Centro de Pesquisas Casa de Rui Barbosa cuja finalidade principal era, entre outras pesquisas, a elaboração do atlas linguístico brasileiro. A característica dessa fase é a “produção de trabalhos com base em *corpus* constituído de forma sistemática e é marcada pelo início das preocupações com o desenvolvimento e implementação dos estudos de geografia lingüística no Brasil” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 44). Nessa terceira fase, dentre outros, há que se destacar quatro nomes: Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi.

Antenor Nascentes publica, em 1958, o livro *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*, no qual aponta quatro pontos de grande importância para a pesquisa dialetal: os dados sobre o sujeito, as notas sobre a localidade, o questionário e a escolha das localidades. Serafim da Silva Neto publicou em 1955, entre outros, o livro *Guia para estudos dialetológicos*, cuja introdução deixa evidente seu empenho na criação de uma mentalidade dialetológica; ele também fundou a *Revista Brasileira de Filologia* e proferiu conferências e cursos em vários lugares do País. Celso Cunha “reafirmou a necessidade de empreender-se a execução do atlas linguístico do Brasil reconhecendo, todavia, [...] que a impraticabilidade de realização de um atlas nacional indicava o caminho de construção de atlas regionais” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 47). Nelson Rossi inicia sua pesquisa dialetológica na Universidade da Bahia e torna-se o pioneiro na aplicação da Geografia Linguística no Brasil. “A trabalhos preliminares e com o objetivo de ensaiar o conhecimento linguístico da área, seguiu-se [...] a elaboração do Atlas Linguístico da Bahia que veio a se chamar *Atlas Prévio dos Falares Baianos*” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 50).

A publicação do *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB*, em 1963, se constituiu em um marco nos estudos geolinguísticos brasileiros, não apenas por ter sido o primeiro, mas também por sua importância como registro do falar regional da Bahia. Desde a publicação desse primeiro atlas, outros têm sido publicados ou estão em fase de realização.

A data de publicação e a abrangência geográfica de cada um desses atlas é um fator que evidencia o desenvolvimento da história da Dialetologia e da Geolinguística no Brasil, pois segundo Razky, Lima e Oliveira (2006, p. 111),

os primeiros atlas apresentam um intervalo de tempo mais longo entre uma publicação e outra, e se concentram na região Nordeste do país. Mais recentemente, esse espaço temporal entre os atlas tem diminuído. Além disso, outras regiões brasileiras também já possuem atlas linguísticos publicados, como é o caso da região Sul e da região Norte.

A seguir, apresentam-se, em ordem cronológica, os atlas linguísticos publicados até a presente data:

- *APFB – Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI, 1963);
- *EALMG – Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (ZÁGARI et al., 1977);
- *ALPB – Atlas Linguístico da Paraíba* (ARAGÃO; MENEZES, 1984);
- *ALS – Atlas Linguístico de Sergipe* (FERREIRA et al., 1987);
- *ALPR – Atlas Linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994);
- *ALERS – Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul* (KOCH et al., 2002);
- *ALISPA – Atlas Linguístico Sonoro do Pará* (RAZKY, 2004);
- *ALAM – Atlas Linguístico do Amazonas* (CRUZ, 2004);
- *ALS II – Atlas Linguístico de Sergipe II* (CARDOSO, 2005);
- *ALMS – Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul* (OLIVEIRA, 2007);

- *ALPR II – Atlas Linguístico do Paraná II* (ALTINO, 2008);
- *ALECE – Atlas Linguístico do Estado do Ceará* (BESSA, 2010);
- *ALERS – Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul, vol. II* (KOCH et al., 2011).

Além desses, ainda em fase de elaboração, encontram-se os seguintes atlas:

- Atlas Linguístico do Brasil – Projeto ALiB;
- Atlas Linguístico do Acre;
- Atlas Linguístico do Espírito Santo;
- Atlas Linguístico do Maranhão;
- Atlas Linguístico do Mato Grosso;
- Atlas Linguístico do Rio de Janeiro;
- Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte;
- Atlas Etnolinguístico dos pescadores do Estado do Rio de Janeiro;
- Atlas Linguístico do Estado de São Paulo.

Ao se reportar aos estudos geolinguísticos realizados em um país tão extenso como o Brasil, com vinte e seis estados e o Distrito Federal, Aragão (2006, p. 60) afirma ser

pouco o que foi realizado ou está em elaboração [...] Contudo, teses, dissertações e trabalhos monográficos e apresentações em Congressos nacionais e internacionais, analisando os mais diferentes aspectos da língua portuguesa do Brasil, com enfoque dialetal e sociolingüístico, têm surgido com grande frequência no momento atual, mostrando que a Dialetoologia, antes vista como área menos nobre da lingüística, está tendo papel dos mais relevantes no âmbito dos estudos lingüísticos em nosso país.

Acreditamos que os estudos geolinguísticos brasileiros estão em fase de expansão e de aprimoramento despertando o interesse de inúmeros pesquisadores que se debruçam

sobre as questões da variação da língua. Esse avanço da Dialetologia e da Geolinguística se comprova tanto pela publicação dos atlas como pelo registro de um grande número de estudos geolinguísticos que resultaram em dissertações de mestrado e teses de doutorado, dentre os quais, podem ser citados, também em ordem cronológica:

IMAGUIRE, L.M.C. **Estudo com vistas a um atlas linguístico da Ilha de Santa Catarina**: abordagem dos aspectos lexicais. 1999. 2 v. + anexos. Dissertação (Mestrado em Lingüística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Orientador: Edgard José Casaes.

LINO, F.M.M. **Aspectos lingüísticos da fala de Cândido de Abreu**: um estudo geossociolingüístico. 2000. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Estadual de Londrina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Londrina, 2000. Orientador: Vanderci de Andrade Aguilera.

SANTOS, S.S.B. **Estudos geolinguísticos de aspectos semântico-lexicais do campo semântico 'alimentação e cozinha' (questionário do ALiB) no município de Sorocaba**. São Paulo, 2002. 227 p. + anexos. Dissertação (Mestrado em Lingüística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Orientador: Irenilde Pereira dos Santos.

SILVA, M. do P.S.C. da. **Estudo semântico-lexical com vistas ao atlas linguístico da mesorregião do Marajó/Pará**. São Paulo, 2002. 2 v. + anexos. Tese (Doutorado em Lingüística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Orientador: Irenilde Pereira dos Santos.

LAMBACH, J.B. **O léxico da cachaça em Morretes**: resgate e memória. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2002. Orientador: Vanderci de Andrade Aguilera.

TONIOLO, E.J. **Do passado ao presente**: um estudo lexical em Tibagi. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Estadual de Londrina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Londrina, 2000. Orientador: Vanderci de Andrade Aguilera.

FIGUEIREDO, M.B.T. **Léxico da lida com o gado em Camapuã-MS**: um estudo diatópico e diastrático. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2003. Orientador: Vanderci de Andrade Aguilera.

IMAGUIRE, L.M.C. **Estudo geolinguístico de alguns municípios do litoral sul paulista**: abordagem de aspectos semântico-lexicais. São Paulo, 2004. 431 p. + anexos. Tese (Doutorado em Lingüística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Orientador: Irenilde Pereira dos Santos.

ENCARNAÇÃO, M.R.T. da. **Estudo geolinguístico de aspectos semântico-lexicais nas comunidades tradicionais do município de Ilhabela**. 2005. 167 p. + anexos. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Orientador: Irenilde Pereira dos Santos.

SANTOS, S.S.B. **Abordagem semântico-lexical do falar sorocabano, com base no questionário do ALiB**. 2005. 2 v. + anexos, + CD-ROM. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Orientador: Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

CRISTIANINI, A.C. **Atlas Semântico-lexical da região do grande ABC paulista**. 2007. 3 v. + anexos, + CD-ROM. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Orientador: Irenilde Pereira dos Santos.

SILVEIRA, R. **Estudo sociogeolinguístico do município de Iguape: aspectos semântico-lexicais**. 2009. 178 p. + anexos. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Orientador: Irenilde Pereira dos Santos.

ENCARNAÇÃO, M.R.T. da. **Atlas semântico-lexical de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba – municípios do Litoral Norte de São Paulo**. 2010. 741 p. 3 v. + anexos, + CD-ROM. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Orientadora: Irenilde Pereira dos Santos.

VIOLA, W. S. C. **O léxico guiratinguense na perspectiva dialetológica: aspectos semântico-lexicais**. 2010. 1018 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Orientador: Manoel Mourivaldo Santiago Almeida.

AUGUSTO, V. L. D. dos S. **Atlas Semântico-Lexical de Municípios do Estado de Goiás**. 2012. 650 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Orientadora: Irenilde Pereira dos Santos.

SOARES, R. de C. da S. **Atlas Semântico-lexical da região Norte do alto Tietê (ReNAT) - São Paulo**. 2012. 664 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Orientadora: Irenilde Pereira dos Santos.

Soma-se a essas produções, o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Dialetologia e Geolinguística da Universidade de São Paulo – GPDG/USP - que,

fundado em 2004, tem o objetivo de fomentar a discussão e a pesquisa de temas relativos à Dialetologia e à Geolinguística. Atualmente, sob a coordenação da Profa. Dra. Irenilde Pereira dos Santos e da vice-coordenadora, Profa. Dra. Adriana Cristina Cristianini, o grupo conta, como membros pesquisadores, com os professores doutores: Clézio Roberto Gonçalves, Maria Teresa Nastri de Carvalho, Rita de Cássia da Silva Soares e Vera Lúcia Dias dos Santos Augusto⁵ e com as doutorandas: Roseli da Silveira, Selma Sueli Santos Guimarães e Yuko Takano. O grupo conta também com a assessoria da Profa. Ana Maria Marques Camargo Marangoni, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – USP. Em 2005, o GPDG deu início ao projeto coletivo *Estudo sociogeolinguístico do município de São Paulo: o léxico*, que visa à elaboração de um banco de dados do léxico do português falado no município de São Paulo e se utiliza do referencial teórico-metodológico da Geolinguística. Os resultados parciais dessa pesquisa, que se encontra em sua segunda etapa, têm sido divulgados em congressos científicos nacionais e internacionais. O grupo tem organizado eventos no âmbito da pós-graduação, para os quais tem convidado pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Além dessas atividades, os membros do GPDG desenvolvem projetos individuais, cujos resultados têm sido apresentados em congressos nacionais e internacionais, simpósios, seminários, palestras e em publicações.

A mais recente produção do grupo é o livro **Sociogeolinguística em questão: reflexões e análises**. Trata-se de uma coletânea de nove artigos organizados pela coordenadora e vice-coordenadora do grupo. Na Apresentação do livro, as organizadoras afirmam que,

enquanto alguns de seus textos investigam a natureza das relações interdisciplinares que podem ser estabelecidas no âmbito do saber/fazer geolinguístico, outros promovem uma releitura dos procedimentos teórico-metodológicos utilizados na elaboração de atlas linguísticos e atlas semântico-lexicais, e outros, ainda, tratam de temas que se aproximam da variação diatópica e/ou diastrática (SANTOS; CRISTIANINI, 2012, p. 15).

⁵ A Profa. Dra. Márcia Regina Teixeira da Encarnação, que integrou o grupo desde o início, pediu licença das suas atividades em maio de 2012.

João Saramago, o Investigador Principal do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL, ao prefaciар o livro, afirma:

os nove estudos aqui apresentados são uma prova irrefutável do interesse, do valor e da riqueza que constituem os dados linguísticos obtidos pelos métodos geolinguísticos ou sociogeolinguísticos [...]. Na realidade, é de fácil verificação o elevado número de noções teóricas que é possível encontrar nas abordagens práticas, efectuadas por cada um dos autores, bem como a diversidade de perspectivas que um mesmo tema permite (SARAMAGO, 2012, p. 12).

Diante do exposto, não seria redundante reafirmar que a pesquisa dialetal e geolinguística está em plena expansão no Brasil. Segundo Santos (2008b, p. 132), “o exame da produção geolingüística mostra que as monografias dialetais e os primeiros esboços de pesquisa geolingüística da primeira metade do século XX cederam lugar a atlas lingüísticos e estudos geolingüísticos altamente complexos”. Isquierdo (2006, p. 92) afirma que as opções metodológicas utilizadas nos estudos geolinguísticos voltados para a produção de atlas regionais refletem as tendências contemporâneas da Dialetologia e “evidenciam aspectos da história dos estudos dialetológicos e geolingüísticos no Brasil, marcando momentos distintos e até inaugurando uma nova fase desses estudos no Brasil”. Nesse sentido, Mota e Cardoso (2006, p. 19-24) e Isquierdo (2006, p. 92) consideram que uma quarta fase deva ser acrescentada à classificação tripartida proposta por Ferreira e Cardoso (1994) para a dialetologia brasileira. Segundo as pesquisadoras, a retomada do projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) em 1996, durante o Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, realizado em Salvador, na Universidade Federal da Bahia, e a implementação de pesquisas geolinguísticas nas universidades brasileiras, refletida em publicações, comunicações, dissertações, teses de doutorado e projetos de atlas linguísticos regionais, assinalam a transição para uma nova etapa na história da Dialetologia no Brasil. Aragão (2006, p. 61) acredita que a situação atual é promissora, pois já se pode contar com modernos métodos de pesquisa, equipamentos e recursos humanos bem treinados e motivados. Dessa maneira, segundo a autora, a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, em um futuro próximo, “será, sem qualquer dúvida, um marco na história dos estudos dialetais e geolinguísticos no Brasil”.

Tendo feito essa explanação sobre o percurso teórico-metodológico da Dialektologia e da Geolinguística, passamos ao próximo capítulo, no qual se apresentam conceitos básicos da Análise do Discurso, teoria que sustenta a análise do *corpus* deste trabalho.

3 LINGUAGEM E DISCURSO

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente.
(Foucault)

A Análise do Discurso se interessa pela linguagem de uma maneira particular, e, como indica o seu nome, não trata da língua, mas sim do discurso. Segundo Orlandi (2001a, p. 15), etimologicamente, discurso é palavra em movimento, prática de linguagem; portanto, "com o estudo do discurso observa-se o homem falando". Ou seja, é o homem se constituindo, se dando a conhecer, se significando.

A língua, na Análise do Discurso, é compreendida enquanto trabalho simbólico, que faz sentido, ela é parte do trabalho social geral que constitui o homem e sua história. Ela é "aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se" (ORLANDI, 2001a, p. 15). Para a Análise do Discurso, a linguagem não é transparente e, portanto, ela não atravessa o texto buscando um sentido do outro lado. A pergunta que ela coloca é: como este texto significa? A questão a se responder não é "o que", mas sim o "como". A Análise do Discurso leva em conta o homem na história, considerando os processos e as condições de produção da linguagem por meio da relação entre a língua e os sujeitos que a falam e também as situações em que se produz o dizer, ou seja, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade (ORLANDI, 2001a, p. 16). A Análise do Discurso se interessa pela linguagem enquanto prática, fazendo mediação entre locutores e não como instrumento de comunicação. Ela é vista como uma ação transformadora, constituindo identidades; ao significar, o homem se significa.

Nesse sentido, a Análise do Discurso sustentará teoricamente esta pesquisa, pois seu objeto de estudo é justamente o momento da apropriação dessa linguagem pelo sujeito ao dar nome aos objetos diversos que o rodeiam, objetos esses classificados em acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, religião e crença, jogos, alimentação e cozinha, vestuário, vida urbana e outros que são parte integrante de seu dia-a-dia, de seu modo de viver e, por isso, precisam ser nomeados. Essa tarefa de nomear as coisas, tarefa individual e também coletiva, pois depende de uma convenção própria do grupo onde o homem se insere, vem sendo por ele exercida desde os primórdios da humanidade.

Conforme Patterson⁶ (2003, p. 901), “o conceito hebraico de nomear implica ter poder ou controle sobre o que foi nomeado”. Ao se referir ao ato da nomeação, Biderman (1998, p. 92) considera que, “ao nomear, o indivíduo se apropria do real como simbolicamente sugere o relato da criação do mundo na bíblia judaico-cristã [...] em que Deus incumbiu ao primeiro homem dar nome a toda a criação e dominá-la”. Anteriormente, ao discorrer sobre a magia da palavra, Pagliaro (1983, p. 16) também assegura que “possuidor da palavra, o homem tornou-se senhor do mundo da natureza e do mundo dos espíritos”. Cassirer (1972, p. 78), referindo-se à palavra mágica, afirma que

de fato, a palavra, a linguagem, é que realmente desvenda ao homem aquele mundo que está mais próximo dele que o próprio ser físico dos objetos e que afeta mais diretamente sua felicidade ou sua desgraça. Somente ela torna possível a permanência e vida do homem na comunidade; e nela, na sociedade, na relação com um “tu”, também assume forma determinada o seu próprio eu, sua subjetividade.

Ainda sobre o ato da nomeação, Biderman (1998, p. 92) assevera “que o homem desenvolveu uma estratégia engenhosa ao associar palavras a conceitos que simbolizam os referentes”.

⁶ Dorothy Kelley Patterson, editora geral de *A Bíblia da Mulher*, é a responsável pelas notas e artigos de estudo da referida bíblia.

3.1 DISCURSO E EFEITO DE SENTIDO

É preciso que se entenda o que é discurso na acepção de objeto de estudo da Análise do Discurso. Orlandi (2001a, p. 21), ao se referir ao discurso, salienta que não se trata de transmissão de informação apenas, mas assegura que o discurso é um processo de significação no qual emissor e receptor não se separam de forma estanque, “pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos”. Fernandes (2008, p. 13) explica com muita propriedade essa questão e diz que, enquanto objeto da Análise do Discurso, discurso “não é a língua, nem texto, nem a fala, mas que necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material [...] discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística”.

Ao se referir ao recorte teórico efetuado pela Análise do Discurso relacionando língua e discurso, Orlandi (2001a, p. 22) afirma que “a língua é [...] condição de possibilidade do discurso” e que a relação que se instala entre eles “é de recobrimento, não havendo portanto uma separação estável” entre um e outro.

Dito de outra maneira, as palavras ao serem enunciadas estão impregnadas de aspectos sociais e ideológicos. Dessa maneira, conforme assinala Fernandes (2008, p. 13), em uma interlocução, podem-se observar sujeitos em oposição ao se referirem a determinado tema. E são exatamente essas posições contrárias, antagônicas, opostas, adversas, que revelam lugares socioideológicos de onde esses sujeitos falam e “a linguagem é a forma material de expressão desses lugares”. É possível afirmar que a palavra fora do contexto não significa, isto é, não faz sentido, pois é seu vínculo com o que lhe é exterior que possibilita ao homem seu reconhecimento, capacitando-o para, posteriormente, apropriar-se dela e, então, ser capaz de utilizá-la em diferentes situações. De acordo com Orlandi (2001a, p. 20), “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se

constituíram e que no entanto significam em nós e para nós”. Ao relacionar léxico e discurso, Nunes (2006, p. 152) afirma que

o fato lexical é um fato social e, assim sendo, está sujeito às forças sociais, que permeiam as relações entre os sujeitos. Na articulação com o discurso, a descrição lingüística atenta para esse fato, levando em consideração que as mesmas palavras podem ter sentidos diferentes, conforme as posições sustentadas pelos sujeitos.

Conforme ainda atesta Nunes (2006, p. 153), para estudar o léxico é preciso pensar o funcionamento da língua, considerando que esse funcionamento não é literalmente autônomo, “mas sim permeado de falhas, reajustes, reestruturações. Isso porque a língua é afetada pelo discurso, que move suas sistematicidades. Trata-se de estudar a língua sabendo-se que há história, e, portanto, sabendo-se que a língua pode ser outra”.

Sobre a conceituação de discurso, em “sentido pleno”, Foucault (1995, p. 135-136) afirma:

chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. [...] É histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo.

Ao se examinar as respostas dadas às questões do Questionário Semântico-Lexical, buscaremos identificar o lugar de onde fala o sujeito, em que grupo social ele se insere, ou seja, quais são as ideologias impregnadas nas suas respostas, nas suas escolhas lexicais, considerando-se que o item lexical tem história e que, portanto, seu significado depende do contexto no qual ele se insere. Segundo Fernandes (2008, p. 13-14), “as escolhas lexicais e seu uso revelam a presença de ideologias que se opõem, revelando igualmente a presença de diferentes discursos que, por sua vez, expressam a posição de grupos de sujeitos acerca de um mesmo tema”.

Não se pode deixar de falar em sentido ao se falar de discurso, pois, segundo Fernandes (2008, p. 14), o sentido integra a noção de discurso, visto que ele é compreendido “como um **efeito de sentidos**⁷ entre sujeitos em interlocução (sujeitos se manifestando por meio do uso da linguagem)”. Nessa mesma perspectiva, Pêcheux (1997, p. 160) afirma que

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Falar em produção de sentidos significa dizer que no discurso os sentidos das palavras são transitórios, não são constantes, nem permanentes, pois dependem do lugar socioideológico de onde são pronunciadas, dependem das posições ideológicas sustentadas por aqueles que as pronunciam. Assim sendo, pode-se dizer que

as palavras como que trocam de roupa, despindo-se do seu velho significado, vestem-se do novo e assim recomeçam, ressurgem das cinzas do velho sentido e se fazem novas [...] os sentidos não se apegam às palavras, pelo contrário, estão fora delas e variam segundo a posição ideológica daqueles que as empregam (GUIMARÃES, 2002, p.40).

Com relação ao sentido da palavra, como ele nasce, como ele se produz, Baccega (2000, p.32) afirma: “o sentido de uma palavra ‘nasce’, produz-se, em geral, a partir de mudanças sociais, a partir de novas teorias, a partir de conteúdos novos - de novas ações humanas, enfim”. Conforme atesta Orlandi (1999, p. 64), para que as

palavras tenham sentido é preciso que já tenham sentido. Assim dizemos que ele [o sentido] é historicamente determinado, pelo interdiscurso, pela memória do dizer: algo fala antes, em outro lugar, independentemente. Palavras já ditas e esquecidas, ao longo do tempo e de nossas experiências de linguagem que, no entanto, nos afetam em seu “esquecimento”.

⁷ Mantivemos a expressão em destaque, como no original.

É a história agindo como determinante dos sentidos, portanto, “a noção de sentidos é dependente da inscrição ideológica da enunciação, do lugar histórico-social de onde se enuncia; logo, envolve os sujeitos em interlocução” (FERNANDES, 2008, p. 18-10).

3.2 SUJEITO, IDEOLOGIA E IDENTIDADE

A noção de sujeito, na concepção da Análise do Discurso, não se refere aos indivíduos enquanto seres com existência pessoal individualizada no mundo, nem é a noção “talhada por descrição física, forma empírica e categorias regidas pela cor, classe, idade, etnia etc., tampouco o sujeito afetado pelo afã de assenhorar-se plenamente de suas palavras”. (ROMÃO, 2007, p. 144). A Análise do Discurso considera o sujeito como um ser social, que é compreendido em um espaço coletivo; ou seja, um sujeito que existe em um espaço social e ideológico inserido em um momento histórico definido. “Se não se trata do indivíduo, da pessoa, como uma instância plena de individualidade, como um ser empírico que tem existência particular, não se nega também a existência real dos sujeitos em sociedade” (FERNANDES, 2008, p. 24).

Para melhor compreensão da noção de sujeito, faz-se necessário retomar a noção de discurso na afirmação de Orlandi (2001a, p. 15) de que “com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. O homem falando referenda esse sujeito inscrito em uma realidade social, histórica e ideológica, constituído de diferentes vozes sociais. Orlandi (2001b, p. 100) atesta que “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história”. Segundo a autora, sujeito e sentido não existiriam se não houvesse assujeitamento à língua, isto é, assujeitamento ao jogo da língua na história produzindo sentidos.

Ao se reportar à ideologia, re-significada⁸ pela Análise do Discurso a partir da consideração da linguagem, Orlandi (2001a, p. 45-46) afirma que o trabalho da ideologia é “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”. Orlandi (2001a, p. 47) assegura que para haver sentido é necessário que a língua se inscreva na história e que

o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. [...] Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. [...] O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito.

Orlandi (2001a, p. 49) assegura também que o sujeito só tem acesso à parte do que diz, isto significa dizer que ele é

materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos.

Romão (2007, p. 145) considera que o efeito ideológico que evidencia uma suposta relação de naturalidade entre palavras e mundo, como se os significantes estivessem colados às coisas, decorre da interpelação do indivíduo em sujeito, que faz parecer

evidente que o sujeito diga de um modo e não de outro, supondo serem suas as palavras que mobiliza, apoiando-se na ilusão de que elas expressam seu pensamento mais puro com nitidez e exatidão. Assim, a ideologia é o mecanismo que permite ao sujeito enunciar e acreditar que sua palavra é idêntica à representação que faz do mundo, apagando outros possíveis modos de nomear e dizer.

Segundo Fernandes (2008, p. 24), “a voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade histórica e social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico”. Dizer que o sujeito discursivo é constituído de diferentes vozes sociais implica dizer que o sujeito é heterogêneo e constituído de diferentes discursos em oposição. Na sua voz

⁸ O verbo re-significar é empregado por Orlandi (2001a, p. 45)

ressoam vozes outras advindas de discursos diversos. Na Análise do Discurso, dá-se o nome de polifonia a essas variadas e diferentes vozes presentes na voz do sujeito.⁹ Nesse sentido, pode-se dizer que o sujeito discursivo é heterogêneo e polifônico, constituído pela interação social, possibilitada pela linguagem, num dado momento histórico. Sua constituição é marcada por uma heterogeneidade proveniente de sua interação social em segmentos sociais diversificados. O sujeito discursivo é resultado de uma complexa estrutura, ele surge e existe no discurso, é um sujeito descentrado e situa-se no espaço determinado entre o “eu” e o “outro” (FERNANDES, 2008).

Conforme atesta Romão (2007, p. 144), para a Análise do Discurso,

o sujeito é posição no discurso, afetado pela interpelação ideológica que sinaliza quais e como os sentidos podem ser ditos, parecendo naturais, óbvios e transparentes; assim, a ideologia tece a trama de que certos dizeres estão autorizados a serem tomados como próprios pelo/do sujeito em determinadas condições sócio-históricas, a partir do lugar de onde ele fala e das regiões de poder implicadas nesse falar.

A essas reflexões sobre o conceito de sujeito cumpre acrescentar reflexões sobre a noção de identidade. Assim como o sujeito, a identidade é também compreendida como inacabada, em constante transformação, não fixa, plural. Stuart Hall e Tomaz Tadeu da Silva, entre outros estudiosos, têm apontado a identidade como plural e fragmentada. Segundo afirma Hall (2000, p. 103), nos últimos anos, “está-se efetuando uma completa desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas disciplinares, todas as quais, de uma forma ou de outra, criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada”.

A noção de identidade, desenvolvida por Hall (2000), necessita do exterior para se consolidar, ela é sempre afetada pela história, ela é vista da exterioridade. Essa concepção de identidade

⁹ O termo polifonia foi primeiramente utilizado por Mikhail Bakhtin ao estudar o romance de Dostoiévski. Nesse estudo, Bakhtin apresenta o funcionamento do discurso, por meio do qual se pode observar a complexidade do romance e as diferentes vozes nele inscritas (FERNANDES, 2008, p. 26-27).

*não*¹⁰ assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, “o mesmo”, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Ela tampouco se refere, se pensamos agora na questão da identidade cultural, àquele “eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus – mais superficiais ou mais artificialmente impostos – que um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhadas, mantém em comum” (HALL, 1990). Ou seja, um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma “unidade” imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente superficiais. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p. 108).

Segundo Woodward (2003, p. 30), o sujeito assume diferentes posições, de acordo com os diferentes papéis sociais que exerce, ao ocupar diferentes lugares em momentos diferentes. Segundo ela, diferentes contextos sociais implicam diferentes significados sociais; diferentes ocasiões implicam diferentes “identidades” de um mesmo sujeito. Percebe-se, pois, que sujeito e identidade estão em constante movimento. O sujeito, ao deslocar-se, ocupa diferentes lugares e se mostra “outro, diferente de si, o que atesta o caráter contraditório e inacabado da identidade” (FERNANDES, 2008, p. 33).

Silva (2000), ao relacionar a identidade e a diferença à linguagem, afirma que a indeterminação e a instabilidade da linguagem trazem consequências significativas para a questão da diferença e da identidade culturais, pois “na medida em que são definidas, em parte, por meio da linguagem, a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade” (SILVA, 2000, p. 80). Para esse autor, uma identidade como, por exemplo, “ser brasileiro” não pode ser compreendida fora de um processo de produção simbólica e discursiva, pois “ser brasileiro” não tem nenhum referente natural ou fixo, “ser brasileiro” não tem existência anterior à linguagem e nem pode existir fora dela. “Ser brasileiro” só tem sentido dentro de uma cadeia de significação formada por outras identidades nacionais que também

¹⁰ Mantivemos o destaque como no original.

não são “fixas, naturais ou predeterminadas. Em suma, a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto a linguagem da qual dependem” (SILVA, 2000, p. 80).

Observa-se, portanto, que o caráter instável e indeterminado da linguagem que se mostra como uma “estrutura que balança” (SILVA, 2000, p. 80) influencia a identidade marcando-a pela indeterminação e pela instabilidade. Esse caráter plural e não fixo da identidade corrobora o conceito de sujeito discursivo proposto pela Análise do Discurso. Segundo essa disciplina, o sujeito se constitui no espaço discursivo e sua identidade resulta do posicionamento do sujeito no interior dos discursos.

Reiterando as reflexões sobre sujeito e identidade, podemos dizer que o sujeito discursivo é heterogêneo, constituindo-se pela interação social e verbal em diferentes lugares dentro da sociedade. Podemos afirmar também que ele é polifônico, que em sua voz ecoam vozes outras vindas de diferentes discursos em oposição, o que revela a complexa constituição do sujeito apreendida pela exterioridade. Da mesma maneira, a noção de uma identidade plural, não fixa, mutante, fragmentada e em constante transformação fortalece a compreensão desse sujeito heterogêneo, polifônico e deslocado tanto de seu espaço sociocultural como de si mesmo.

Cumprе salientar que, para esta pesquisa, importa a noção da identidade relacionada, sobretudo, ao aspecto cultural, uma vez que os sujeitos selecionados para as pesquisas geolinguísticas devem se adequar a algumas variáveis sociais. No caso específico do *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR*, os sujeitos-entrevistados, dois em cada localidade, um masculino e outro feminino, deveriam ter idade entre 30 e 60 anos, ser analfabeto ou semi-analfabeto, ter nascido ou vivido na localidade, se casado, o cônjuge deveria também ser da mesma localidade, ser filho de família radicada na localidade, não ter feito longas viagens, nem ter feito o serviço militar, ser ou ter sido agricultor. Para a seleção dos sujeitos do *Inquérito Linguístico Boléo – ILB*, além dessas variáveis citadas, em cada localidade interrogou-se um homem ou uma mulher do povo, com boa memória, que não se envergonhasse da sua linguagem e que não fosse desdentado(a) (BOLÉO, 1978, p. 2-3).

3.3 MEMÓRIA DISCURSIVA

Courtine (2009, p. 5-6), ao discorrer sobre a noção de memória discursiva, afirma que não se trata da memorização psicológica cuja medida cronométrica os psicolinguistas se dedicam a produzir. Para esse autor,

a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado*¹¹ no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos; ela visa o que Foucault (1971, p. 24¹²) levanta a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, “discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer”.

Pêcheux (1999, p. 52), ao se reportar ao papel da memória assevera que

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

De acordo com Fernandes (2008, p. 45),

a noção de memória discursiva não se refere a lembranças que temos do passado, a recordações que um indivíduo tem do que já passou. [...] Esse espaço de memória como condição do funcionamento discursivo constitui um corpo sócio-histórico-cultural. Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. É uma memória coletiva, até mesmo porque a existência de diferentes tipos de discurso implica a existência de diferentes grupos sociais.

Davallon (1999, p. 25) afirma que para existir memória, “é preciso que o acontecimento ou o saber saia da indiferença, [...] deixe o domínio da insignificância, [...] reencontre sua vivacidade; [...] seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos

¹¹ Mantivemos o destaque como no original.

¹² O livro de Foucault ao qual Courtine se refere aqui é *A ordem do discurso* que, neste trabalho, está referenciado com a data de 2009. O trecho citado por Courtine encontra-se em Foucault (2009, p. 22).

diferentes membros da comunidade social”. Nesse sentido, Davallon (1999) lembra as palavras do sociólogo Halbwachs¹³ (1950 apud DAVALLON, 1999, p. 36) que define assim a memória coletiva: “é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que não tem nada de artificial, pois ela só retém do passado o que dele ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém”.

Portanto, é possível dizer que um discurso agrupa a coletividade dos sujeitos que partilham aspectos socioculturais e ideológicos, mantendo-se em oposição a outros discursos. A memória é o que está armazenado e esquecido e possibilita o dizer, o pré-construído, o já-dito, tudo o que está na base sustentando cada apropriação da palavra. É aquilo que atinge os sujeitos sem que eles percebam, está além de seus desejos:

o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas "nossas" palavras. [...] O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia (ORLANDI, 2001a, p. 32).

Se a memória discursiva é condição para o dizer, isto é, significa nas palavras, é porque existe uma relação entre o já-dito e aquilo que se diz agora, ou seja, uma palavra só terá sentido se ela já tiver um sentido anterior. Como argumenta Fernandes (2008, p. 49), “à presença de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma formação discursiva” denomina-se interdiscurso.

Ainda conforme Pêcheux (1999, p. 56),

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

¹³ HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: Presses Universitaires de France. 1950. p. 70.

Diante desses apontamentos, consideramos que o interdiscurso é compreendido como o relacionamento do discurso com um conjunto de inumeráveis discursos, um conjunto que não se pode discernir, que não se pode representar, uma vez que todo discurso faz parte de uma história de discursos, todo discurso é a continuação de discursos anteriores, e, pode, também, ser enxertado em novos discursos. Ele é a possibilidade do dizer. Segundo Gregolin (2001, p. 72), no interdiscurso, entendido como rede de memórias, "ressoa uma voz sem nome. Nele cruzam-se formulações-origem de um domínio de memória [...] e formulações que retomam essas fontes". O interdiscurso é o conjunto de formulações prontas e esquecidas que influenciam o modo de dizer. O que foi dito anteriormente se apaga na memória, torna-se anônimo, "terra de ninguém" e faz sentido nas palavras, isso é o efeito do interdiscurso. O interdiscurso revela a presença de diferentes discursos, originários em momentos históricos diferentes e em diferentes lugares sociais que se entrelaçam no interior de uma formação discursiva.

A noção de formação discursiva, na visão de Pêcheux (1997, p. 160), refere-se ao que "pode e deve ser dito" em determinada "formação ideológica", ou seja, em determinada conjuntura sócio-histórica. Courtine (2009, p. 99), ao se referir a Pêcheux, afirma que "o domínio de saber de uma FD¹⁴ funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (determina 'o que pode e deve ser dito'), assim como um princípio de exclusão (determina 'o que não pode/ não deve ser dito')". Pelas palavras de Foucault (2009, p. 9), "sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa".

Courtine (2009, p. 99-100) acrescenta, ainda, que o fechamento de uma formação discursiva, que delimita seu interior (o conjunto dos elementos do saber) de seu exterior (o conjunto dos elementos que não pertencem ao saber da FD) é fundamentalmente instável: "não consiste num limite traçado, de uma vez por todas, mas se inscreve entre

¹⁴ Courtine (2009, p. 99) utiliza a sigla FD para referir-se a formação discursiva.

diversas FD como *uma fronteira que se desloca*¹⁵, em razão dos jogos da luta ideológica, nas transformações da conjuntura histórica de uma dada formação social”.

Segundo Foucault (1995, p. 43),

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

A partir dessa definição, é possível dizer que os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas respeitam regras de formação que reproduzem as condições de existência, de manutenção, de transformação e de desaparecimento em uma dada formação discursiva, assinalada historicamente.

Para complementar essa reflexão sobre memória discursiva e formação discursiva, torna-se oportuno abordar o conceito de condições de produção. Para Orlandi (2001a, p. 30), as condições de produção compreendem os sujeitos, a situação e também a memória. Segundo ela, “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”.

Conforme afirma Santos (2008a, p. 1), visto que os estudos geolinguísticos e atlas linguísticos se configuram como documentos da variação diatópica investigada num dado tempo histórico e que, do ponto de vista semântico-lexical, eles registram designações que os sujeitos atribuem ao ambiente dito real; é objetivo desta pesquisa mostrar “como esse mundo/espço dito real é elaborado e reelaborado por esses sujeitos, enquanto membros de determinados grupos sociais”, em situações de interlocução e como essa elaboração do real aponta para uma memória coletiva de que os sujeitos se apropriam em suas interações a todo o momento, pois, ainda de acordo com Santos (2008a, p. 5),

¹⁵ Mantivemos o destaque como no original.

os diferentes sujeitos, como membros de determinados grupos sociais, quer como falantes, quer como ouvintes, recorrem à memória de sua comunidade e dela fazem uso, na interação, para produzir discursos e interpretá-los a todo instante. Enquanto fenômeno que se produz no interior de uma comunidade, configura-se como memória coletiva.

Parafraseando Courtine (2008, p. 17), é possível afirmar que a noção de memória foi e continua sendo um investimento interpretativo de grande abrangência, tanto “no que concerne às palavras quanto às imagens”, o que evidencia a importância da manutenção de um quadro de reflexão histórica, pois, segundo ele assegura, “não há memória sem história”.

3.4 ENUNCIADO E ENUNCIAÇÃO

Toda enunciação, marcada pela singularidade, supõe um enunciador, um destinatário, um momento e um lugar particulares e é justamente esse conjunto de elementos que define a situação de enunciação (MAINGUENEAU, 1996, p. 5).

Maingueneau (2000, p. 53-54) afirma também que “a enunciação constitui o pivô da relação entre a língua e o mundo: ela permite representar no enunciado os fatos, mas ela constitui em si um fato, um acontecimento único, definido no tempo e no espaço”.

Segundo afirma Foucault (1995, p. 116), “há enunciação cada vez que um conjunto de signos for emitido”.

Foucault (1995, p. 98-99), ao descrever o enunciado, entendido como “unidade elementar do discurso”, a partir de oposições com outras unidades – a frase, a proposição e os atos de fala, afirma:

o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apóia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus

limites e sua independência. Em seu modo de ser singular (nem inteiramente lingüístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem [...] ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

Para descrever a função enunciativa, Foucault (1995, p. 100-121) enumera quatro características constitutivas do enunciado. A primeira das características abrange a relação do enunciado ao seu “referencial”, sendo o “referencial” aquilo que o enunciado enuncia. Foucault (1995, p. 104) afirma que o enunciado está

ligado a um “referencial” que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade.

A segunda característica do enunciado diz respeito à relação do enunciado com seu sujeito. Foucault (1995, p. 107) assegura que

o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos.

A terceira característica se refere ao fato de que não existe um enunciado isolado, independente, ele sempre está integrado a um conjunto de enunciados, como podemos ouvir na voz de Foucault (1995, p. 113-114):

qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e

deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja.

Essa característica do enunciado atesta sua historicidade e prova sua inserção em uma rede de outros enunciados que o antecedem e/ou sucedem e com os quais ele coexiste, revelando que, a partir de “sua raiz, ele se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual” (FOUCAULT, 1995, p. 113).

A quarta e última característica do enunciado é aquela que se refere à sua condição material, que o faz surgir como objeto, que o constitui. Conforme afirma Foucault (1995, p. 116), a materialidade “é constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data”. Para Foucault (1995, p. 116-117), o enunciado é dotado de “uma materialidade repetível” e se opõe à enunciação, pois enquanto o enunciado pode se repetir, “a enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir”. Apesar dessa possibilidade de repetição, o enunciado nunca será o mesmo, o enunciado está submisso ao

exercício da *função enunciativa*¹⁶, suas condições, suas regras de controle, o campo em que ela se realiza pois entre o enunciado e o que ele enuncia não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica; há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela História, que envolve a própria materialidade do enunciado (GREGOLIN, 2006, p. 89-90).

Ao relacionar enunciado e formação discursiva, Foucault (1995, p. 135) afirma que um enunciado pertence a uma formação discursiva, que lhe confere regularidade e que é “para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e [...] os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência”.

Pêcheux (2006, p. 53) ao discutir o enunciado no interior da Análise do Discurso, na esteira de Foucault, assegura que

¹⁶ Mantivemos o destaque como no original.

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação.

Ainda com relação ao enunciado, Foucault (1995, p. 123) afirma:

chamaremos enunciado a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível.

Retomando as noções de enunciação e enunciado, é possível dizer que a enunciação é singular, única e não se repete. Entretanto, o enunciado, dotado de “uma materialidade repetível” conforme afirma Foucault (1995, p. 116-117), ainda que se repita, nunca será o mesmo, pois ele é dependente, isto é, submisso à função enunciativa na qual ele se realiza. Entre o enunciado e o que ele enuncia existe uma teia de relações envolvendo os sujeitos, a história e o próprio enunciado.

É importante dizer que, para este estudo, a noção de enunciado é muito importante. Com a análise aqui proposta, buscaremos mostrar que os enunciados presentes nas respostas dos sujeitos envolvidos na pesquisa geolinguística são diretamente determinados pelas condições de produção nas quais esses enunciados se realizam. Ou seja, esses enunciados se inscrevem nas formações discursivas de onde os sujeitos enunciam, e é justamente essa inscrição que os torna válidos e que lhes confere sentidos.

3.5 SIGNIFICADO E SENTIDO

Para Saussure (2006, p. 79), o signo linguístico “é uma entidade psíquica de duas faces”. Essas duas faces são denominadas por ele, em princípio, de conceito e imagem acústica. Entretanto, ele propõe designar “as três noções [...] por nomes que se relacionem entre si, ao mesmo tempo que se opõem”. Dessa maneira, ele propõe conservar o termo *signo* para designar o total e substituir *conceito* por *significado* e *imagem acústica* por *significante*, termos que “têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte”.

O signo linguístico de Saussure exhibe características essenciais: a arbitrariedade e o caráter linear. De acordo com Saussure (2006, p. 81), “o laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo linguístico é arbitrário*”. Para exemplificar a arbitrariedade do signo, Saussure se refere à ideia de “mar”. Segundo o autor, a ideia de “mar” não se liga por nenhuma relação interior a sequência de sons m-a-r, que é seu significante. Antes, a ideia de “mar” poderia ser representada por qualquer outra sequência. Portanto, segundo Saussure (2006, p. 82), “todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou [...] na convenção”. Ao argumentar sobre a arbitrariedade do signo, Saussure (2006, p. 83) afirma que a palavra *arbitrário* “não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala”, visto que o signo se estabelece em um grupo linguístico. Ao dizer isso, ele assegura “que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade”.

Com relação à outra característica do signo, Saussure (2006, p. 84) postula que o significante, seja ele de natureza auditiva ou escrita, “desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha”. Para Saussure

(2006, p. 142), é o caráter linear da língua “que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo”.

Outro aspecto considerado importante por Saussure é o valor de um signo. Segundo ele (2006, p. 136), os signos não são definidos por “idéias” que os antecedem, mas por “valores que emanam do sistema”. Nesse sentido, ele afirma que, ao se dizer,

que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são (SAUSSURE, 2006, p. 136).

Ao referir-se ao corte saussureano e à significação, Guimarães (2005, p. 19) atesta que, para Saussure,

tudo no signo é relativo ao conjunto de signos de que faz parte. Não porque os signos se definam por antecendência e depois entrem em relação, mas porque são signos pelo que são as relações do sistema que é a língua. [...] O significado de um signo é o que os outros significados não são. [...] a significação não é uma relação de representação de um signo relativamente ao mundo, aos objetos. A significação não é, de forma nenhuma, a relação com objetos fora da língua.

Segundo Guimarães (2005, p. 20), Saussure suprime qualquer relação da língua com o exterior: “o exterior (o mundo, o sujeito, as relações entre os sujeitos) fica como aquilo a que se nega o caráter de objeto da lingüística. O que há de significação no seu *Curso* é o que há de codificado como significado”.

Entretanto, para a Análise do Discurso de linha francesa, importa considerar justamente essa exterioridade à língua. A noção de sentido, para essa disciplina, é compreendida como “efeito de sentido entre sujeitos em enunciação; nega-se a ideia de mensagem encerrada em si; contesta a imanência do significado” (FERNANDES, 2008, p. 20).

A Análise do Discurso considera que os sentidos se produzem a partir dos lugares ocupados pelos sujeitos na atividade discursiva, isto é, o lugar que os sujeitos ocupam frente a seus interlocutores. A esse respeito, Fernandes (2008, p. 15) afirma:

quando nos referimos à produção de sentidos, dizemos que no discurso os sentidos das palavras não são fixos, não são imanentes, conforme, geralmente, atestam os dicionários. Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. Assim, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam.

Ao discutir a noção de sentido no interior da Análise do Discurso, Possenti (1977, p. 5) considera que

o sentido é um efeito de sentido porque ele resulta de uma enunciação (e não, simplesmente, dos signos, das palavras, dos enunciados, ou seja, da língua). O sentido não é apenas a contraparte do significante: ele é um efeito do aparecimento do significante em condições dadas. Mas, ele não é, para a AD [...] puramente um efeito de significante, mas um efeito da enunciação do significante.

Diante do exposto sobre significado e sentido, cumpre assegurar que, para a análise proposta neste estudo, será tomada como sustentação teórica a noção de efeito de sentidos da Análise do Discurso de linha francesa. Isso se justifica porque entendemos que o sujeito, ao se revelar, inscreve-se em dado espaço socioideológico de onde enuncia. Ao enunciar, esse sujeito faz aparecer, em sua voz, diferentes discursos que se originam na exterioridade da língua.

3.6 LÉXICO E ATIVIDADE DISCURSIVA

Embora todas as variações linguísticas sejam objetos de estudo significativos, este trabalho se ocupa apenas das variações que constituem o universo lexical. Importa ressaltar que estudar o léxico implica também resgatar a cultura, considerando-se que o léxico concentra e acumula as aquisições culturais que retratam uma sociedade. Ferreira (2008, p. 307) afirma que o léxico, “tanto no meio rural como no citadino”, não pertence a uma cultura só, isto é, ele é marcado por todas as culturas com as quais os falantes de uma língua entraram em contato ao longo da história.

Nunes (2006, p. 157) considera que “o estudo do léxico está aliado à análise do complexo das formações discursivas em uma conjuntura, bem como à compreensão dos espaços de memória e dos campos lexicais”. Segundo Oliveira e Isquardo (2001, p. 9), o léxico é

um saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constituindo-se no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-lingüístico-cultural. Representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas numa sociedade.

Ao se reportar a esse conceito, Biderman (1992, p. 399) afirma que

o léxico é o tesouro vocabular de uma língua, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do presente e do passado da sociedade. Esse tesouro constitui um patrimônio da sociedade, juntamente com outros símbolos da herança cultural.

Biderman (1998, p. 92) declara também que “a geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras”.

Vale registrar, ainda, outra concepção do léxico, muito importante para a sustentação teórica deste estudo, pois afirma que as variações lexicais revelam o lugar social, histórico e ideológico de onde fala o sujeito. Trata-se da concepção de Santos (2009, p. 2) que declara:

o léxico, por meio de seus sememas, faz sobressair o universo antropocultural de comunidades linguísticas, bem como assinala a natureza complexa da relação língua e cultura. Longe de se constituir em retrato dos aspectos sócio-histórico-ideológicos de grupos sociais, o léxico põe em foco processos sociais em curso na sociedade. Trata-se de um movimento dinâmico registrado no uso lexical revelado pelos sujeitos, em sua atividade discursiva, a todo instante. Por vezes, um item lexical passa a ter um significado diferente quando utilizado por um outro sujeito. Ocorre, então, a ampliação ou restrição semêmica de acordo com o contexto. Outras vezes, utilizam-se itens lexicais diferentes para o mesmo objeto do chamado mundo referencial/imaginário. Em ambos os casos, quer seja pelo uso de

parassinonímia, quer seja pelo uso de diferentes itens lexicais, as variações linguísticas indicam os diferentes lugares sócio-histórico-ideológicos de onde falam os sujeitos.

Diante dessas afirmações, importa reiterar que é na atividade discursiva estabelecida entre os membros de um grupo que acontecem as formações e transformações lexicais, pois o léxico se atualiza na interação linguística que envolve não somente os sujeitos implicados em um ato discursivo, mas envolve também todo o grupo no qual esses sujeitos se inserem. A atualização do léxico está diretamente ligada às mudanças sociais, históricas e ideológicas de um determinado grupo. Ao se reportar a esse fato, Nunes (2006, p. 152) sustenta que

ao se conceber a língua como um sistema aberto, considera-se que ela é sujeita a falhas, equívocos, deslizos. Assim, o léxico, como de modo geral a língua, é um sistema aberto. Um elemento lexical sempre pode ser substituído por outro. Daí a possibilidade das falhas e a condição mesma do funcionamento linguístico e de sua transformação.

Portanto, a partir do estudo do léxico torna-se possível desvendar as transformações sociais, históricas e ideológicas que perpassam um grupo social, pois é no léxico que se manifestam essas transformações. Parafraseando Santos (2009), pode-se dizer que o léxico revela, descortina, por meio de suas palavras, as características humanas e culturais de determinados grupos, ao mesmo tempo em que revela a complexidade da relação língua e cultura.

Conforme mencionado anteriormente, os pressupostos teóricos apresentados neste capítulo constituem a base para a análise e compreensão do fenômeno linguístico em estudo. No próximo capítulo, delineiam-se perspectivas de aproximação e distanciamento entre a Geolinguística e a Análise do Discurso de linha francesa.

4 GEOLINGUÍSTICA E ANÁLISE DO DISCURSO: POSSIBILIDADES DE RECORRÊNCIAS

Com o homem rural se aprendem não apenas os fatos linguísticos, porém muito mais, aprende-se sobre uma vida que nunca lhe foi ensinada mas aprendida de dentro da própria vida.

(Carlota Ferreira e Suzana Cardoso)

Todo enunciador é um sujeito¹⁷, ou seja, ao mesmo tempo, um sujeito histórico e um sujeito falante.
(Courtine)

Para amparar esta reflexão e abrir caminhos para novas pesquisas, é interessante citar Cardoso (2006, p. 98) quando, ao se reportar ao conhecimento científico, afirma que:

as ciências não transitam por caminhos estanques, com limites rígidos impossíveis de serem ultrapassados nem se constituem em guetos intransponíveis. O conhecimento científico é, na realidade, uma grande teia, tecida com fios diversos, na qual se põem em destaque ora um, ora outro desses “fios” que se podem identificar [...] não há limites rígidos entre as ciências e [...] os veios da inter-relação entre elas podem, sempre, ser identificados.

Este trabalho situa-se no cruzamento de duas áreas, pois investiga os itens lexicais empregados pelos sujeitos em suas respostas ao Questionário Semântico-Lexical utilizado nos estudos geolinguísticos e apoia-se nos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa para proceder à análise da atividade discursiva subjacente a essas respostas e que constituem o *corpus* da pesquisa.

Para Orlandi (2001a, p. 15), a Análise de Discurso “concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”. A Análise de Discurso observa o homem falando, produzindo sentidos, seu objeto de estudo é o discurso. Segundo afirma Brandão (1995, p. 12), “a linguagem enquanto discurso não

¹⁷ Mantivemos o grifo como no original (COURTINE, 2008, p. 13).

constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social”. Portanto, não se trata unicamente de transmissão de informação, nem de um processo no qual, de um lado, alguém fala, refere alguma coisa, e do outro lado, alguém escuta e decodifica a mensagem. O discurso envolve sujeitos que realizam, simultaneamente, o processo de significação e que não se separam de forma estática. Orlandi (2001a, p. 21) afirma que “o discurso é efeito de sentidos entre locutores”.

Na pesquisa geolinguística, a coleta de dados consiste na aplicação *in loco* de um questionário, ou seja, a coleta de dados envolve sujeitos em situação de interação por meio da linguagem, situação que “é, na verdade, uma entrevista” (SANTOS, 2012, p. 39). De acordo com uma das acepções de Houaiss e Villar (2009), entrevista é “colóquio entre pessoas em local combinado, para obtenção de esclarecimentos, avaliações, opiniões etc.”.

Para Goffman (2002, p. 17), a fala só ocorre em situações sociais, que ele define como

um ambiente que proporciona possibilidades mútuas de monitoramento, qualquer lugar em que um indivíduo se encontra acessível aos sentidos nus de todos os outros que estão ‘presentes’, e para quem os outros indivíduos são acessíveis de forma semelhante. [...] uma situação social emerge a qualquer momento em que dois ou mais indivíduos se encontram na presença imediata um do outro e dura até que a penúltima pessoa tenha se retirado.

Nesse sentido, é possível afirmar, com Santos (2012), que a entrevista se constitui em uma situação social em que se inscrevem dois sujeitos: o sujeito-entrevistado, do qual se esperam respostas, e o pesquisador ou sujeito-entrevistador, aquele que propõe as questões ou que aplica o questionário, no nosso caso, o Questionário Semântico-Lexical. Conforme atesta Santos (2012, p. 35), “ao responder ao sujeito-entrevistador, o sujeito-entrevistado não informa apenas que item lexical utiliza, pois, enquanto membro de um grupo social localizado num dado espaço, ele reconstrói o significado proposto”. Dessa maneira, podemos afirmar que a atividade discursiva, desenvolvida durante a aplicação do questionário nas pesquisas geolinguísticas, não é transmissão de informação apenas, “pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos

e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação” (ORLANDI, 2001a, p. 21). Portanto, o indivíduo envolvido na pesquisa geolinguística, enquanto sujeito-entrevistado, ou seja, envolvido nessa situação social específica, em que a linguagem se atualiza, conforme atesta Goffman (2002), faz parte desse “processo de constituição [do sujeito] e produção de sentidos” (ORLANDI, 2001a, p. 21).

Isso posto, é possível afirmar que os estudos geolinguísticos que consideram a atividade discursiva no momento da aplicação do questionário, que consideram a entrevista como uma situação de interação, como uma situação social, na qual a linguagem se atualiza, e reproduzem os diálogos e/ou as observações do pesquisador, permitem a análise dos itens lexicais presentes na fala dos sujeitos em suas respostas tendo como base o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa. É por essa razão que tomamos como *corpus* deste trabalho respostas completas dos sujeitos transcritas pela autora do *Atlas Linguístico do Paraná - ALPR*, bem como notas acrescentadas por ela a essas respostas. É importante salientar que nem todos os estudos geolinguísticos ou atlas linguísticos trazem a transcrição das respostas completas e/ou as notas do pesquisador, como acontece no *ALPR*. Aliás, são poucos os atlas geolinguísticos desenvolvidos nessa perspectiva. Além do *ALPR* (1994), podemos citar o *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB*, de Rossi (1963), o *Atlas Linguístico de Sergipe – ALS*, de Ferreira et al. (1987) e o *Atlas Semântico-Lexical da Região do Grande ABC*, de Cristianini (2007), que trazem respostas e notas dos pesquisadores impressas no verso dos cartogramas. São as designações ou itens lexicais que se reportam ao objeto do mundo/espaco referencial ou imaginário a motivação da “maior parte dos atlas linguísticos e estudos linguísticos” (SANTOS, 2012, p. 41) que, por essa razão, não permitem uma análise do ponto de vista da Análise do Discurso, pois o cartograma que registra apenas os itens lexicais relativos a cada questão do questionário, descartando o contexto discursivo, exclui ou elimina o sujeito que se constitui na e pela linguagem, uma vez que, segundo afirma Courtine (2008, p. 13), todo indivíduo que enuncia é um “sujeito histórico” e “sujeito falante”, ao mesmo tempo.

Em contrapartida, podemos afirmar que os estudos geolinguísticos e atlas linguísticos que, ao investigar o conjunto de designações que os falantes/ouvintes atribuem ao mundo/espço referencial ou imaginário, consideram o sujeito na atividade discursiva que envolve a aplicação do questionário, caminham para a linguística da enunciação. Dito de outra maneira, a Geolinguística que sai do aspecto puramente descritivo e que, além de registrar a variação linguística de uma determinada região, em um espaço de tempo delimitado, considera o sujeito em posicionamentos socioideológicos, a história e a atividade discursiva produtora de sentidos, avança em direção à linguística da enunciação, na qual o enunciado se relaciona com um sujeito, com outros enunciados e com um enunciador maior (informação verbal)¹⁸.

Com relação à entrevista, Marcuschi (2007, p. 16) afirma tratar-se de uma interação desigual, isto é, um diálogo assimétrico, “em que um dos participantes tem o direito de iniciar, orientar, dirigir e concluir a interação e exercer pressão sobre o(s) outro(s) participante(s)”. Fávero e Andrade (1999, p. 161), na esteira de Marcuschi (2007), afirmam que essa assimetria deve-se aos papéis distintos dos interlocutores e afirmam que

ao entrevistador cabe escolher o tópico discursivo e a direção da conversação: quando ou como interromper ou terminar [...], a distribuição dos turnos, o caráter contratual ou polêmico, entre outros. Por sua vez, o entrevistado pode conservar o turno por mais tempo, pois é a ele que se quer ouvir.

Em outras palavras, a entrevista, ainda que definida como colóquio ou conversa, tem um ritmo próprio e é assinalada por um revezamento de turnos nos quais toma a palavra, ora o sujeito-entrevistador, ora o sujeito-entrevistado. Na coleta de dados da pesquisa geolinguística, além desses fatores, há outros, dentre os quais se podem citar “a pouca familiaridade entre sujeito-entrevistador e sujeito-entrevistado e a relação assimétrica entre ambos [que] fazem com que a entrevista não tenha a espontaneidade de uma conversa ou de uma elocução livre” (SANTOS, 2012, p. 40). Ao se reportar à sua experiência com o momento da entrevista, Aguilera (2005, p. 156) assegura que,

¹⁸ Informação fornecida por Cleudemar Alves Fernandes na comunicação oral “Análise do Discurso, sujeito e memória”, realizada na USP, no dia 30/06/2011.

de modo geral, os informantes mostraram-se receptivos e dispostos a participar. No início, é claro, demonstraram certa apreensão normal diante do desconhecido. Entretanto, depois de esclarecermos que pretendíamos saber o nome que as plantas, os objetos e os animais tinham naquela localidade, e que estávamos percorrendo o Paraná todo para conhecer esses nomes, pouco a pouco sentíamos um tom de descontração diante das perguntas e do gravador.

Não se pode deixar de salientar que a entrevista se constitui em um contexto específico de interlocução e que a validade dos dados coletados pode ser questionável. É indiscutível que se admita a presença de uma margem de erro, ainda que pequena, visto que as gravações sempre ajudam no sentido de esclarecer dúvidas. Entretanto, a insistência, por parte do sujeito-entrevistador, por um determinado tipo de resposta ou mesmo uma pergunta mal formulada pode influenciar e/ou distorcer a resposta do sujeito-entrevistado. Há que se considerar também situações de constrangimento do interlocutor frente a certos tabus linguísticos

referentes a temas ligados à reprodução animal ou humana, partes do corpo, secreções, doenças, peças do vestuário, [...] fenômenos naturais. [...] Igualmente para as formas populares de *caga-fogo*, para vagalume (questão 135)¹⁹ e *rola-bosta*, para besouro (questão 136) ou a resposta era omitida ou expressa com reações de vergonha, de constrangimento (AGUILERA, 2005, p. 148).

Ainda com relação aos dados colhidos em uma pesquisa geolinguística, um outro fator que se deve observar é sua validade, ou seja, seu caráter pouco duradouro. É preciso admitir que podem ocorrer mudanças na utilização dos itens lexicais e/ou designações que os falantes/ouvintes atribuem ao mundo/espço referencial ou imaginário, pois conforme atesta Nunes (2006, p. 158),

a estabilização das relações e dos campos lexicais só é possível quando se admite uma autonomia relativa da língua. Já as instabilidades, os movimentos de fronteira, os deslocamentos dos campos lexicais são marcados pelo contato do léxico com a história, no qual se dá a desestabilização e a reorganização do funcionamento linguístico.

Outro ponto de articulação entre Análise do Discurso e Geolinguística que se quer evidenciar aqui está relacionado ao tempo e espaço sócio-históricos. Burke (1992), ao

¹⁹ Esta numeração (questão 135 e 136) se refere ao Questionário Semântico-Lexical do ALPR.

discorrer sobre a nova história, afirma que ela começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana e que, conforme escreveu o cientista J. B. S. Haldane²⁰ (1951 apud BURKE, 1992, p. 11), “tudo tem uma história”. Orlandi (2001a, p. 25) assegura que “na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história”. Nunes (2006, p. 153), por sua vez, admite que só é possível

estudar a língua sabendo-se que há história. [...] Os mecanismos lexicais são estudados como um saber em movimento [...] são considerados na articulação com o histórico e o discursivo, ou seja, diante do fato de que tais relações são passíveis de falhas, de deslocamentos, de contradições.

Fernandes (2004, p. 112) declara que a Análise do Discurso busca “a partir da linguagem, explicitar as diferentes condições de produção do discurso, considerando-se os aspectos histórico, social e ideológicos que lhes são próprios”. Isso significa dizer que a Análise do Discurso não considera apenas a materialidade linguística, mas, tomando-a como ponto de partida, busca ultrapassar os limites dessa materialidade em direção à exterioridade da língua. Conforme ainda acrescenta Fernandes (2004, p. 112),

o trabalho de análise de discursos, *apreendidos* a partir de dada materialidade lingüística, configura procedimentos de interpretação e olhares para possibilidades de sentidos além daqueles expressos pelo conteúdo dessa materialidade. Referimo-nos a olhares que possibilitam desvelar o espaço de enunciação dos sujeitos envolvidos. Este espaço, por sua vez, constitui-se de posições históricas e ideológicas constitutivas dos sujeitos e dos discursos.

Portanto, para a Análise do Discurso, a noção de espaço não se refere propriamente a um espaço físico, ela se refere a um espaço sócio-histórico-ideológico. A noção de exterioridade à língua não exclui o contexto imediato, pelo contrário, essa noção de exterioridade inclui a historicidade, revela aspectos históricos e sociais que se atualizam na língua por meio da memória em funcionamento que é a condição para todo o dizer. Segundo Sargentini (2010, p. 98), “os novos direcionamentos indicados por Courtine

²⁰ HALDANE, J. B. S. **Everything has a History**. Londres, 1951.

(1981)²¹ e as reflexões de Pêcheux (1997)²² inscrevem a história no interior dos discursos e não mais na exterioridade linguística”. Por essa razão, “para se fazer a Análise do Discurso, exige-se pensar a espessura histórica presente na discursividade” (SARGENTINI, 2010, p. 102).

Em toda situação que envolve sujeitos em interlocução, isto é, em toda situação discursiva, há produção de sentidos e a noção de sentidos “é dependente da inscrição ideológica da enunciação, do lugar histórico-social de onde se enuncia” (FERNANDES, 2008, p. 18-19). Nesse sentido, cumpre considerar que os dados linguísticos presentes nos estudos geolinguísticos e atlas linguísticos constituem uma atividade linguística produtora de sentidos, que se realiza, conforme assegura Santos (2012, p. 37-38), em relação a um determinado tempo histórico, entre sujeitos participantes de grupos sociais definidos que se localizam em um dado espaço. O tempo focalizado aqui não é o tempo cronológico, trata-se de um tempo sócio-histórico, pois os sujeitos, “no discurso, revelam sentimentos, crenças e valores de uma determinada época”. Esses sentimentos ou emoções são o resultado da vida social do sujeito, da sua vida em comunidade, como bem argumenta Le Breton (2009, p. 117):

as emoções que nos acometem e a maneira como elas repercutem sobre nós têm origem em normas coletivas implícitas, ou, no mais das vezes, em orientações de comportamento que cada um exprime de acordo com seu estilo, de acordo com sua apropriação pessoal da cultura e dos valores circundantes. São formas organizadas da existência, identificáveis no seio de um mesmo grupo, porque elas provêm de uma simbólica social, embora elas se traduzam de acordo com as circunstâncias e com as singularidades individuais.

O espaço evidenciado pelo geolinguista em sua pesquisa não se vincula unicamente ao espaço físico. Nesse sentido, podemos retomar Coseriu (1982, p. 84) que, ao se reportar aos “mapas lingüísticos”, assegura que sua importância ultrapassa as observações gerais sobre o funcionamento da língua e “revelam a conexão entre a história lingüística e os fatores geográficos ou geopolíticos”, pois eles permitem comprovar que as inovações linguísticas “procedem de determinados centros e que a

²¹ Nesta pesquisa, o trabalho de Courtine ao qual se refere Sargentini está referenciado com a data de 2009.

²² Referenciado, nesta pesquisa, com a data de 2006.

sua difusão se detém em certos limites constituídos por rios, montanhas, fronteiras políticas, administrativas ou eclesiásticas”.

É importante observar que localizar fatos linguísticos e/ou variações linguísticas nos “espaços geopolíticos”²³ sempre foi interesse dos estudos dialetais. Soma-se a isso, segundo afirma Cardoso (2006, p. 101), o fato de que “a preocupação com as características sociais dos informantes e a sua relação com o uso que fazem da língua não tem passado à margem dos objetivos da Dialectologia e, em particular, da Geografia Lingüística”. Na visão de Chambers e Trudgill²⁴ (1994 apud CARDOSO, 2006, p. 101),

[...] alguns dialectólogos começaram a reconhecer que se havia posto muita ênfase na dimensão espacial da variação lingüística, excluindo-se, em consequência, a dimensão social. Gradativamente isto se impôs como um juízo para alguns estudiosos, uma vez que a variação social na língua é tão comum e importante como a variação espacial. Todos os dialectos são tanto espaciais como sociais, uma vez que todos os falantes têm não só um espaço social como uma localização espacial.

Considerando-se que os atlas linguísticos se inscrevem em um contexto de espaço e de tempo determinados, é possível afirmar que os itens lexicais empregados pelos sujeitos-entrevistados em suas respostas ao Questionário Semântico-Lexical, na atividade discursiva, durante a pesquisa geolinguística da qual resultam os atlas, consistem em um registro histórico.

Uma característica dos estudos geolinguísticos tradicionais é seu caráter estável, isto é, sua resistência em manter a cultura ao buscar registrar as designações que os falantes/ouvintes atribuem ao mundo/espaço referencial ou imaginário e que, a partir dessa investigação, produzem apenas uma lista de itens lexicais mais empregados, glossários, dicionários e/ou léxicos regionais. Nesse aspecto, é possível afirmar que a Geolinguística tradicional se afasta da Análise do Discurso que se interessa pela linguagem de uma maneira particular, isto é, que não trata da língua, mas sim do discurso, que é palavra em movimento, prática de linguagem. A Análise do Discurso

²³ A expressão “espaços geopolíticos” foi empregada por Cardoso (2006, p. 101).

²⁴ CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. **La dialectología**. Madrid: Visor Libros, 1994. p. 81-82.

considera que as palavras estão sempre imersas em um universo marcado por instabilidades, o que explica as movências dos sentidos (FERNANDES, 2008). Ao considerar a indeterminação e a instabilidade da linguagem, ela nega a imanência do significado. Nesse sentido, é possível afirmar que o dicionário, com suas definições, preciosas enquanto transmissão de conhecimento, não dá conta do funcionamento linguístico. Conforme postula Pêcheux (1997, p. 161), “uma palavra [...] não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras [...] mantêm com outras palavras [...] da mesma formação discursiva”.

Na visão de Nunes (2006, p. 152), “a perspectiva discursiva [...] traz elementos para uma compreensão do léxico enquanto objeto linguístico afetado pelo discurso, ou seja, pelos processos históricos de significação”.

Cumprе acrescentar aqui a postura do Grupo de Pesquisa em Dialetologia e Geolinguística da Universidade de São Paulo – GPDG/USP, cujos membros, “professores doutores e pós-graduandos, [...] ao longo dos últimos oito anos, têm debatido intensamente [...] questões relacionadas ao saber/fazer geolinguístico” (SANTOS; CRISTIANINI, 2012, p. 15). A postura do grupo não é conformista e, desde o início dos trabalhos, ao fomentar a reflexão e discussão dos estudos dialetológicos e geolinguísticos, o GPDG/USP acrescentou, às propostas inicialmente apresentadas pelos geolinguistas,

o referencial teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, em consonância com outros estudos realizados no Brasil nas últimas décadas. Atento aos avanços científicos e desejoso de investigar a dimensão interacional da linguagem, o GPDG/USP colheu elementos teórico-metodológicos na Sociolinguística Interacional, na Semântica Interpretativa e na Análise do Discurso. Como se pode observar, essa trajetória anuncia um leque de possibilidades, que os trabalhos [...] buscam explorar/aprofundar (SANTOS; CRISTIANINI, 2012, p. 16).

Em síntese, com relação aos pontos que aproximam Geolinguística e Análise do Discurso, podemos afirmar que a atividade discursiva que se desenvolve durante a aplicação do questionário nas pesquisas geolinguísticas não é meramente transmissão de informação: é uma atividade discursiva produtora de sentidos. Com relação ao

tempo, verificamos que, tanto para a Análise do Discurso como para a Geolinguística, o tempo não é o cronológico, trata-se de um tempo sócio-histórico. Da mesma forma, o espaço não se vincula unicamente ao espaço físico. A noção de espaço para a Análise do Discurso e para a Geolinguística se refere a um espaço sócio-histórico-ideológico no qual o sujeito se inscreve. A noção de exterioridade à língua não exclui o contexto imediato, pelo contrário, ela revela aspectos históricos e sociais que se atualizam na língua por meio do funcionamento da memória.

Depois de se tecer considerações sobre essas duas disciplinas, passamos ao quinto capítulo, que apresenta o método e os procedimentos adotados para a análise do objeto de estudo.

5 MÉTODO E PROCEDIMENTOS

É urgentíssimo recolher a linguagem do povo. [...] não é agradável andar por aldeias desconfortáveis; mas o prazer do ar dos campos e das descobertas pessoais compensam todos ao incômodos.
(Manuel de Paiva Boléo)

5.1 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

O contato com os estudos geolinguísticos, especificamente os atlas linguísticos, foi a origem do desejo de compreender a razão pela qual o sujeito seleciona determinados itens lexicais – e não outros – para nomear ou representar objetos ao seu redor, isto é, para nomear ou representar a realidade que o cerca.

Nesse sentido, após examinar alguns atlas linguísticos, verificamos que o *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR*, de Aguilera (1994), registra, além dos itens lexicais utilizados pelos sujeitos em suas respostas, o contexto discursivo de algumas respostas e também notas da autora do atlas relativas a essas respostas. Dado o interesse de se investigar a seleção e o emprego de determinados itens lexicais em função do processo sócio-histórico no qual são produzidos esses itens lexicais, com base nos postulados da Análise do Discurso de linha francesa, selecionaram-se respostas dos sujeitos-entrevistados a cinco questões do Questionário Semântico-Lexical, constantes do *Atlas Linguístico do Paraná*, tais como foram transcritas pela autora. As questões selecionadas como objeto de estudo da presente análise foram:

– “O que se derruba lá na mata para tirar uma tora, por exemplo?”;

- _ “Como se chama aquela chuvinha miúda e demorada?”;
- _ “Quando chove e caem pedrinhas de gelo, como se chama essa chuva?”;
- _ “Em noite bem estrelada, como se chama aquele espaço cheio de estrelas, até esbranquiçado, que fica bem no meio do céu?”;
- _ “Como se chama aquele negócio colorido que aparece no céu depois que chove (ou durante a chuva) e dizem que bebe a água do corgo (ou arroio, sanga)?”.

As respostas para as questões acima, que orientaram a pesquisadora do atlas na aplicação do questionário, foram, respectivamente: “árvore”, “chuva miúda e demorada”, “chuva de pedra”, “Via Láctea” e “arco-íris”.

Quando falamos em respostas que orientaram a pesquisadora, referimo-nos ao conceito que norteia o sujeito-entrevistador, que necessita saber do que trata a pergunta, no momento da aplicação do questionário. Entretanto, respostas que não correspondem aos conceitos norteadores, podem, naturalmente, ocorrer, pois é preciso considerar as condições de possibilidades do discurso.

O *corpus* estabelecido como objeto de análise se constitui das respostas dos sujeitos transcritas no atlas por Aguilera, o que significa dizer que não inclui a gravação das respostas dos sujeitos, pois não tivemos acesso a esse material. O *corpus* se constitui, portanto, das respostas dos sujeitos transcritas pela autora do *ALPR*, bem como das notas acrescentadas por ela a essas respostas.

Para a análise das respostas dos sujeitos a uma das questões elencadas, para a qual o conceito orientador da pesquisa geolinguística é “arco-íris”, além das respostas e notas transcritas no *ALPR*, foram acrescentadas as respostas encontradas no *Inquérito Linguístico Boléo – ILB*, coletadas *in loco* durante o período de Doutorado Sanduíche em Portugal. É interessante esclarecer que a pesquisa feita em Portugal abrangeu, além do *ILB*, o *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza*, o *ALEPG*. Entretanto, o material encontrado nesse atlas não constitui o *corpus* da pesquisa porque o *ALEPG* registra a variação lexical apontando apenas os itens lexicais

empregados pelos sujeitos-entrevistados, o que não viabiliza a análise aqui proposta. Cumpre acrescentar que foram selecionadas, no *ILB*, apenas as respostas referentes à questão cujo conceito norteador é “arco-íris”, por ser essa a única questão, entre as pesquisadas, que registra como resposta, além dos itens lexicais, versos e cantilenas referentes a arco-íris. Há, no *ILB*, uma questão complementar à questão sobre o arco-íris que traz como respostas versos e cantilenas que puderam constituir o *corpus* para a análise proposta, firmada nos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa. A questão complementar, de número 16a, do questionário utilizado no *ILB*, é: *Há versos alusivos ao aparecimento do arco-íris?* (“P. ex.: “Arco-da-velha, vai-te deitar, qu’ái vem o capador, que te quer capar”²⁵). Entendemos que essa questão foi acrescentada posteriormente ao questionário inicial, pois segundo afirma Boléo (1974, p. 1), os inquiridores dispunham de “inteira liberdade” para fazer acréscimos indispensáveis, não obstante ser necessário observar sempre que “a todas as palavras [...] acrescentadas deve atribuir-se um número, p. ex. 253a”.

Para a pesquisa, examinamos, no material do *ILB*, quatro inquéritos (ou questionários) de cada um dos vinte pontos distribuídos em todo o Portugal continental e nas ilhas da Madeira e dos Açores, que enumeramos a seguir: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Évora, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Setúbal, Vila Real, Viana do Castelo, Porto Alegre, Viseu, Madeira e Açores²⁶.

A seleção das cinco questões e suas respectivas respostas tomadas como objeto de análise para esta pesquisa não foi feita de modo aleatório. De acordo com Orlandi (2001a, p. 63-64),

a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas. [...] A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza. Daí a necessidade de que a teoria

²⁵ Mantivemos a questão como está grafada no questionário.

²⁶ Importa salientar que a coleta de dados referente ao *Inquérito Linguístico Boléo* para este trabalho só foi possível pela realização do Estágio de Doutorado Sanduíche em Portugal. O *ILB* só pode ser pesquisado *in loco* e as fotocópias do material são proibidas. Todo o material recolhido foi copiado à mão.

intervenha a todo momento para “reger” a relação do analista com seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação.

Após o exame minucioso, voltado para aspectos socioculturais, de várias questões e respostas abordadas no *Atlas Linguístico do Paraná*, selecionaram-se as questões cujas respostas trazem marcas linguísticas que evidenciam a presença de diferentes discursos entrecruzados e manifestos na voz do sujeito, um sujeito que não é homogêneo e cujo discurso é constituído pela intercepção de diferentes discursos, trata-se de um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico delimitado por um determinado momento da história. Segundo Fernandes (2008, p. 24), “a voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade histórica e social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico”.

É importante ressaltar que, desde o surgimento da Geolinguística, no final do século XIX, até os dias atuais, uma grande parte dos pesquisadores tem utilizado o termo “informante” para designar o indivíduo que é entrevistado e cuja fala constitui o *corpus* de um atlas linguístico. Na obra de Nascentes (1958) e Silva Neto (1957), é corrente o uso do termo “informante”. Entretanto, Santos (1998), considerando a natureza da interação subjacente à aplicação do questionário, passou a utilizar o termo *sujeito* em vez de informante. O uso do termo pode ser visto no seguinte fragmento que informa sobre a aplicação do questionário – “a coleta induzida repousa em um instrumento preparado minuciosamente pela equipe de pesquisadores, a ser aplicado a todos os sujeitos.” (SANTOS, 1998, p. 183). A partir daí, o termo *sujeito* passou a ser usado no âmbito do GPDG/USP, em trabalhos apresentados e em artigos publicados.

Para o exame e análise das respostas, com base nos pressupostos da Análise do Discurso, será necessário recorrer à história²⁷ com o intuito de explicitar os processos socioideológicos que viabilizam a presença de tais respostas e as referendam como integrantes de uma dada formação discursiva. Compreendemos que o estudo sócio-histórico é de fundamental importância para esse tipo de análise. Orlandi (2001a, p. 69)

²⁷ O contexto histórico ao qual nos referimos é aquele encontrado no *ALPR*. Caso seja necessário, a pesquisa se estenderá a outras fontes.

afirma que “para a análise do discurso, o que interessa não é a organização lingüística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo. É dessa natureza sua unidade: linguístico-histórica”. Ao se referirem a essa questão, Ferreira e Cardoso (1994, p. 24) afirmam que “esse conhecimento mais generalizado e amplo permite ao investigador ter sob controle aspectos extralinguísticos que funcionam como instrumentos subsidiários à análise e a conclusões de ordem lingüística”.

5.2 A PESQUISA GEOLINGÜÍSTICA

Uma vez que o *corpus*, tomado como objeto de estudo desta pesquisa, se constitui de respostas de sujeitos-entrevistados a cinco questões do Questionário Semântico-Lexical, torna-se necessário discorrer sobre o percurso da pesquisa geolinguística, focalizando seu desenvolvimento e suas etapas.

Conforme afirma Santos (2006, 2008a, 2012), uma pesquisa geolinguística busca investigar o conjunto de designações que os falantes/ouvintes atribuem ao mundo/espço referencial ou imaginário. O ponto de partida dessa pesquisa é o levantamento dos indicadores sociais e o mapeamento histórico-geográfico de uma determinada área, o que possibilita a seleção dos pontos²⁸. O segundo passo é a seleção dos sujeitos, “nativos de uma comunidade e integrantes de determinados grupos sociais, cujas falas serão objeto da pesquisa” (SANTOS, 2012, p. 38). A seleção dos sujeitos é determinada segundo variáveis sociais como gênero, faixa etária e escolaridade. Para a coleta de dados, etapa seguinte da pesquisa, aplica-se o

²⁸ Ponto é a denominação de localidade em Geolinguística.

questionário²⁹, em entrevista *in loco*. Um dos questionários utilizados em pesquisas geolinguísticas é o Questionário Semântico-Lexical, estruturado em uma sequência de questões descritivas que objetivam conhecer “a designação atribuída por um sujeito-entrevistado a um determinado objeto do mundo/espaco referencial ou imaginário” (SANTOS, 2012, p. 39). Esse questionário é dividido em domínios, dos quais se podem citar alguns como *alimentação e cozinha, religião e crenças, vida urbana, acidentes geográficos* dentre outros. Santos (2012) descreve, com muita propriedade, os vários tipos de perguntas do Questionário Semântico-Lexical. Essa breve descrição permite compreender e visualizar, de forma objetiva e clara, as questões veiculadas por esse questionário. Por essa razão, retomamos aqui sua descrição. Segundo afirma Santos (2012, p. 39), a maioria das questões se inicia com a seguinte formulação: “Como se chama...”, seguida da descrição do objeto indagado. Uma outra possibilidade é descrever o objeto do mundo/espaco referencial ou imaginário e, ao final da questão, perguntar “Como se chama isto?”. Além dessa formulação mais comum, “o sujeito-entrevistador pode utilizar um item lexical utilizado pelo sujeito-entrevistado em questão anterior e indagar se o sujeito-entrevistado conhece outras designações para um determinado objeto do mundo/espaco referencial ou imaginário” (SANTOS, 2012, p. 39). É possível ainda que o sujeito-entrevistador forneça uma parte da resposta e peça ao sujeito-entrevistado que a complete. É o caso da questão – “Para acender um cigarro, se usa fósforo ou ____?”, que é a questão de número 173 do QSL do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 35). Além disso, o sujeito-entrevistador pode utilizar a mímica para formular a questão, como em “Como se chama o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha (*mímica*), que os meninos usam para matar passarinho?” (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 34, questão 157). Também é possível formular a questão apontando o objeto ou mostrando a figura ao sujeito-entrevistado, para que ele diga qual é o item lexical que costuma utilizar para designá-lo. Conforme assegura Santos (2012, p. 41), as respostas obtidas por meio do questionário constituem, normalmente, itens lexicais ou frases curtas. Podem ocorrer, eventualmente, diálogos mais extensos

²⁹ O questionário é o instrumento utilizado na coleta de dados. Há diferentes tipos de questionário, todos eles destinados ao nível linguístico que se queira examinar, como, por exemplo, questionário fonético-fonológico, semântico-lexical e outros.

quando o entrevistador indaga outra forma de designar o objeto em questão, ou um dado que complemente a resposta ou ainda uma explicação. Entretanto, quando presentes, o contexto, os diálogos ou as observações do pesquisador, aparecem sob a forma de notas aos cartogramas. Apesar dessa possibilidade, o que se objetiva com um trabalho de Geolinguística são as designações que constituem as respostas. Após o levantamento dessas respostas, procede-se à transcrição dos dados e ao tratamento quantitativo dos itens lexicais relativos às respostas. Posteriormente, os itens lexicais são dispostos em listas ou em tabelas, em ordem decrescente de frequência, para servirem de base para a elaboração de cartogramas e atlas linguísticos que mostram a frequência e distribuição dos fenômenos linguísticos na área pesquisada. Santos (2012, p. 41) acrescenta que

em vários trabalhos publicados recentemente, dado o número elevado de itens lexicais, tem sido frequente a utilização de *softwares* específicos para banco de dados e/ou planilhas. Dessa forma, em vários trabalhos, além da versão impressa, que contém a seleção e análise do material linguístico, há um CD-Rom apenso, que contém uma versão eletrônica do banco de dados.

5.3 O ATLAS LINGUÍSTICO DO PARANÁ

O *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR*, de Vanderci de Andrade Aguilera, é o quinto na ordem cronológica de publicação dos atlas estaduais no Brasil. Constituiu-se, inicialmente, em tese de doutorado, apresentada em novembro de 1990, ao Instituto de Letras, História e Psicologia, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, *campus* de Assis, foi sugerida pelo Prof. Dr. Pedro Caruso³⁰, da Disciplina de Dialetoлогия, e orientada pelo Prof. Dr. Rafael Eugênio Hoyos Andrade, ambos professores da UNESP. O *ALPR* foi publicado em dois volumes. O primeiro volume, que contém os

³⁰ O Prof. Dr. Pedro Caruso foi o idealizador do Atlas Linguístico de São Paulo, que ainda está em fase de elaboração.

cartogramas, as notas aos cartogramas e o contexto discursivo de algumas respostas, foi publicado em 1994, pela Imprensa Oficial do Estado e o segundo volume, o da Apresentação, contendo um esboço da história da colonização paranaense, os pontos linguísticos investigados, as características dos informantes, o questionário linguístico, a notação fonética, a apresentação das cartas e as notas explicativas, foi publicado em 1996, pela Editora da Universidade Estadual de Londrina.

Segundo afirma Aguilera (1996, p. 133), o questionário linguístico adotado para a coleta de dados é de autoria de Caruso (1983), com algumas adaptações para o *ALPR*. A aplicação do questionário foi direta, isto é, *in loco*. Trata-se de um questionário que envolve dois campos semânticos³¹: Terra e Homem. O primeiro campo abrange as seguintes esferas semânticas³²: a) natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo; b) flora: árvores, frutos, etc.; c) plantas medicinais; d) fauna: aves, pássaros, outros animais. O segundo campo abrange: a) partes do corpo, funções, doenças, etc.; b) vestuário e calçados; c) agricultura, instrumentos agrícolas, etc.; d) brinquedos e jogos infantis; e) lendas e superstições, com um total de 325 questões (AGUILERA, 2005, 144-145).

A rede de pontos linguísticos do *ALPR* se constitui de 65 localidades, que considera fatores etno-geo-históricos de cada um dos pontos, inclusive a data de fundação. Segundo Aguilera (2005, p. 149), “os pontos foram marcados [...] com base na sede do município. No entanto, na maioria dos casos, as entrevistas foram realizadas em distritos ou comunidades rurais distantes do ponto marcado”.

Conforme exposto anteriormente, para a seleção dos sujeitos, dois em cada localidade, um masculino e outro feminino, foram adotados os critérios da dialetologia tradicional, quais sejam: ter idade entre 30 e 60 anos, ser analfabeto ou semi-analfabeto, ter nascido na localidade ou aí ter passado pelo menos três quartos de sua vida, se casado, o cônjuge deveria também ser da mesma localidade, ser filho de família

³¹ Mantivemos o termo “campos semânticos” conforme registrou Aguilera (1996, p. 133).

³² O termo “esferas semânticas” é empregado por Aguilera (2005, p. 144). Entretanto, para este trabalho, utilizamos o termo “domínio”, adotado por Santos (2012, p. 39), a partir de Rastier (1987).

radicada na localidade, não ter feito longas viagens, nem ter feito o serviço militar, ser ou ter sido agricultor (AGUILERA, 1996, p. 150-151). Ainda de acordo com Aguilera (2005, p. 151), nem todos os sujeitos-entrevistados preencheram integralmente tais exigências e “a realidade demonstrou que cada localidade tem sua própria história e que os critérios teriam que ser flexíveis, fazendo com que nos adequássemos às circunstâncias e ao meio ambiente, a fim de não inviabilizarmos a execução do projeto”. As 130 entrevistas foram realizadas por Aguilera e por mais duas colaboradoras, possibilitando que a coleta de dados fosse o mais homogênea possível. Conforme atesta Aguilera (2005, p. 155), foi muito importante “ter selecionado pessoalmente todos os informantes e ter entrevistado pelo menos um de cada localidade, o que facilitou sobremaneira a transcrição fonética e grafemática das entrevistas”.

As 191 cartas³³ que compõem o volume do *ALPR* se apresentam na seguinte sequência: seis cartas introdutórias de identificação; 92 cartas lexicais em cores; 70 cartas fonéticas; 29 cartas isoglóssicas ou sintéticas e seis cartas anexas com os núcleos do povoamento do território paranaense, do século XVII ao século XX (AGUILERA, 2005, p. 163).

5.4 O INQUÉRITO LINGUÍSTICO BOLÉO

O *Inquérito Linguístico Boléo* – *ILB*, organizado e orientado por Manuel de Paiva Boléo, está arquivado na sala de número 708, chamada por essa razão de Sala do Inquérito Linguístico, na Biblioteca de Língua e Literatura Portuguesas Dona Carolina Michaelis de Vasconcelos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

³³ O termo carta, ao invés de cartograma, foi mantido aqui, como consta no *Atlas Linguístico do Paraná*.

Segundo Boléo (1974, p. 8), o inquérito “obedece, antes de mais nada, a necessidades prementes de ensino”, entretanto, enquanto seu organizador, o dialetólogo assegura que se sentiria satisfeito se o inquérito pudesse “servir de trabalho preparatório para o futuro Atlas linguístico”. Como professor universitário de Linguística Portuguesa, na Universidade de Coimbra, Boléo desejava suscitar, entre os alunos, o gosto pelo estudo dos falares locais ou regionais, como também familiarizar os alunos com os atlas linguísticos. Entretanto, uma dificuldade se impunha naquele momento, a falta do atlas linguístico português. Nesse sentido Boléo (1974, p. 7) afirma:

sabendo que estavam muito atrasados os trabalhos preparatórios do nosso Atlas [...] senti então, mais vivamente, a necessidade imperiosa de se fazer, ao menos, e quanto antes, uma “sondagem” linguística a todo o País. E é assim que, em Dezembro de 1940, dirigi um ofício ao Sr. Reitor da Universidade de Coimbra, chamando a atenção para a necessidade de se proceder a um inquérito linguístico por correspondência, e solicitar um subsídio pelo Fundo Sá Pinto.

Assim, os primeiros inquéritos, com publicação subsidiada pelo Fundo Sá Pinto da Universidade de Coimbra, foram enviados em 1942, por correspondência, aos padres e professores do ensino primário, contendo ligeira indicação da transcrição fonética, extensivamente a todo o Portugal continental e às ilhas da Madeira e dos Açores. Segundo Boléo (1978, p. VI), esse primeiro questionário, publicado em 1942, está baseado em “prospecções linguísticas” realizadas por ele em várias regiões do País e em algumas sugestões colhidas no questionário do Atlas Linguístico-Etnográfico da Itália e da Suíça meridional (AIS)³⁴ e no questionário do *Atlas linguístico da Península Ibérica*. O questionário, enviado por correspondência em 1942, foi depois utilizado pelos alunos da cadeira de Linguística Portuguesa, ministrada por Boléo, até março de 1974, ano de sua aposentadoria. Conforme atesta Boléo (1978, p. VI), os alunos

estudavam, *in loco*, a linguagem de uma povoação portuguesa, preenchendo o questionário (inicialmente com 550 perguntas, que se elevaram, com sucessivos acrescentos, a 757), e elaborando um relatório dactilografado, constituído geralmente por uma introdução geográfico-histórica e econômica, uma parte etnográfico e folclórica, e uma parte mais propriamente linguística (fonética, morfologia, sintaxe, onomasiologia e vocabulário mais característico).

³⁴ *Sprach-und Sachatlas Italiens und der Südschweiz* (BOLÉO, 1978, p. VI)

Depois de esgotada a primeira edição do questionário, ele foi reproduzido três vezes, “em 1962, uma edição fotocopiada, com mais algumas perguntas”, outra em 1967 “igualmente fotocopiada, em que se acrescentaram perto de 200 perguntas e numerosos desenhos” e, “em 1972 fez-se uma reimpressão, também fotocopiada”. Os materiais “reunidos pelos professores, párocos e antigos alunos” de Boléo totalizam mais de 3000 inquéritos (BOLÉO, 1978, p. VIII).

Houve ainda uma última edição do questionário, dessa vez impressa, em 1978, em Aveiro. Essa edição destinou-se ao uso dos “alunos da cadeira de Introdução aos Estudos Linguísticos”, ministrada pela professora Maria de Fátima de Rezende Fernandes Matias, ex-aluna de Boléo, na Universidade de Aveiro. Para essa edição também foram acrescentadas “algumas perguntas, que totalizam 783” (BOLÉO, 1978, p. X).

Para a elaboração do questionário, dividido em três partes, Boléo (1974, p. 24) afirma ter agrupado “os assuntos segundo divisões muito genéricas. Para facilitar a visão do conjunto [ele dá] [...] o seguinte esquema”:

I – *A Terra*: 1) A natureza, os fenómenos atmosféricos, os astros, o tempo, etc. 2) Flora (plantas, árvores, frutos, etc.).

II – *Os Animais* (Nomes de diferentes animais e também dos objectos e actividades com eles relacionados).

III – *O Homem*: 1) Partes do corpo. 2) Doenças, feridas, qualidades e defeitos físicos e morais, etc. 3) Nascimento, casamento, morte; relações sociais. 4) Habitação. 5) Instrumentos agrícolas, preparação das terras e de alguns de seus produtos. (O carro de bois; o arado; o fabrico do pão, do vinho, etc.). 6) Ofícios, profissões e actividades diversas. Indústrias caseiras femininas e masculinas. 7) Alimentação. 8) Vestuário e calçado do homem e da mulher. 9) Religião. 10) Festas populares, divertimentos, etc. 11) Assuntos diversos. 12) Textos seguidos (BOLÉO, 1974, p. 24-25).

Segundo Boléo (1978, p.1-2), o questionário poderia sofrer alterações “conforme as necessidades da região” e as perguntas deveriam “sempre ser formuladas de maneira

indirecta, para se obter uma resposta tão espontânea quanto possível, e com a suficiente clareza, para serem perfeitamente entendidas”, conforme o exemplo citado por ele: “Que nome dão cá na terra a uns bolos de abóbora fritos em azeite, que se costumam fazer pelo Natal?”. No caso de se desejar saber se o sujeito conhece outras designações para esse objeto, seria possível acrescentar: “Noutras terras chamam-lhes bèlhoses”. Quando a questão se referisse a objetos ou trajes característicos de uma determinada localidade e, por essa razão, fossem pouco conhecidos, “seria óptimo que viessem acompanhados, quando possível, de desenhos ou fotografias tiradas de propósito” (BOLÉO, 1978, p. 8).

Sobre a seleção dos sujeitos, como já afirmamos anteriormente, Boléo (1978, p. 2-4) julgou interessante que se interrogasse, em cada localidade, um homem ou uma mulher do povo, com idade entre 30 e 60 anos, que correspondesse, tanto quanto possível, aos seguintes requisitos:

não ser desdentado; ter nascido e ter vivido sempre na terra; não se envergonhar da sua linguagem, mesmo diante de pessoas mais novas que já pronunciavam as palavras doutra maneira [...]; ter memória pronta; ser normalmente inteligente e, de preferência, ser analfabeto (BOLÉO, 1978, p. 2-3).

Sobre a rede de pontos, Boléo (1975, p. 95) afirma que “o número total de povoações exploradas sob o aspecto linguístico eleva-se a 2530; mas convém não esquecer que, em relação a muitas localidades, há dois, e, por vezes, mais inquéritos. O número total destes, em Maio de 1974, era de 3056”.

O *Inquérito Linguístico Boléo - ILB* se constitui em um recolha ímpar de materiais dialetológicos que cobrem Portugal continental e os arquipélagos e é um expressivo testemunho linguístico, etnográfico e folclórico da cultura portuguesa. É um arquivo encerrado e, portanto, insubstituível. Um marco de uma época e de um povo (BRITO, 2012).

Ele é hoje consultado por muitos e cumpre o que desejou seu organizador, como se pode verificar em suas palavras:

Conquanto se dirija principalmente aos Professores do Ensino Primário e aos Párocos, o organizador do inquérito ousa esperar que ele interesse a muitas outras pessoas fora daquelas classes, designadamente a estudantes universitários, professores do Ensino Secundário oficial e particular, professores dos Seminários, etnógrafos, geógrafos, associações regionalistas, e ainda aos portugueses que vivem nas nossas Províncias ultramarinas (BOLÉO, 1974, p. 17).

Não só o *Inquérito Linguístico Boléo – ILB* como também o *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR* interessam “a muitas outras pessoas” (BOLÉO, 1974, p. 17) e são tomados como objeto de estudo. Nesse sentido, passamos à análise dos dados encontrados tanto no *ALPR* como no *ILB* e constituem o *corpus* desta pesquisa.

6 ANÁLISE DOS DADOS

*Por isso é necessário ler os documentos nas entrelinhas.
Não há nada de errado em tentar ler nas entrelinhas [...]
(Peter Burke)*

Os dados linguísticos presentes em estudos geolinguísticos e também nos atlas linguísticos constituem uma atividade linguística produtora de sentidos, que se realiza, conforme assegura Santos (2012, p. 37-38), em relação a um determinado tempo histórico, entre sujeitos participantes de grupos sociais definidos que se localizam em um dado espaço. Assim sendo, esses dados linguísticos revelam a inserção desses sujeitos em grupos sociais relativos ao tempo em que vivem e podem desvelar a presença da memória discursiva da qual os sujeitos se apropriam em suas interações; pois, segundo afirma Aguilera (1996, p. 166), um dos objetivos da redação das notas referentes aos cartogramas é “documentar as crendices, superstições, simpatias e outros costumes populares que ainda sobrevivem na memória de alguns informantes”.

Como exposto anteriormente, selecionaram-se, para a análise, as respostas completas dos sujeitos transcritas no *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR*, bem como as notas acrescentadas pela autora do atlas a essas respostas. Para a última questão enfocada, além das respostas do *ALPR*, selecionaram-se respostas do *Inquérito Linguístico Boléo – ILB*. As cinco questões selecionadas apontam como conceitos norteadores da pesquisa geolinguística os seguintes itens lexicais: “árvore”, “chuva miúda e demorada”, “chuva de pedra”, “Via Láctea” e “arco-íris”.

Com a análise, pretendemos mostrar que muitos são os valores simbólicos atribuídos a esses itens lexicais que povoam o imaginário cultural popular do sujeito-entrevistado. Esses valores simbólicos, como crenças e superstições, suscitados pela memória discursiva, ao aparecerem nas respostas dos sujeitos-entrevistados, revelam formações discursivas nas quais esses sujeitos se inscrevem.

Nesse sentido, Rohlf (1979, p. 104), ao discorrer sobre a Linguística e os fenômenos atmosféricos, afirma que os nomes da Via Láctea, do arco-íris, do relâmpago e dos ventos são “ricos em reminiscências folclóricas” e “sempre despertaram a fantasia popular”³⁵.

Assim, passamos à análise do objeto discursivo tomado como *corpus* para este estudo. Nosso desejo é “atravessar a cortina de fumaça do evidente e do naturalizado” (ROMÃO, 2007, p. 149) no discurso e encontrar do outro lado o “não-dito” entremeado naquilo que se disse. A análise buscará apontar registros da memória discursiva subjacente aos elementos textuais-discursivos presentes nas respostas dos sujeitos cuja voz “sempre se aninha em uma formação discursiva para poder enunciar” (ROMÃO, 2007, p. 143).

6.1 ÁRVORE, MADEIRA OU PAU

*As árvores são fáceis de achar
Ficam plantadas no chão
Mamam do sol pelas folhas
E pela terra
Também bebem água [...]
(Arnaldo Antunes)*

A primeira questão selecionada para a análise foi a de nº 59 – “O que se derruba lá na mata para tirar uma tora, por exemplo?” Essa questão faz parte do domínio “Flora; árvore, frutos, etc.” e deu origem ao cartograma 35 “Árvore (designações para)”. Além dos itens lexicais utilizados pelos sujeitos em suas respostas, transcritas pela autora do

³⁵ Tradução nossa do original “ricos en reminiscencias folklóricas son también los nombres de la vía láctea, del arco iris, del relámpago, de los vientos, fenómenos éstos que siempre han excitado la fantasía del pueblo” (ROHLFS, 1979, p. 104).

ALPR, analisaram-se, também, as notas acrescentadas por ela a esse cartograma, pois conforme Aguilera (1994, p. 92) afirma,

esta carta tem como objetivo demonstrar como se chegou ao item lexical **árvore**: se espontaneamente, através da pergunta indireta, tal qual ela se apresenta no questionário adotado, ou se, pelo contrário, houve necessidade de reformulação. As notas desta carta só são apresentadas quando ocorreu o segundo caso.

Uma pesquisa no *Novo dicionário da língua portuguesa* de Ferreira (2009) e no dicionário *online Michaelis* (2012) aponta algumas acepções de árvore. Em Ferreira (2009), lê-se: “vegetal lenhoso cujo caule, chamado *tronco*, só se ramifica bem acima do nível do solo, ao contrário do arbusto, que exhibe ramos desde junto ao solo”. Segundo *Michaelis* (2012), árvore é “vegetal lenhoso, de tronco alto, que se ramifica a maior ou menor altura do solo”. A partir dessas acepções, é possível indicar semas para árvore, dentre os quais se destacam: (i) vegetal lenhoso, de tronco alto; (ii) só se ramifica a maior ou menor altura do solo. Na medida em que se caracterizam como denotativos, distintivos, definitórios e universais e se originam no sistema funcional da língua, esses semas são ditos inerentes (RASTIER, 1996, p. 44)³⁶.

No entanto, a opção lexical *árvore* não foi a única utilizada pelos sujeitos da pesquisa; ao lado desse item lexical a autora aponta, em ordem decrescente de frequência, dois outros: *madeira* e *pau*. A partir das acepções apontadas pelos dicionários consultados, é possível dizer que o item lexical *madeira* se constitui dos seguintes semas inerentes: (i) substância sólida, constituída de obras e vasos condutores da seiva bruta; (ii) compõe a parte principal do tronco, dos ramos e das raízes na maioria das plantas vivazes. A escolha desses itens lexicais desvela diferentes discursos que se entrecruzam na voz do sujeito produzindo novos efeitos de sentido. Isso pode ser observado na fala do sujeito, acrescida das observações da autora:

³⁶ As definições de semas inerentes e aferentes de Rastier (1996) são utilizadas para enriquecimento da análise do *corpus*, embora essas definições se diferenciem dos conceitos da Análise do Discurso nos quais se pautam este estudo.

A resposta inicial foi: “**pau**”. Perguntou-se de onde se tira o pau: “da mata”. ((A mata está cheia de quê?)) “ah, cheio de **madera**”. ((O que é que dá a madeira?)) “**arve**”³⁷. (ALPR, ponto 03, sujeito A, p. 92)

Essas diferentes escolhas lexicais estão inscritas em diferentes discursos que espelham o lugar sócio-histórico de onde falam os sujeitos da pesquisa (FERNANDES, 2008, p. 13-14). Nesse sentido, Orlandi (2001, p. 53) assegura que

ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro lado, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas.

Dito de outra forma, o sujeito ocupa um espaço social, a partir do qual enuncia, isto é, a partir do qual ele produz um discurso que é determinado historicamente e que se relaciona aos discursos do outro. A tomada da palavra pelo sujeito só ganha sentido porque o que é dito se inscreve em uma formação discursiva. Considerando-se os dados históricos sobre a colonização do Paraná apresentados por Aguilera (1996, p. 7), é possível afirmar que “a história da ocupação do Paraná pode ser contada a partir de três ondas povoadoras, em conjunturas diversas e com motivações distintas”, quais sejam, a do *Paraná tradicional*, a do *Paraná moderno do norte* e a do *Paraná moderno do sudoeste e oeste*. Desses três momentos, interessa explicitar o primeiro, pois ele aponta aspectos históricos que corroboram a escolha lexical de alguns sujeitos da pesquisa. Segundo Aguilera (1996, p. 8), o primeiro momento, conhecido como *Paraná tradicional*,

se esboçou no século XVII, com a procura do ouro, e sedimentou-se nos séculos XVIII e XIX. No primeiro, predominou o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, alicerçado na criação e comércio do gado, e no segundo, as atividades extrativas e o comércio exportador da erva-mate e da madeira.

³⁷ Essa e as outras falas dos sujeitos e observações da autora que serão aqui reproduzidas foram retiradas das notas ao cartograma 35 do *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR*, página 92. Os grifos são da autora do Atlas.

Esse dado se comprova com as informações sobre as atividades econômicas predominantes de alguns pontos (ou localidades) contemplados pela pesquisa geolinguística que deu origem ao *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR*. Em vários desses pontos aparece a extração de madeira ou a fabricação de móveis como atividades econômicas predominantes.

Compreendemos, portanto, que no contexto sócio-histórico, político e econômico no qual vivia o sujeito ou viveram seus pais, a madeira era considerada como fonte de renda e subsistência. Por esse motivo, podemos dizer que o sujeito que utiliza os itens lexicais *pau* e/ou *madeira*, como resposta à pergunta “*O que se derruba lá na mata para tirar uma tora, por exemplo?*”, fala de uma posição de “extrator de madeira” e o que ele diz ganha sentido porque se inscreve nessa formação discursiva, da qual outros “extratores de madeira” também falam. Segundo afirma Orlandi (2001a, p. 49), é possível até dizer que não é o “extrator de madeira” falando, “é a sua posição”. E é justamente essa sua posição que “lhe dá identidade”. Nesse sentido, é possível afirmar que o sujeito que responde ao questionário se constitui em um sujeito discursivo que integra a história e revela “em sua voz, marcas de temporalidade, uma historicidade que traz o passado como condição para se compreender o presente” (FERNANDES, 2008, p. 81). Essas marcas podem também ser observadas na fala do sujeito que responde à pergunta, inicialmente, com o nome de uma madeira de lei, muito conhecida e utilizada na construção civil e fabricação de móveis e que esteve praticamente extinta, devido ao extrativismo descontrolado, a peroba:

“perova”. ((A ‘perova’ é uma?)) “é uma tora, tira as tábuas tudo certo, né?” Depois de a informante explicar que ali era sertão quando seu pai chegou, que foram abrindo picadas no mato, a entrevistadora desligou o gravador para insistir na explicação, até obter; “*árvi*”. (ALPR, ponto 11, sujeito A, p. 92)

Essa resposta do sujeito merece um olhar mais atento. Conforme afirma Santos (2012, p. 35), ao responder, “o sujeito-entrevistado não informa apenas que item lexical utiliza, pois, enquanto membro de um grupo social localizado num dado espaço, ele reconstrói o significado proposto”. Para esse sujeito, cujos pais chegaram àquele local (Paraná) quando ainda era sertão e que participaram do desmatamento da região, “abrindo

picadas no mato”, não é estranha a resposta “perova” (peroba). Esse sujeito fala de uma posição de “desbravador” ou de “filho de desbravador” que abria picadas e derrubava árvores cuja madeira era a peroba. Seu dizer significa “pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva” (ORLANDI, 2001a, p. 53).

Outras respostas apontadas no cartograma corroboram essa noção de um sujeito discursivo que integra a história e revela, em sua voz, aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras, pois as realizações linguísticas trazem inseridas em si mesmas diversidades de interesses. A propósito, podem-se citar, como exemplo, dentre outras, as falas de alguns sujeitos que, ao responder a pergunta do questionário, se referem à árvore como o produto que dela se extrai para outros fins:

“(...) depois tira a maderá ((O que derruba?)) Tudo que é **pau** que quisé derrubá?” A resposta só foi obtida no final da questão. (ALPR, ponto 45, sujeito A, p. 92)

“ah, isso depende né... A **maderá** que a gente vai querê porque tem muitas ispéci de **maderá**, né”. (ALPR, ponto 46, sujeito A, p. 92)

“derrubá [pra] tirá **maderá**? É um pinhero, né?” ((O pinheiro é o quê?)) O pinheiro é uma **arve**, né?”. (ALPR, ponto 58, sujeito B, p. 92)

Os exemplos acima citados legitimam a concepção de sujeito definida pela Análise do Discurso que o considera como um ser social, compreendido em um espaço coletivo, ou seja, um sujeito que existe em um espaço social e ideológico inserido em um momento histórico definido, sujeito cuja voz revela seu lugar social e expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade histórica e social.

É importante acrescentar que, no verbete *pau*, em Ferreira (2009), encontramos também a seguinte definição: *Bras., N. E. Pop.* Qualquer árvore. Portanto, *pau* aparece como um brasileirismo, como um termo em uso no Nordeste e como um termo popular. De acordo com Nunes (2006, p. 154), nessa definição, “*pau* aparece, ainda que não de forma marcada, como sinônimo de árvore”. Nunes (2006, p. 154) também assegura que “*pau* é utilizado em alguns relatos de viajantes e missionários que descreveram árvores do Brasil”. Ele cita como exemplo o relato de João Daniel (2004, p. 476): “Não se

admira menos a riqueza do rio máximo Amazonas na multidão, variedade, e preciosidades dos paus que por todo o vasto, e dilatado distrito de suas matas se criam, e se perdem”. Nesse sentido, é possível afirmar que nas respostas dos sujeitos-entrevistados existe um entrecruzamento de diferentes formações discursivas que os constituem e que revelam uma realidade social e histórica. Não é exagero afirmar que “na constituição do sujeito discursivo, das formações discursivas mais visíveis, apreendidas como interdiscursividade resultante do entrecruzamento entre a História, o desejo e o poder, etc.” (FERNANDES, 2008, p. 77), nas respostas citadas, resgata-se a presença do Capitalismo. A utilização dos itens lexicais *madeira* e/ou *pau* pelos sujeitos revelam o que não foi dito nas entrelinhas do que é dito. A madeira era, para esses sujeitos, fonte de renda e subsistência. Do ponto de vista de um comerciante de madeiras, uma árvore pode ser um produto e para um fabricante de móveis ela pode ser uma matéria prima. Outro fato importante que não deve ser esquecido é que, desde os tempos da descoberta do País, “há sentidos econômicos produzidos em torno de *pau-Brasil*” (NUNES, 2006, p. 154). Segundo Ferreira (2009), essa madeira “era objeto de intenso comércio nos tempos coloniais em virtude do corante vermelho que se extraía do lenho e servia para tingir tecidos e fabricar tinta de escrever. Hoje é árvore rara”. Essa questão econômica em torno de madeira fica bem visível na fala dos três sujeitos, citados a seguir:

Na sequência: “derruba a mata”, a “**madera**”. Relacionou uma série de nomes de madeira, sem se referir ao termo genérico... (ALPR, ponto 20, sujeito B, p. 92)

Depois de relacionar várias madeiras de lei, foi-lhe perguntado sobre o que era tudo aquilo: “é **madera** [de] construção”. ((Se não se quiser chamar aquilo de peroba pode-se chamar de quê?)) “**pé de árviri**, né”. (ALPR, ponto 12, sujeito B, p. 92)

“perova, cedro, óleo, pinho, canela”. ((E tudo é uma?)) “uma **arve**”. (ALPR, ponto 19, sujeito B, p. 92)

É possível dizer que são as condições de produção nas quais se realizaram esses enunciados que lhes dão uma existência específica. Observa-se que os três sujeitos falam de uma mesma posição, da posição de “extrator de madeira”. Para eles, “*O que se derruba lá na mata para tirar uma tora*” não é uma árvore, mas é a própria “madera”,

a “madera [de] construção”, a “perova”, o “cedro”, o “óleo”, o “pinho”, a “canela”. Seria bem diferente se a mesma questão fosse feita a um ambientalista, por exemplo, que poderia responder que derrubar uma árvore é derrubar uma vida, é diminuir a reserva florestal, é prejudicar a qualidade de vida do homem. Nos enunciados dos três sujeitos-entrevistados citados, percebe-se que o tema do capitalismo se atualiza. O que importa é o produto final, a fabricação de produtos comercializáveis, é a *mercadoria*, com o objetivo de obter o *lucro*. Esses são os processos socioideológicos que viabilizam a presença de tais itens lexicais e os referendam como integrantes de uma dada formação discursiva.

Um quarto exemplo, em cujo enunciado também fica claro o retorno do tema do capitalismo, pode ser aqui acrescentado. O sujeito-entrevistado, ao responder à questão formulada, também se refere ao produto que pode ser extraído da árvore:

“pinheiro, cedro” ((É o quê?)) “é uma : : **arvi**, né, **madera**”. (ALPR, ponto 29, sujeito B, p. 92)

Um outro dado importante que se observa no estado do Paraná é a presença de um grande número de casas feitas de madeira, dado esse que pode ser apontado como um elemento identitário da comunidade paranaense, na medida em que se mostra como uma diferença, pois em outros estados brasileiros não se verifica, ou é muito raro, o costume de construir casas com madeira. Segundo afirma Garcia (1987),

ao final do século XIX, a intensificação e mecanização da exploração madeireira e a instalação de serrarias, principalmente no sul do país, onde a matéria-prima era abundante, permitiu a padronização de elementos construtivos e a difusão da arquitetura em madeira. A casa de madeira tornou-se, então, tradicional nas paisagens paranaenses.

Conhecer esse dado torna mais fácil a compreensão das escolhas lexicais feitas pelos sujeitos-entrevistados paranaenses, pois a língua é compreendida enquanto trabalho simbólico, que faz sentido enquanto parte do trabalho social geral que constitui o sujeito e sua história. Faz-se necessário levar em conta o homem na história, considerando os processos e as condições de produção da linguagem por meio da relação entre a língua e os sujeitos que a falam e também as situações a partir das quais se enuncia, pois a

linguagem se relaciona à sua exterioridade. Assim, os diferentes discursos materializados na fala dos sujeitos podem levar o leitor a refletir sobre a constituição identitária do povo paranaense. A voz que se ouve na sua fala revela a presença de uma memória discursiva que se constrói pela história e da qual os sujeitos, participantes de determinados grupos sociais, se apropriam em suas interações, como se deixa transparecer no seguinte exemplo:

“pra tirá uma **madera** pra fazê uma casa? (...) Pinheiro, cedro... Essas **arve** que dá mais grande né”. (ALPR, ponto 20, sujeito A, p. 92)

Percebe-se, no exemplo citado, que esse sujeito também fala a partir da posição de “extrator de madeira” e/ou de “construtor de casa de madeira”. Essa posição é partilhada com um grupo do qual outros sujeitos também participam e o que é dito por esses sujeitos significa ou faz sentido em relação à formação discursiva na qual se inscrevem suas palavras.

Não se pode deixar de acrescentar que, em contraste com as casas de madeira da região Sul, especialmente as do Paraná, cujo “arremate do telhado era feito com lambrequins, que, além de servirem como pingadeiras, e proteção ao beiral, constituíam-se em ricos elementos decorativos, dado o requinte de desenho que geralmente apresentavam” (GARCIA, 1987), encontram-se, na região Norte e Nordeste do País, casas de madeira modestas que revelam a pobreza e a falta de recursos de seus moradores, dado que também pode ser apontado como um traço identitário dessas regiões:

Normalmente, são construções feitas por famílias mais humildes e que utilizam a mão de obra familiar para a construção das próprias casas. A primeira etapa é entrelaçar os paus de madeira, galhos de árvores, cipós e ripas, fazendo um gradeamento, de maneira a prender o barro amassado, colocado nos espaços vazios. Posteriormente, é passada uma camada de barro amassado nas paredes internas e externas da construção para sua fortificação. A cobertura é feita por diversos materiais, dependendo da região onde é construída. Podem ser usados capim, palha de coqueiro, carnaúba, entre outros (HJOBRAIL, 2012).

Outro aspecto que se deseja abordar nesta análise é a marca de um sujeito coletivo, cuja voz reflete uma estrutura social que envolve uma comunidade, um grupo. A marca

de coletividade apresenta-se, de forma explícita, na voz do sujeito pelo emprego do pronome pessoal plural *nós*³⁸, expressando sua condição sócio-histórica de membro de um grupo de moradores do estado do Paraná. Essa marca de coletividade pode ser vista na fala do sujeito a seguir:

“nóis sempre tem a perova”. Apontou-se uma árvore: “aquilo é pescu [= pêssago]. ((Se não sei o nome, eu digo que aquilo é o quê?)) “nós vamo subi naquele **pé de fruta**”. O termo ‘**arve**’ só ocorreu depois de se desligar o gravador e se reformular a questão várias vezes. (ALPR, ponto 11, sujeito B, p. 92)

Nota-se, portanto, que o emprego do pronome pessoal plural “nóis” não determina um sujeito, pelo contrário, ele aponta para um interlocutor que participa de um grupo social específico, que se insere em uma dada realidade histórica. A marca de coletividade, explicitamente apresentada na voz desse sujeito, expressa sua condição sócio-histórica de paranaense “extrator de madeira” ou de paranaense cujos pais foram “extratores de madeira”.

Segundo afirma Pêcheux (1997, p. 160), “as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas”. Portanto, é possível afirmar que o enunciado “nóis sempre tem a perova” ganha sentido e ao mesmo tempo revela o contexto sócio-histórico-econômico no qual ele foi produzido. A afirmação “nóis sempre tem a perova”, deixa claro que no momento da enunciação havia madeira, nesse caso, a peroba. A afirmação também deixa transparecer, com o emprego do advérbio de tempo *sempre* que tem, aqui, o sentido de “na totalidade do tempo” (HOUAISS; VILLAR, 2009), a ideia de que, no momento anterior à enunciação, já havia sempre peroba. Além disso, o emprego do verbo *ter*, conjugado no presente do indicativo, assinala o aspecto durativo do verbo.

Pêcheux (1997, p. 160) chama de formação discursiva “aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode*

³⁸ Cumpre reiterar que não é objetivo deste trabalho abordar o aspecto morfossintático da língua. Entretanto, o emprego do pronome *nós* foi apontado com a intenção de explicitar a constituição de um sujeito coletivo cujas escolhas lexicais não são feitas de maneira pessoal, mas são antes influenciadas pelo grupo, pela coletividade.

e *deve ser dito*”. Se considerarmos o contexto histórico a partir do qual o sujeito-entrevistado enuncia, é possível afirmar que a formação ideológica correspondente à formação discursiva na qual se inscreve esse enunciado permitia dizer “nóis sempre tem a perova”. Naquele momento histórico, a extração de madeira não era considerada ilegal, pelo contrário, era considerada como uma atividade econômica. Entretanto, no contexto sócio-histórico-econômico atual, em que se privilegia o desenvolvimento sustentável, a extração de madeira, sobretudo da peroba, é considerada ilegal e está sujeita a aplicação de multa pela fiscalização. Nesse sentido, a formação ideológica atual determina que o enunciado “nóis sempre tem a perova”, não pode e não deve ser dito com o sentido de ser possível e/ou permitida a exploração dessa madeira.

Há ainda uma segunda situação na qual se observa o emprego do pronome pessoal plural *nós* corroborando a noção de constituição de um sujeito coletivo integrante de um grupo de “extratores de madeira”. Isso fica evidente no exemplo elencado:

Inicialmente respondeu: “nóis dizemo derrubá o mato”. Na repregunta: “cheio de **madera**”. Depois de relacionar várias espécies de madeira, comentou: “tem esse **pau** que tem um remédio dento (...)”. (ALPR, ponto 37, sujeito A, p. 92)

Uma formação discursiva revela formações ideológicas que a integram. Assim, o exame detalhado de *madeira* e/ou *pau*, considerando esse item lexical como um enunciado integrante de uma formação discursiva, leva a perceber que seu uso envolve sujeitos oriundos de um momento histórico e econômico no qual a extração da madeira se configurava como uma atividade econômica importante e como meio de obtenção de material para a construção de casas. Todavia, além dessas formações discursivas já abordadas, é possível afirmar que se depreende da fala do último sujeito citado, quando ele diz “tem esse **pau** que tem um remédio dento”, uma outra formação discursiva. Segundo Cascudo (1972, p. 110),

a transferência de moléstias, que James Georges Frazer fixou na Europa (II, 263), o português trouxe para o Brasil. As febres maláricas, varíola, dor de dentes, acne, podem ser transmitidas às árvores. Para as febres amarra-se um fio de algodão ao pescoço e o doente dorme uma noite com ele. Pela manhã, antes do sol, ou passado o acesso febril, o doente ou alguém de seu sangue (pai, filho, irmão, primo carnal) amarra o fio de algodão a uma árvore, no tronco e não num galho, rezando,

ininterruptamente, salve-rainha, credo, ofício de Nossa Senhora, e deixa-o lá, andando, sem olhar para trás.

Cascudo (1972, p. 110) descreve, ainda, rituais específicos para outros tipos de moléstias e também afirma que

não se deve tocar em [...] coisa alguma encontrada em oco de árvore ou amarrada ao tronco, sob pena de receber a moléstia ali condensada. Quem ficou restabelecido em sua saúde com esse processo, livre-se de passar por debaixo de árvore que adoeceu por ele. Recairá e com violência.

Assim, ao dizer "tem esse **pau** que tem um remédio dento (...)", esse sujeito revela em sua voz crendices e/ou superstições próprias de um discurso perpassado por religiosidade e folclore que revela construções identitárias e socioculturais dos sujeitos retratados.

6.2 CHUVISQUEIRO, CHUVA FINA, GAROA OU NEBLINA

*Eu gosto desta chuva fina
que cai feito carinho,
feito benção
e escorre suave
como lágrima de alegria...
lavando a minha alma
e o meu dia.
(Mara Senna)*

A segunda questão selecionada foi a de nº 35 – “*Como se chama aquela chuvinha miúda e demorada?*”. Essa questão faz parte do domínio “Natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo, etc.” e deu origem a dois cartogramas: o cartograma 19 “Chuva miúda e demorada (principais designações para)” que “mostra a distribuição diatópica das variantes **garoa** e **neblina**” (AGUILERA, 1994, p. 60), e o cartograma 20 “Chuva miúda e demorada”. A análise considerou os itens lexicais presentes nas

respostas dos sujeitos-entrevistados, transcritas por Aguilera (1994), bem como as notas e observações da autora relativas aos dois cartogramas.

A partir das acepções encontradas em alguns dicionários do Português do Brasil, como Ferreira (2009) e a versão *online Michaelis* (2012), é possível dizer que *garoa* se constitui dos seguintes semas inerentes: (i) chuva muito fina; (ii) persistente; (iii) constituída de gotículas com diâmetro inferior a 0,5 mm e que caem muito próximas umas das outras. A partir dos dicionários consultados, verifica-se que *neblina* se constitui do seguinte sema inerente: (i) névoa densa e rasteira.

Nas respostas dos sujeitos, além de *garoa* e *neblina*, observa-se o uso de diferentes opções lexicais para o mesmo fenômeno. No cartograma 19, Aguilera aponta como respostas, em ordem decrescente de frequência, apenas os dois itens lexicais: *garoa* e *neblina*. Entretanto, no cartograma 20 aparecem, também em ordem decrescente de frequência, os seguintes itens lexicais: *chuvisqueiro*, *chuva fina*, *chuva de molhar bobo*, *chuva calma*, *chuva de verão*, *chuvisco* e *chuva mansa*. A escolha desses itens lexicais desvela diferentes discursos que se entrecruzam na voz do sujeito produzindo novos efeitos de sentido. Isso pode ser observado na fala de alguns sujeitos-entrevistados, como nos exemplos a seguir:

“(...) sempre dá a **garoa de sur** [= sul] né, a **chuva garoa** que vem do vento sur, né, vento sur, **chuva de vento sur**, né”.³⁹ (ALPR, ponto 55, sujeito B, p. 60)

“ah, nós dizemo **garoa**, a vez ela leva treis, quato dia. Daí depois, ela vem muito com o vento do mar, sempre vem com o vento do mar, por isso ela demora treis, quato dia”. (ALPR, ponto 61, sujeito B, p. 60)

“**chuva do mar**, né, essa chuvinha fina e demorada”. (ALPR, ponto 62, sujeito A, p. 62)

É possível dizer que essas diferentes escolhas lexicais estão inscritas em diferentes discursos que espelham o lugar sócio-histórico de onde falam os sujeitos da pesquisa. A situação geográfica do estado do Paraná, localizado na região sul do País e banhado

³⁹ Essa e as outras falas dos sujeitos e observações da autora que serão aqui reproduzidas foram retiradas das notas aos cartogramas 19 e 20 do *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR*, páginas 60 e 62. Os grifos são da autora do Atlas.

pelo mar, corrobora a escolha lexical dos sujeitos citados e leva à compreensão do surgimento de outros semas possíveis, que geralmente se atualizam na interação entre os sujeitos, tais como os semas aferentes⁴⁰: “*chuva de vento sur*”, “*chuva do mar*” e (chuva que) “*sempre vem com o vento do mar*”. A escolha desses itens lexicais desvela diferentes discursos que se entrecruzam na voz do sujeito produzindo novos efeitos de sentido. O pré-construído, o já-dito, aquilo que está armazenado e esquecido possibilita o dizer, sustentando a apropriação da palavra: é a memória discursiva atingindo os sujeitos sem que eles percebam, pois, como afirma Orlandi (2001a, p. 32), “o dizer não é propriedade particular [...] as palavras significam pela história e pela língua”. A presença de semas como “*chuva de vento sur*”, “*chuva do mar*” e “*sempre vem com o vento do mar*”, nas respostas dos sujeitos que residem no Paraná, estado com costa litorânea, é aceitável e se justifica pela experiência que esses sujeitos têm ou mantêm com a presença e/ou influência do mar. O que seria menos compreensível e pouco provável em outros estados do interior do Brasil, distantes do litoral e não banhados pelo mar, pois, conforme atesta Possenti (1997, p. 5), “o sentido não está associado simplesmente nem às palavras, nem aos enunciados, mas depende, de alguma forma, exatamente, da enunciação dos enunciados, o que, por sua vez, depende de condições específicas”. Portanto, seria difícil admitir, por exemplo, que um sujeito mineiro, isto é, que nasceu e que reside em Minas Gerais, fizesse a escolha pelo item lexical “*chuva do mar*” e/ou chuva que “*sempre vem com o vento do mar*”, pois sua experiência de vida, ou melhor, sua experiência no espaço onde vive, não lhe permite ter esse conhecimento da chuva com relação ao mar.

A partir dos dados históricos sobre a colonização do Paraná e dos aspectos econômicos apresentados por Aguilera (1996), é possível afirmar que, assim como a extração da madeira, a agricultura também ocupou um papel muito importante na economia desse estado na época em que a pesquisa foi realizada. Esse dado se comprova pelas informações sobre as atividades econômicas predominantes de vários

⁴⁰ Os semas aferentes são classificados como “conotativos, não distintivos, não definitórios e não universais, provenientes de outros tipos de codificações como normas socializadas e até mesmo idioletais” (RASTIER, 1996, p. 44). É possível dizer, portanto, conforme sugere Santos (2011), que os semas aferentes podem se originar em determinados contextos sócio-históricos, eles podem surgir de valores individuais, de crenças, de lendas e até mesmo de superstições.

pontos (ou localidades) contemplados pela pesquisa geolinguística que deu origem ao *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR*. Nesses vários pontos aparece a agricultura como atividade econômica predominante. Podem ser citados, entre muitos outros, dois pontos nos quais os sujeitos-entrevistados se referem à lavoura em suas respostas. O ponto 47 – *Foz de Iguaçu*, onde havia indústria extrativa vegetal e cultivo de milho, feijão, arroz, batata inglesa, trigo, tomate e uva (AGUILERA, 1996, p. 72) e o ponto 52 – *Iratí*, com cultivo de batata inglesa, trigo, milho, feijão, centeio, arroz e uva (AGUILERA, 1996, p. 81). Esse dado se mostra relevante, pois aponta aspectos históricos que corroboram a escolha lexical de alguns sujeitos da pesquisa.

Compreende-se, portanto, que, no contexto sócio-histórico, político e econômico pelo qual o sujeito-entrevistado se constituiu, a agricultura era considerada fonte de renda e subsistência. Nesse sentido, pode-se afirmar que o sujeito se constitui em um sujeito discursivo que integra a história e revela em sua voz marcas do tempo e da história. Essas marcas podem ser observadas nas falas de alguns sujeitos que relacionam a chuva miúda aos benefícios por ela proporcionados à agricultura:

Inicialmente comentou: “ah, nói(s) gostamo mais da chuvinha demorada (...) já tão gostosa pas lavora”. Perguntou-se mais duas vezes: “é o nome de **garoa**”. (ALPR, ponto 52, sujeito A, p. 60)

Discorreu inicialmente sobre os efeitos da chuva fina: “que (...) móia mais que a chuva grossa, passagera, né?” Para outro nome ocorreu: “quando ta chovendo fininho, demorado, [é] **garoa**”. (ALPR, ponto 47, sujeito A, p. 60)

É interessante observar que, no segundo exemplo citado, apesar de não aparecer a palavra lavoura na resposta do sujeito, é possível inferir que, ao dizer “móia mais que a chuva grossa, passagera”, o sujeito se refere ao fato de a chuva miúda e demorada, comparada à chuva grossa e passageira, molhar mais a terra, o que proporciona melhores condições para o plantio e cultivo das plantas.

Chevalier e Gheerbrant (2002, p. 235) afirmam que “a chuva é universalmente considerada o símbolo das influências celestes recebidas pela terra. É um fato evidente o de que ela é o agente fecundador do solo, o qual obtém a sua fertilidade dela”.

É possível dizer, considerando-se a fala dos sujeitos-entrevistados, que esse conceito de chuva como “agente fecundador do solo”, como aquela que traz “fertilidade” ao molhar o solo, está presente no imaginário popular dos sujeitos e produz novos efeitos de sentidos em seus enunciados.

Nesse sentido, percebe-se que um novo sema aferente emerge da fala do sujeito-entrevistado. Para ele, a chuva miúda e demorada é agente de produção, a chuva miúda e demorada é aquela que faz a terra produzir frutos, é a chuva boa para a seara. Quando esse sujeito fala a partir da posição do homem que lavra a terra, da posição de “agricultor”, o que ele diz “deriva seu sentido, em relação à formação discursiva [na qual ele inscreve suas palavras], de modo equivalente a outras falas que também o fazem da mesma posição” (ORLANDI, 2001a, p. 49). Quando esse sujeito fala “já tão gostosa pas lavora”, referindo-se à chuva miúda, ele está na posição de “agricultor”, falando como outros agricultores falam.

Na Análise do Discurso, para se compreender o sujeito discursivo, é necessário compreender quais são as vozes socioideológicas que se ouvem na sua própria voz. O emprego das expressões “tão gostosa pas lavora” e “móia mais que a chuva grossa, passagera” revela a inscrição socioideológica do sujeito enunciatador. A utilização dessas expressões revela um sujeito que integra, como participante, um grupo de sujeitos para os quais os benefícios trazidos pela chuva miúda são muito importantes. Suas respostas corroboram essa noção de um sujeito discursivo que integra a história e revela em sua voz aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras, aspectos sociais e ideológicos de um agricultor, de alguém que lavra a terra e se beneficia com seus frutos.

Os diferentes discursos, atravessados por credences, superstições, simpatias e outros costumes populares dos sujeitos, expressam a ideologia de um determinado grupo social. Nesse sentido, é interessante observar que, ao responder à pergunta sobre a chuva miúda e demorada, alguns sujeitos utilizam o diminutivo para se reportarem a esse tipo de chuva. Importa examinar com cuidado essas respostas, embora não se possa descartar a hipótese de que o uso do diminutivo nas respostas possa ter sido

influenciado pela própria pergunta que também utiliza o diminutivo: “*Como se chama aquela chuvinha miúda e demorada?*”.

Bechara (1999, p. 140) afirma que o emprego do diminutivo está relacionado ao caráter intencional do falante e pode expressar, além da ideia de tamanho, desprezo, crítica, sentido pejorativo ou, ainda, associar afetividade e carinho à noção de pequenez. No caso das respostas dos sujeitos do *ALPR*, é possível dizer que o emprego do diminutivo expressa um tipo de afetividade, de carinho, pois é essa chuva “bem fininha” que molha a terra e a faz produtiva. Esse fato pode ser observado na fala de alguns sujeitos:

“ah... **garoazinha**... é uma **garoazinha** quando chove bem fininha”. (*ALPR*, ponto 65, sujeito B, p. 60)

“é, quando tá chovendo divagarzinho nós falamos, é **librina**”. Para ‘outro nome’: “é **garoa**, dizem, né, **serenininho**”. (*ALPR*, ponto 03, sujeito B, p. 60)

A resposta completa foi: “nós fala (...) temporal. Agora, dá uma **garoinha** fina parecendo uma farinha cuada assim, né, então uns fala **garoa**, (ess)sas coisa; agora, modo de entendê tem muitos: fala **temporal**, otos fala **garoa**”. (*ALPR*, ponto 17, sujeito B, p. 60)

“**garoazinha**”. (*ALPR*, ponto 57, sujeito B, p. 60)

“**neve**... é uma **nevinha**, né, [que] usa fala”. Para ‘outro nome’: fala **chuvinha fina** também”. (*ALPR*, ponto 16, sujeito B, p. 62)

É importante observar também que, nas respostas elencadas acima, os sujeitos que empregam o diminutivo para denominar o fenômeno atmosférico em questão são do sexo masculino, conforme atesta Aguilera (1996, p. 107): “designamos por A a informante do sexo feminino e por B o do sexo masculino”. Essa informação sobre o gênero dos sujeitos é pertinente e pode causar estranheza, pois não é comum o emprego do diminutivo entre os homens. Normalmente, são as mulheres que integram um conjunto de sujeitos ideologicamente mais propensos ao emprego do diminutivo em suas escolhas lexicais. Conforme atesta Foucault (1995), em todo discurso estão presentes enunciados que o antecedem e o sucedem e que são também integrantes de outros discursos. Nesse sentido, é possível dizer que, ao utilizar o diminutivo em sua

resposta, o sujeito se mostra integrante de um conjunto de sujeitos para os quais a chuva miúda e demorada é importante e traz muitos benefícios para a terra que cultivam. Portanto, usar o diminutivo para denominar essa chuva é, de certo modo, um elogio e uma maneira carinhosa e pode promover uma espécie de garantia para que ela venha sempre molhar suas lavouras.

Outro aspecto interessante que se deseja abordar nessa análise é a realidade cultural do sujeito, isto é, seu mundo sociocultural, orientando e determinando suas escolhas lexicais. Há uma expressão popular muito conhecida e utilizada para designar a chuva miúda ou a chuva leve e, ao examinarmos as respostas dos sujeitos-entrevistados transcritas no verso do cartograma, podemos observar que vários sujeitos utilizam essa expressão popular para responder à pergunta proposta pela pesquisadora. Esse fato não causa estranheza, visto que expressões populares são normalmente utilizadas por pessoas de baixa escolaridade, que é o caso dos sujeitos escolhidos para a pesquisa geolinguística. Assim sendo, podemos citar, entre outros, três exemplos de respostas nas quais o sujeito-entrevistado utiliza a expressão popular para se referir à chuva miúda:

“aquela chuva eu chamo de **molhá bobo**”. (ALPR, ponto 10, sujeito A, p. 62)

Para ‘outro nome’: “é, usa o povo falá assim: é uma chuva de... como diz o ditado, **chuva de moiá tonto, moiá bobo**”. (ALPR, ponto 24, sujeito B, p. 62)

Na repergunta, buscando-se um nome mais popular, ocorreu: “ah, o **sereno**, né, ah... tem... quando cai aquela chuvinha que a gente fala: óia a **chuva de moiá tongo, moiá os bobo**”. (ALPR, ponto 39, sujeito B, p. 62)

Conforme asseguram Nogueira e Isquerdo (2005, p. 232),

dentro [de um] universo plural, que reconhece e assume a diversidade como fator inerente ao homem, a cultura e a linguagem representam papel fundamental, pelo fato de serem elementos que marcam as diferentes visões do mundo, os peculiares modos de ser e de falar dos indivíduos, condicionados a fatores espaciais e socioculturais.

Nesse sentido, podemos dizer que o fator espacial e sociocultural no qual se inscrevem os sujeitos-entrevistados se configura como “pano de fundo” que favorece o aparecimento de tais enunciados e os referencia como próprios de determinada formação discursiva.

Importa também a esta análise, como na análise anterior, assinalar a marca de um sujeito coletivo, cuja voz reflete uma condição social de um grupo, de uma comunidade. A marca de coletividade está expressa na voz do sujeito pelo emprego do pronome pessoal plural *nós*, manifestando sua condição sócio-histórica de membro de um grupo de moradores do estado do Paraná. Essa marca de coletividade pode ser observada na fala de alguns sujeitos:

“é, quando tá chovendo divagarzinho nós falamos, é **librina**”. Para ‘outro nome’: “é garoa, dizem, né, **sereninho**”. (ALPR, ponto 03, sujeito B, p. 60)

“ah, nós tratamos um **chuvisqueiro**, é um **chuvisqueiro**”. (ALPR, ponto 11, sujeito B, p. 62)

Resposta espontânea: “nós fala, é uma **chuva calma, chuva mansa**, ota hora fala em **chuvisqueiro**”. (ALPR, ponto 23, sujeito A, p. 62)

Além do emprego do pronome plural *nós*, podemos verificar em outro exemplo o emprego da locução “a gente” que também denota coletividade e que, segundo Houaiss e Villar (2009), significa “a pessoa que fala em nome de si própria e de outro(s); nós”:

Na repregunta, buscando-se um nome mais popular, ocorreu: “ah, o **sereno**, né, ah... tem... quando cai aquela chuvinha que a gente fala: óia a **chuva de moiá tongo, moiá os bobo**”. (ALPR, ponto 39, sujeito B, p. 62)

Observa-se, portanto, que o emprego do pronome pessoal plural *nós* e da locução *a gente* não especifica um sujeito, antes ele aponta para um interlocutor que integra um determinado grupo social inserido em um contexto sócio-histórico definido. A marca de coletividade, explicitamente apresentada na voz desse sujeito, expressa sua condição sócio-histórica de integrante de um grupo de sujeitos oriundos de um momento histórico e econômico no qual a agricultura se configurava como uma atividade econômica

importante e como meio de subsistência e, ainda, sua condição sócio-histórica de habitante de um espaço determinado, qual seja, o estado do Paraná.

6.3 CHUVA DE PEDRA, DE GRANITO, DE FLOR OU DE ROSA

*E canta a saraiva clara
sobre a terra enxuta, sobre a terra boa.*

*Pedras, pingos pulam de alegria
como vidro moído, numa dança louca.*

*Ouve como soa
sobre a terra o baque da saraiva clara,
fria, fria, fria, numa chuva boa...
(Augusto Meyer)*

A terceira questão selecionada para a análise foi a de nº 37 – “*Quando chove e caem pedrinhas de gelo, como se chama essa chuva?*”. Essa questão também faz parte do domínio “Natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo, etc.” e deu origem a três cartogramas: o cartograma 24 “Chuva-de-pedra”, o cartograma 25 “Chuva de pedra (designações eufêmicas)” e o cartograma 26 “Chuva de pedra (outras designações para)”. A análise enfocou as respostas completas dos sujeitos-entrevistados, tal como constam no verso do cartograma no *ALPR*, bem como as notas acrescentadas por Aguilera a essas respostas. Conforme assinala Aguilera (1994, p. 70), esses cartogramas apresentam a variação lexical registrada “nas respostas à questão ‘a chuva que cai com pedacinhos de gelo’”.

A partir das acepções de chuva de pedra apontadas por Ferreira (2009), é possível indicar o seguinte sema inerente para *chuva de pedra*: (i) tipo de precipitação atmosférica na qual as gotas de água se congelam ao atravessar uma camada de ar frio, caindo sob a forma de pedras de gelo. Santos (2012, p. 43) aponta outro sema inerente de chuva de pedra: “ocasionada pela queda brusca de temperatura”. Todavia,

a opção lexical *chuva de pedra* não foi a única utilizada pelos sujeitos da pesquisa; ao lado desse item lexical a autora do atlas aponta, em ordem decrescente de frequência, outros itens lexicais. No cartograma 24 “Chuva-de-pedra”, Aguilera (1994, p. 70) afirma que “o maior número de ocorrências deu-se com o vocábulo **chuva de pedra**”, seguido de *chuva de granito* e *pedreira*. No cartograma 25 “Chuva de pedra (designações eufêmicas)”, são apontados os itens lexicais *chuva-de-flor*, *chuva-de-rosa* e *chuva-de-milho*. No cartograma 26 “Chuva de pedra (outras designações para)”, encontram-se *tormenta*, *tempestade*, *neve* e *gelo*.

É possível dizer que a escolha desses itens lexicais não é aleatória, pelo contrário, ela é influenciada e determinada pelas condições de produção nas quais se realizam os enunciados, desvelando diferentes discursos que se entrecruzam na voz do sujeito produzindo novos efeitos de sentido. Conforme assevera Orlandi (2001a, p. 43),

o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem.

Isso pode ser observado na fala de alguns sujeitos que, ao responderem à pergunta, deixam transparecer as condições sócio-históricas nas quais se realizam o enunciado. As respostas elencadas a seguir revelam a presença do discurso da mídia influenciando e determinando a escolha lexical do sujeito e apontam o contexto sócio-histórico-cultural no qual ele se encontra inserido:

Na repregunta: “nói(s) fala **granismo** (...) tem gente que fala **pedra**, né mais a gente viu falá na televisão aí é **granizo**, né, **chuva de granizo**”.⁴¹ (ALPR, ponto 06, sujeito B, cartograma 24, p. 70)

Quando se comentou que havia algumas pessoas que não falavam **chuva de pedra**, completou: “é, eles fala é **chuva de granito**, né, a gente ouve (as)sim televisão, rádio”. (ALPR, ponto 15, sujeito B, cartograma 24, p. 70)

⁴¹ Essa e as outras falas dos sujeitos e observações da autora que serão aqui reproduzidas foram retiradas das notas aos cartogramas 24, 25 e 26 do *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR*, nas páginas 70, 72 e 74. Os grifos são da autora do Atlas.

Como exposto anteriormente, em todo discurso estão presentes enunciados que o antecedem e o sucedem e que são também integrantes de outros discursos (FOUCAULT, 1995). É possível dizer que nessas respostas elencadas percebe-se a presença de uma memória coletiva na qual os sujeitos se inscrevem. Fernandes (2008, p. 45) afirma que os discursos exprimem uma memória coletiva, “até mesmo porque a existência de diferentes tipos de discurso implica a existência de diferentes grupos sociais, sem, contudo, implicar equivalência.” Percebe-se que a voz do sujeito se constitui de um conjunto de vozes sociais e a escolha lexical revela a inscrição socioideológica do sujeito enunciator. Assim, ao utilizar *chuva de granizo* ou *chuva de granito*, o sujeito se mostra integrante de um conjunto de sujeitos cuja linguagem se mostra influenciada pela mídia, representada pela televisão ou o rádio. É importante observar também que os sujeitos que se referem ao fato de ouvirem a expressão *chuva de granizo* ou *chuva de granito* na televisão ou no rádio são do sexo masculino (sujeitos B). Essa informação sobre o gênero dos sujeitos é pertinente e interessante, pois permite, a partir das respostas desses sujeitos, distinguir dois grupos que se posicionam de maneira diferente em relação à influência midiática, ou seja, em relação à influência da linguagem televisiva. Se, por um lado, os sujeitos do sexo masculino afirmam: “nói(s) fala **granismo** (...) tem gente que fala **pedra**, né mais a gente viu falá na televisão aí é **granizo**, né, **chuva de granizo**”, ou ainda, “é, eles fala é **chuva de granito**, né, a gente ouve (as)sim televisão, rádio”; por outro lado, há um sujeito-entrevistado, do sexo feminino, que diz não se importar com o que ouve na televisão e que não se interessa na utilização dessa linguagem televisiva:

Quando interrogada por outro nome, observou que: “eu vejo falá assim na televisão, assim, mais eu num gravo, sabe, eu nem assunto [= presto atenção] aquilo”. A entrevistadora perguntou por granizo: “é isso aí que eu (a)qui sempre oiço”. (ALPR, ponto 17, sujeito A, cartograma 25, p. 72)

Nesse sentido, a partir das condições de produção desses enunciados, é possível dizer que, entre os sujeitos-entrevistados do ALPR, os sujeitos do sexo masculino se mostram propensos à influência da linguagem midiática e escolhem falar **chuva de granizo** ou **chuva de granito** porque “a gente ouve (as)sim televisão, rádio”. Contrariamente ao grupo do sexo masculino, poderíamos dizer que o grupo do sexo

feminino⁴², representado pelo exemplo citado, não se deixa influenciar pelo que ouve na televisão, pois assim afirma o sujeito: “eu vejo falá assim na televisão, assim, mais eu num gravo, sabe, eu nem assunto [= presto atenção] aquilo”.

Na resposta transcrita na sequência, o sujeito, também do sexo feminino, ao responder à questão proposta pela pesquisadora, refere-se à existência de uma linguagem adequada, uma linguagem correta para se expressar:

“eu, na minha língua, porque tem um jeito de falá bem, porque eu sei que tem, mais eu falo (...) **chuva de pedra**”. (ALPR, ponto 17, sujeito A, cartograma 24, p. 70)

O sujeito, ao enunciar, utiliza o pronome de primeira pessoa e o singular possessivo *minha*, marcando a singularidade do sujeito e revelando sua inscrição em um espaço sócio-histórico específico. Ao dizer “eu falo” e utilizar a expressão “na minha língua”, o sujeito se opõe ao grupo, ao coletivo, apontando uma distância que se interpõe entre o sujeito e o grupo, quando afirma saber que há uma outra maneira de falar, uma outra linguagem, própria de um grupo ao qual ele não pertence, o que poderia indicar um certo preconceito linguístico excludente, pois segundo afirma Soares (2000, p. 41), os

dialetos – de grupos de baixo prestígio social – são avaliados em comparação com o dialeto de prestígio, considerado norma-padrão culta, e julgados, naquilo em que são diferentes dessa norma, “incorretos”, “ilógicos” e até “feios”. Essas atitudes em relação aos dialetos não-padrão não são lingüísticas; são atitudes sociais, culturalmente aprendidas, pois se baseiam em valores sociais e culturais, não em conhecimentos lingüísticos. Na verdade, são julgamentos sobre os falantes, não sobre sua fala.

Nesse sentido, é possível afirmar que o sujeito ao dizer “porque tem um jeito de falá bem, porque eu sei que tem” atualiza o tema do preconceito linguístico, revelando em sua voz um discurso que veicula a ideia de que a variação linguística “correta” é a variação de prestígio, ou seja, a variação falada por aqueles que detêm o poder econômico, social e político e que os falantes que se distanciam dessa norma-padrão

⁴² Cumpre acrescentar que a referência à postura do grupo masculino e do grupo feminino se circunscreve apenas aos sujeitos da pesquisa do ALPR.

falam “errado”. Sobre essa questão, vale lembrar Castilho (2010, p. 205), ao afirmar que:

quem pratica o português popular não “fala errado” – apenas opera com a variedade correspondente ao seu nível sociocultural. Quem pratica o português culto não “fala certo”, de novo apenas se serve da variedade correspondente ao seu nível sociocultural. Falar errado é não se fazer entender em seu meio, como bem lembrava o professor Antenor Nascentes, ou é usar uma variedade inadequada ao meio em que o falante se encontra.

Ainda com relação a essa questão da variação linguística, há uma outra situação que pode ser citada, em que o sujeito, ao ser indagado se há outro nome para o fenômeno atmosférico, também atualiza em sua resposta a questão do preconceito linguístico quando afirma:

[...] “não, só **granio**, otos fala **pedra**, mais o certo memo é **granio**”. (ALPR, ponto 21, sujeito B, cartograma 24, p. 70)

Como já foi dito na análise da questão sobre a chuva miúda, os dados históricos sobre a colonização do Paraná e os aspectos econômicos apresentados por Aguilera (1996) apontam para o fato de que a agricultura ocupou um papel muito importante na economia desse estado na época em que a pesquisa geolinguística foi realizada. Além dos pontos citados anteriormente, cuja atividade econômica predominante era a agricultura, podem ser citados mais dois pontos nos quais os sujeitos-entrevistados se referem à lavoura em suas respostas. O ponto 50 – *Laranjeiras do Sul*, onde havia cultivo de milho, trigo, arroz, soja e feijão (Aguilera, 1996, p. 77) e o ponto 62 – *São Mateus do Sul*, com cultivo de milho, feijão, trigo, centeio, arroz e batata (Aguilera, 1996, p. 98). Esse dado é pertinente e revela aspectos sócio-históricos que potencializam a escolha lexical feita por alguns sujeitos da pesquisa.

No contexto social, histórico, político e econômico no qual vivia o sujeito da pesquisa geolinguística e/ou seus pais, a agricultura configurava-se como fonte de renda e sustento. Portanto, a fala desse sujeito revela sua relação com a história, pois segundo afirma Orlandi (2001a, p. 47), “para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha”. É possível observar na voz do sujeito a presença de uma memória

discursiva estabelecida pela história. Não é por acaso que, ao responder a pergunta proposta pela pesquisadora, alguns sujeitos relacionam a chuva de pedra aos prejuízos por ela causados:

“daí nós dizemo **chuva de pedra**, né, porque, que nem a gente aqui, quando é... que nem nós (n)o ano passado a **pedrera** acabo cum a nossa lavora e agora de novo caiu otra **pedrera**, esses dia aí, então ficô...” (ALPR, ponto 50, sujeito B, cartograma 24, p. 70)

Inicialmente: “diz uma **pedrera**, deu uma **pedrera** aqui no nosso lugar, a gente diz. Aqui sempre dá. Uma vez até deu aqui, distruiu tudo a pranta. E mas esse já diz **tromenta**, né, é **tromenta**, num pode dizê **pedrera**, é **tromenta** né, porque sem vento não dá nada, deu uma ventania, deu uma ventania e caiu pedra é **tromenta** né”. (ALPR, ponto 62, sujeito B, cartograma 24, p. 70)

Ao se pensar no emprego dos itens lexicais *chuva de pedra*, *pedrera* e *tromenta*, apreende-se, pela escolha lexical, a revelação da inscrição socioideológica do sujeito enunciador. A utilização do item lexical *pedrera* ou *tromenta* revela um sujeito que participa, de forma ativa, de um grupo de sujeitos marcados pelos prejuízos que tal chuva traz. As consequências, ou melhor, os prejuízos por ela provocados são o motivo de sua escolha lexical. Aguilera (1994, p. 70) reitera essa afirmação ao assegurar que “tal fenômeno natural, pelos prejuízos que provoca na lavoura, é visto com reservas – portanto tabuizado – sobretudo entre os informantes mais idosos e de menos escolaridade”. Os sujeitos-entrevistados chamam ao fenômeno atmosférico *pedrera* e/ou *tromenta*, pois esses dois itens lexicais têm uma carga semântica negativa, o que traduz o estrago por ele provocado na lavoura. Conforme declara Santos (2012, p. 44), as respostas apontadas no cartograma não podem ser consideradas apenas como transmissão de uma informação, “a saber, a de que [pedrera e/ou tromenta] integra o vocabulário ativo [desses sujeitos], enquanto chuva de pedra faz parte de seu vocabulário passivo”. Ao complementar suas respostas com a expressão “a **pedrera** acabo cum a nossa lavora e agora de novo caiu otra **pedrera**, esses dia aí” e, ainda, com a expressão “uma vez até deu aqui, distruiu tudo a pranta”, os sujeitos revelam elementos do contexto sócio-histórico, ou seja, revelam as condições de produção nas quais suas palavras ganham sentido e a formação discursiva na qual está inscrito seu discurso.

Na análise dessa terceira questão, como nas duas análises anteriores, importa assinalar também a presença de um sujeito coletivo que fala a partir de uma estrutura social que envolve uma comunidade, um grupo de moradores do estado do Paraná. Como nos exemplos anteriores, essa marca de coletividade se apresenta, de forma explícita, na voz do sujeito pelo emprego do pronome pessoal plural *nós* em várias respostas, entre as quais podem ser citados os exemplos a seguir:

“é, (a)qui nós fala chuva, **chuva de pedra**, né... **granizo**”. (ALPR, ponto 05, sujeito B, cartograma 24, p. 70)

“é, aqui conforme a chuva, nós fala que é um **granizo** que cai, né? Ago(ra) se é uma chuva mai grossa, não, cai uma chuva de... eles fala **pedra**, né”. Comentou-se que em alguns lugares não se fala chuva de pedra: “não aqui o povo, geralmente eles fala que é **chuva de pedra** memo”. (ALPR, ponto 24, sujeito B, cartograma 24, p. 70)

Na pergunta e repregunta ocorreu: “nós falamo que caiu **pedra**, né”. Comentou-se que havia pessoas que diziam não ser bom falar que caiu pedra: “nóis, não, nós falamo que caiu **pedra** (...) aquela outra já diz que caiu **chuva de granilho**, né”. (ALPR, ponto 52, sujeito B, cartograma 24, p. 70)

O emprego do pronome pessoal plural *nós* aponta para um interlocutor que integra um grupo de paranaenses, oriundos de um momento histórico e econômico no qual uma das atividades econômicas principais era a agricultura que sofria danos ou prejuízos com o “tipo de precipitação atmosférica na qual as gotas de água se congelam ao atravessar uma camada de ar frio, caindo sob a forma de pedras de gelo”.

O título do cartograma 25, “Chuva de pedra (designações eufêmicas)”, pressupõe o emprego de “palavra, locução ou acepção mais agradável, de que se lança mão para suavizar ou minimizar o peso conotador de outra palavra, locução ou acepção menos agradável, mais grosseira” (HOUAISS; VILLAR, 2009). Encontram-se registradas nesse cartograma as opções lexicais dos sujeitos-entrevistados que não utilizam ou preferem não utilizar *chuva de pedra* para se referirem ao fenômeno atmosférico. Segundo afirma Aguilera (1994, p. 70), o cartograma foi elaborado “especialmente com os registros de **chuva-de-flor** e **chuva-de-rosa**, acompanhado das notas que abordam as crendices e simpatias mais usadas para evitar tal desastre na agricultura”.

Considerando que é nas marcas linguísticas que o sujeito deixa transparecer a formação discursiva na qual se inscreve o seu dizer, elencamos, a seguir, alguns enunciados dos sujeitos-entrevistados que atualizam o tema da superstição conceituada por Houaiss e Villar (2009) como “crença em presságios e sinais, originada por acontecimentos ou coincidências fortuitos”. Conforme afirmam os sujeitos, dizer *chuva de pedra* para designar o fenômeno atmosférico não seria bom, pois a chuva aumentaria e os estragos na plantação seriam ainda maiores:

Perguntada se se podia contar que choveu pedra: “é, tem que falá que choveu **frô** (...) diz que num presta, que se falá cai demais”. (ALPR, ponto 23, sujeito A, cartograma 25, p. 72)

“ah, sempre nós fala é **chuva de pedra**, **chuva-de-flores**. A gente não fala **pedra** porque diz que não presta, né, tem que falá **flores**, né, senão aumenta, né, então (vo)cê tem que falá **flores**, né?” (ALPR, ponto 30, sujeito B, cartograma 25, p. 72)

Conforme afirma Courtine (2008, p. 13), a memória, relacionada ao discurso, é

um dispositivo discursivo que organiza, para qualquer sujeito enunciator que toma a fala em seu interior, tanto a lembrança, a repetição e o encaixamento argumentado do que convém dizer quanto o esquecimento e o apagamento do que convém calar.

Nesse sentido, é possível dizer que a formação discursiva à qual se filiam os sujeitos-entrevistados possibilita o emprego do item lexical “chuva-de-flor” e/ou “chuva-de-rosa”, pois essa é a expressão que lhes “convém dizer” para se reportar ao fenômeno natural. Dizer chuva de pedra não lhes convém porque sua formação ideológica, sua crença, pressupõe que “num presta, que se falá cai demais”, “tem que falá **flores**, né, senão aumenta”.

Ainda conforme Houaiss e Villar (2009), a superstição “leva a criar falsas obrigações, a temer coisas inócuas, a depositar confiança em coisas absurdas”. Segundo afirma Le Breton (2009, p.117), “as emoções que nos acometem e a maneira como elas repercutem sobre nós têm origem em normas coletivas implícitas, ou, no mais das vezes, em orientações de comportamento que cada um exprime de acordo com seu

estilo”. É possível observar que na fala dos sujeitos emoções afloram, pois é no discurso que sentimentos, crenças, medos, superstições se revelam:

Para ‘outro nome’: “tem : : eles fala que é **frores** que tá caindo, mai(s) de medo memo (...), de medo de cair mai... diz que se a gente dizê que tá caindo pedra cai mais”. (ALPR, ponto 30, sujeito A, cartograma 25, p. 72)

“eis [= eles] trata de **flor**, né? (...) É **chuva-de-flor**”. Indagada por ‘outro nome’: “ah, ieu não, porque eu sempre eu vejo o pai falá, falá pra nóis, né: – gente, isso aí é **chuva-de-flor**, né. Num presta falá **gelo**, tem que sê chuva-de-flor”. (ALPR, ponto 24, sujeito A, cartograma 25, p. 72)

Fica perceptível, nos exemplos citados, que o receio de falar chuva de pedra se reporta à possibilidade de a chuva aumentar, de cair mais pedra, de produzir mais estragos na plantação. Além do medo, citado como razão da escolha lexical, como se observa na fala do sujeito ao dizer: “eles fala que é **frores** que tá caindo, mai(s) de medo memo (...), de medo de cair mai...”, no segundo exemplo elencado, é possível depreender que o tema do respeito e da obediência aos mais velhos e/ou aos pais se atualiza. O sujeito, do gênero feminino, ao ser indagado por outro nome para se referir ao fenômeno atmosférico, afirma não utilizar outra designação porque sempre ouviu o pai falar: “gente, isso aí é **chuva-de-flor**, né. Num presta falá **gelo**, tem que sê chuva-de-flor”.

Um segundo exemplo ainda se relaciona ao tema do respeito e da obediência aos pais, o sujeito, ao ser indagado sobre o emprego de chuva-de-rosa observa:

“(...) a mãe num deixava nói(s) falá : : deu uma baita **chuva de pedra**, então às veiz uma nuve que vinha iscura, ela falava: – óia uma núvia iscura, lá. Nói falava: óia aquela núvia ta preta. Ela ficava braba, ela num deixava não”. Perguntou-se por que não podia falar assim: “(...) qual é o sentido eu num sei (...) só falava que num podia, mais num contava o segredo porque tamém, eu acho que ela tamém não sabia. Acho que um pouco é invento até”. (ALPR, ponto 33, sujeito B, cartograma 25, p. 72)

Com relação ao exemplo citado, cumpre lembrar Cassirer (1972, p. 68) quando diz que

a identidade essencial entre a palavra e o que ela designa torna-se ainda mais evidente se, em lugar de considerar tal conexão do ponto de visto objetivo, a tomamos de um ângulo subjetivo. [...] O nome não é nunca um mero símbolo, [...] é uma propriedade que deve ser

resguardada com o maior cuidado e cujo uso exclusivo deve ser ciosamente reservado.

A escolha lexical desse sujeito ou de sua mãe não é uma escolha racional, antes, eles até mesmo desconhecem os motivos que os levaram a designar a chuva com pedrinhas de gelo por chuva de flores. A “conexão” que se instaura entre a palavra e o que ela designa é estabelecida por um “ângulo subjetivo”, é o sentimento, a credence, o valor que se refletem na linguagem.

Ainda com relação à atualização do tema do respeito aos mais velhos, podemos citar um terceiro exemplo em cujo enunciado o sujeito também atribui aos mais velhos o costume de falar “chuva-de-flor” e acrescenta um novo motivo para não dizer chuva de pedra:

[...] “é : : **chuva de pedra**, né. Uns fala **chuva de pedra**, otos fala **chuva-de-flor**”. Perguntou-se quem costumava usar este nome: “(...) geralmente pessoa mai(s) velha falando, né, diz que incrusive falava que num podia falá **chuva de pedra**, tinha que falá **chuva-de-flor** que Deus num gosta que falava chuva de pedra”. (ALPR, ponto 02, sujeito B, cartograma 25, p. 72)

Percebe-se, portanto, que sua escolha lexical é chuva-de-flor porque “Deus num gosta que falava chuva de pedra”. Nesse enunciado, uma outra voz se ouve além da voz do sujeito-entrevistado. Aflora aqui, além do discurso supersticioso, o discurso religioso que faz transparecer crenças e valores que não são próprios apenas do sujeito que enuncia, as crenças e valores refletidos na linguagem são também do grupo social no qual se inscreve o sujeito. Isso está explicitamente marcado em seu discurso, pois não é ele mesmo quem afirma que Deus não gosta que digam chuva de pedra, antes, é “geralmente pessoa mai(s) velha falando, né, diz que incrusive falava que num podia falá **chuva de pedra**, tinha que falá **chuva-de-flor** que Deus num gosta que falava chuva de pedra”.

Outro sujeito, ao ser indagado se podia falar chuva de pedra, também faz referência ao nome de Deus, deixando refletir na linguagem o discurso religioso que o constitui e o lugar sócio-histórico de onde enuncia:

[...] “agora o certo mesmo num pode falá, né, quela [= porque ela] ingrossa. Então a gente diz **chuva de arroz**, **chuva de feijão**, qualquer coisa, em nome de Deus. Daí ele já passa”. (ALPR, ponto 47, sujeito B, cartograma 24, p. 70)

O que se depreende da fala do sujeito citado é que o poder exercido sobre a chuva vem do sobrenatural e que o item lexical com o qual se faz referência à “chuva que cai com pedacinhos de gelo” nem é o que mais importa. Ele sugere que é possível designá-la com diferentes nomes tais como “chuva de arroz” e “chuva de feijão”. Do seu ponto de vista, para que a chuva passe, o importante mesmo é dizer “qualquer coisa, em nome de Deus. Daí ele já passa”.

Foucault (2009, p. 8-9) afirma que em uma sociedade a produção do discurso é controlada e “que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Essa “interdição” fica visível na fala do sujeito que, indagado sobre como se chama a chuva que cai com pedrinhas de gelo, responde:

“ah, eu trato de **flor**”. Para ‘outro nome’: “tem outro nome, eu acho que ao meu ver não posso falá porque a gente já tá, então tem uns que fala... [baixa o tom de voz e vira-se contra o gravador] ah, deu uma **chuva de pedra**, mais eu já não falo. Falo [que] deu uma **chuva-de-flor**. (...) A gente sabe, mais às veiz não pode falá. Se a gente fala : : deu uma **chuva de pedra** aí a gente tá... tá brigando com Deus, né, tá chamando mais. Então a flor... a flor é um troço cheroso, um troço da terra, né”. (ALPR, ponto 11, sujeito B, cartograma 25, p. 72)

Foucault (2009, p. 9) afirma também que um dos três tipos de interdições da produção do discurso é o “tabu do objeto”. Na resposta citada, percebe-se que o sujeito não se atreve a chamar ao fenômeno atmosférico por chuva de pedra porque ao fazê-lo está assumindo uma postura de afronta a Deus, como se estivesse “brigando com Deus [...] chamando mais”. Não é por não conhecer a designação chuva de pedra que ele escolhe chuva de flor, ele sabe, “mais às veiz não pode falá”. Sua postura, ao mencionar o objeto tabuizado, é a postura de quem não quer sequer ser ouvido, pois ele “[baixa o tom de voz e vira-se contra o gravador]” quando diz “ah, deu uma **chuva de pedra**”. Por essa razão, ele escolhe chuva de flor e, desse modo, não contesta os desígnios de Deus, porque “a flor... a flor é um troço cheroso, um troço da terra, né”.

Entre as respostas dos sujeitos-entrevistados, aparecem simpatias para afastar a chuva de pedra que merecem um olhar mais cuidadoso, pois deixam entrever o discurso religioso e/ou o discurso supersticioso, ao retratar simbologias próprias desses discursos. Ao enunciá-las, o sujeito revela em sua voz credices e/ou superstições inerentes a um discurso perpassado por uma religiosidade que revela suas construções identitárias e socioculturais. Para o discurso supersticioso, observamos a utilização do “alho” em uma simpatia citada para afastar a chuva de pedra. Segundo Cascudo (1972, p. 51), o alho “é um amuleto natural” e a tradição europeia que veicula que seu “olor afasta todas as feitiçarias, porque nenhuma resiste à barreira invisível determinada por ele [...] transferiu-se ao Brasil, onde se popularizou”. Cascudo (1972, p. 51) afirma também que “para os marinheiros gregos modernos, uma trança de alho, pendurada no mastro, é *mascotte* contra a tempestade”. Nota-se, portanto, que a mesma credice no poder desse elemento aparece na fala do sujeito que citou o costume de *queimar palha de alho* com a intenção de afastar a chuva de pedra:

Sobre simpatias: “põe a paia di aio [= alho] assim, pa den(tro) do fogo [para] queimá”. (ALPR, ponto 10, sujeito B, cartograma 25, p. 72)

Nas simpatias *jogar milho no terreiro ou no telhado e jogar um litro ‘branco’ [incolor] ou garrafa tampada no terreiro* fica também perceptível a marca do discurso supersticioso. Segundo Cascudo (1972, p. 72), os amuletos são “objetos mágicos passivos, protegendo, defendendo, guardando o portador” e entre os amuletos presentes no Brasil, enumerados por Cascudo (1972, p. 72), está a “garrafa”. Chevalier e Gheerbrant (2002, p. 460) afirmam que “ao contrário de todos os demais vasos, a garrafa é *tampada, hermética* [...], portanto, está associada (como símbolo) ao segredo, ou ao seu parceiro, o sagrado”. Esse aspecto supersticioso fica perceptível na voz do sujeito que, ao ser interrogado por simpatias para fazer a chuva parar, afirma:

“(...) é jogá um punha(do) de mio [= milho], né, jogá litro branco tamém é bom, quan(do) tá caino assim”. (ALPR, ponto 06, sujeito A, cartograma 25, p. 72)

O costume de benzer, seja uma pessoa ou um objeto, significa, segundo Houaiss e Villar (2009), na liturgia católica, “invocar, traçando o sinal da cruz no ar, a graça divina

sobre” e/ou “santificar ou consagrar (coisa ou pessoa) ao culto de Deus”. Esse costume da bênção de objetos e, ainda, o costume de jogar sal se atualizam no discurso dos sujeitos ao responderem ao sujeito-entrevistador:

“eu costumo falá **rosinha**”. Para simpatias comentou: “(...) a gente sai assim, joga mio, ô joga arroiz na chuva, né, então diz que pára; ô na hora a gente pega foia benta, ô pega foia benta, ô vela benta e ponha [para] queimá tamém”. (ALPR, ponto 33, sujeito A, cartograma 25, p. 72)

Como primeira resposta: “**chuva-de-fror**”. Simpatia conhecida: (...) que eu sei é vela benta e nome bento, né”. (...) jogá um punhado de sal pa esparramá”. (ALPR, ponto 22, sujeito A, cartograma 25, p. 72)

Percebe-se que tanto o discurso religioso, marcado pelo costume católico da bênção quanto o discurso supersticioso, explicitado pela ação de “jogar sal” se entrecruzam na voz dos sujeitos citados. Segundo Cascudo (1972, p. 52), “uma *cabeça* de alho, folhas de arruda e uma pedrinha de sal, encerrados em saquinho discretamente usado, é poderoso amuleto”. Com relação à vela, esse autor afirma que “as promessas mais comuns são pagas com velas” (CASCUDO, 1972, p. 903).

Outra simpatia que se deseja explicitar é a que envolve as *rezas*, um costume amplamente divulgado entre cristãos, sobretudo católicos. Segundo Houaiss e Villar (2009), a reza pode ser caracterizada como “série de palavras que, por superstição ou credence, são proferidas com o intuito de benzer, de afastar o mal”. Há uma resposta de um sujeito-entrevistado que, indagado por simpatias para parar a chuva de pedra, relata o costume do avô:

“meu vô, ele tem uma simpatia (...) ele pegava e rezava, ficava rezano assim no quarto, mais não deixava a gente escutá nada quele [= o que ele] falava... ele tinha um : : papelzinho na mão escritinho... então ele rezava ali ele escondia (a)quele lá”. (ALPR, ponto 16, sujeito B, cartograma 25, p. 72)

Mais uma vez é retomado o tema do respeito aos mais velhos na fala do sujeito citado. Interessante observar também que, como era costume entre os mais antigos, as crianças não participavam dos assuntos dos mais velhos, pelo contrário, as crianças sofriam interdições. Os adultos não se preocupavam em esconder delas o que não lhes dizia respeito, preocupavam-se em proibir, em interditar as crianças e aí daquelas que

não obedecessem. A reza, vista por esse sujeito de maneira tabuizada, era proibida, pois, segundo ele afirma, o avô “ficava rezano assim no quarto, mais não deixava a gente escutá nada quele [= o que ele] falava... ele tinha um : : papelzinho na mão escritinho... então ele rezava ali ele escondia (a)quele lá”.

É importante observar, com relação ao costume de rezar, que Santos (2012) também aponta uma resposta em cujo enunciado esse costume se atualiza. Ao examinar a questão sobre a chuva de pedra no *Atlas Semântico-Lexical da Região do Grande ABC*, de Cristianini (2007), Santos analisa uma resposta que interessa citar aqui, pois encontramos, no *ALPR*, resposta semelhante. A resposta apontada por Santos (2012, p. 45) é: “não se deve falar **chuva de pedra**, é **chuva de Ave Maria**”⁴³.

No *ALPR*, o sujeito, indagado sobre a chuva que cai com pedrinhas de gelo, responde dizendo:

“aqui nós fala **ave-Maria** (...) falo que choveu **ave-Maria** né, costume da gente”. (*ALPR*, ponto 06, sujeito A, cartograma 25, p. 72)

Courtine (2009, p. 99-100) afirma que “o domínio de saber de uma FD [...] realiza [seu] fechamento”, mas afirma também que “esse fechamento [...] é fundamentalmente instável”. Ele propõe, portanto, pensar a formação discursiva como uma “fronteira que se desloca” cujo movimento é impelido por “elementos pré-construídos”, isto é, pela memória discursiva. Assim sendo, é possível afirmar que as duas respostas citadas, uma encontrada no *Atlas Semântico-Lexical da Região do Grande ABC* e a outra encontrada no *ALPR*, permitem vislumbrar a presença do discurso religioso. Cascudo (1972, p. 278) afirma que “o brasileiro [...] pede chuva a São Sebastião ou ao padroeiro local”. Segundo a tradição católica, Maria é vista como a “Mãe de Deus. [...] Após sua morte [...] foi assumida corporalmente ao céu [...] e fez aparições miraculosas” (FLOWERS; MILLER; ROBINSON, 2005, p. 281-282). Os católicos a consideram como intercessora daqueles que recorrem a ela por meio de orações e práticas devocionais, independentemente da localização geográfica. Embora as condições de produção dos dois enunciados sejam diferentes, o enunciado se repete, não obstante ele (o

⁴³ Os destaques são de Santos (2012).

enunciado) não seja nunca o mesmo. É possível dizer, conseqüentemente, que as duas formações discursivas às quais se circunscrevem os enunciados se movimentam como “fronteiras que se deslocam”, e que a formação ideológica que lhes corresponde permite dizer que “não se deve falar **chuva de pedra**, é **chuva de Ave Maria**” e que “aqui nós fala **ave-Maria** (...) falo que choveu **ave-Maria** né, costume da gente”.

Cascudo (1972, p. 278) afirma também que “pedir chuva a Deus é hábito humano e milenar”. Percebe-se, desse modo, tanto na fala dos dois sujeitos que se referem a Maria, quanto na fala do sujeito que lembra o costume do avô que “rezava, ficava rezando assim no quarto”, o apelo à intervenção divina. A presença do discurso religioso expresso na fala desses sujeitos revela o lugar socioideológico de onde enunciam e, ainda, pressupõe o conhecimento prévio do conselho dado pelo profeta Zacarias, registrado na bíblia judaico-cristã:

Peça ao Senhor chuva de primavera, pois é o Senhor quem faz o trovão,
quem envia a chuva aos homens e lhes dá as plantas do campo.
(ZACARIAS, 10:1)

6.4 VIA LÁCTEA

*E vi a Via-Láctea ardente...
Vi comunhões... capelas... véus...
Súbito... alucinadamente...
Vi carros triunfais... troféus...
Pérolas grandes como a lua...
Eu vi os céus! Eu vi os céus!
(Manuel Bandeira)*

A quarta questão selecionada para a análise foi a de nº 32 – “*Em noite bem estrelada, como se chama aquele espaço cheio de estrelas, até esbranquiçado, que fica bem no meio do céu?*”. Essa questão também está incluída no domínio “Natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo, etc.” e deu origem a dois cartogramas: o cartograma 16

“Caminho de São Tiago (via-láctea)” e o cartograma 17 “Via-Láctea (outras designações)”. Como nas análises anteriores, foram examinados os itens lexicais utilizados pelos sujeitos em suas respostas, transcritas por Aguilera no *ALPR*, bem como as notas relativas aos cartogramas e as observações da autora. De acordo com o exposto por Aguilera (1994, p. 54), os cartogramas 16 e 17 retratam “a variação lexical em torno das denominações populares de via láctea”.

Entre os vários dicionários consultados, seja do uso do uso português, seja de astronomia ou do folclore brasileiro, em busca de acepções para Via Láctea, destacamos, primeiramente, a acepção de um dicionário de astronomia:

galáxia espiral à qual pertence a Terra, de diâmetro igual a 100.000 anos-luz e espessura de 16.000 anos-luz. A faixa luminosa que atravessa o céu e que podemos facilmente observar é o plano horizontal desta espiral. Sua aparência leitosa deu origem ao nome Via-Láctea. Se a observarmos com um binóculo, este aspecto leitoso desaparece, surgindo inúmeras estrelas isoladas. Ao telescópio iremos descobrir os aglomerados estelares e as nebulosas que, com o sistema solar, formam o sistema da Via-Láctea, que compreende cerca de 100 bilhões de estrelas. Sua massa total é da ordem de 200 bilhões de massas solares [...] (MOURÃO, 1987, p. 841).

Em Borba (2002), Via Láctea é “nebulosa que aparece à noite como uma grande mancha branca no céu”. Em Ferreira (2009), “nebulosa que forma longa mancha branca no escuro do céu”. Para o verbete Galáxia, Ferreira (2009) aponta:

[Do gr. *galáxia* (*Kyklos*), ‘Via Láctea’.] *Astr.* Sistema estelar ao qual pertencem o Sol, o sistema solar, todas as estrelas visíveis individualmente a olho desarmado, além de milhões de outras estrelas, gás e poeira interestelares, e que visto pela luneta se apresenta ao observador terrestre com uma esteira brilhante, Via Láctea.

As acepções citadas apontam semas inerentes de Via Láctea, dentre os quais se destacam: i) faixa luminosa que atravessa o céu; ii) grande ou longa mancha branca no escuro do céu; iii) com aparência leitosa; iv) sistema formado por estrelas, gás e poeira interestelares; v) semelhante a uma esteira brilhante quando vista pela luneta.

Alguns desses semas se atualizam na fala dos sujeitos-entrevistados no momento em que respondem ao sujeito-entrevistador. Citam-se, na sequência, três sujeitos que

mencionam informações semelhantes, em suas respostas, para explicar o aglomerado de estrelas ao qual nomeiam de “Caminho de Santiago” ou “Caminho de São Tiago”:

Ao explicar como era o caminho de São Tiago, disse: “(...) ele dá um vurto branco (as)sim né, qui passa [...]”⁴⁴ (ALPR, ponto 06, sujeito A, cartograma 16)

Depois de concluída a entrevista, na repergunta, ocorreu: “é, esse, essa risca branca dá : : que dá assim de... agora ele tá assim, mai na época memo do sor [= sol], dos dia quente, ele pega reto aqui, né, então chama **camim de Santiágua**”. (ALPR, ponto 14, sujeito B, cartograma 16)

A ocorrência de **caminho de Santiago** deu-se na repergunta, seguida da explicação: “é uma listra branca de noite assim no céu... fica cheinho assim de estrela, fica bem branco, num é toda vida que tem, né”. (ALPR, ponto 38, sujeito A, cartograma 16)

Caldas Aulete (1980), Ferreira (2009) e Mourão (1987) afirmam que Via Láctea também é chamada por Caminho de Santiago, Caminho de São Tiago, Carreira e/ou Carreiro de São Tiago, Estrada de Santiago e Estrada de São Tiago. Paiva (1979, p. 819) assevera que, “com o advento da era cristã, passou a Via Láctea a denominar-se, também, Caminho de S. Tiago, em homenagem ao padroeiro de Compostela (Esp.) e cujo suposto túmulo é, ali, ainda hoje, meta de peregrinações”. Theophilo (2000, p. 24) comenta sobre uma lenda na qual “Carlos Magno, o grande Imperador do Sacro-Império Romano-Germânico, teve um sonho em que lhe foi dito que deveria atingir Compostela, seguindo a Via Láctea até o túmulo do apóstolo Tiago”. Sobre a origem do nome Compostela, Theophilo (2000, p. 23) admite haver duas interpretações: uma viria de “*Campus Stellae*”, ou seja, campo estrelado, devido sua localização ao oeste da Europa, “onde no céu a Via Láctea se sobressai, em uma beleza espetacular para o observador”. A outra interpretação viria de “*Compositum*”, ou seja, “cemitério, pelo fato de ali estar enterrado o apóstolo”. Para Theophilo (2000, p. 24), a primeira versão é a mais evidente, pois acredita que a palavra “stella”, que compõe o nome, refere-se “à beleza da Via Láctea ali bem visível a olho nu!”. Diante dessas informações, não causa

⁴⁴ Essa e as outras falas dos sujeitos e observações da autora que serão aqui reproduzidas foram retiradas das notas aos cartogramas 16 e 17 do *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR*, nas páginas 54 e 56. Os grifos são da autora do Atlas.

estranheza, a escolha lexical dos sujeitos-entrevistados. Para eles, “uma listra branca de noite assim no céu... [que] fica cheinho assim de estrela, fica bem branco” é o “caminho de Santiago”. É a formação discursiva na qual se inscrevem esses sujeitos, isto é, o discurso religioso, que lhes permite chamar a Via Láctea por “caminho de Santiago”, é sua memória discursiva que se atualiza no momento da enunciação, pois segundo afirma Courtine (2009, p. 5-6), “a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas”. Sabe-se que o Paraná foi colonizado por portugueses, espanhóis e, também, por outros povos europeus, sendo, portanto, influenciado por suas culturas, por seu modo de vida, por suas crenças religiosas. Conforme assegura Aguilera (1996, p. 3-6),

pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 entre os reis portugueses e espanhóis, é bem provável que o território atual paranaense seria de domínio da Espanha. No entanto, durante os séculos XVI e XVII, sucederam-se, de um lado e de outro, tentativas de posse do território através de missões jesuíticas espanholas e bandeiras paulistas sob as ordens do governo português. [...] [Apenas em 1820 o território ocidental do Paraná passou definitivamente à coroa portuguesa] Em 1829, chegaram a Rio Negro os primeiros colonos alemães [...] Novas levas de imigrantes sucederam-se na década de 50: suíços, alemães, franceses, ingleses e italianos que se fixaram no litoral e nos campos até então desbravados. [...] De 1860 a 1900 estabeleceram-se mais de sessenta colônias com imigrantes poloneses, italianos, alemães, russos alemães, ucranianos, e por último, sírios e libaneses.

Em Cascudo (1972), não encontramos o verbete Via Láctea. Entretanto, para o verbete Carreiro, temos a seguinte definição: “Carreiro-de-santiago é a via-láctea. Todas as almas devem atravessar o carreiro-de-santiago no caminho do céu” (CASCUDO, 1972, p. 249). Considerar a Via Láctea como – um caminho para o céu – é um novo sema aferente que se atualiza na fala de alguns sujeitos-entrevistados. Isso fica evidente quando, ao responderem ao sujeito-entrevistador, afirmam:

“(...) conheço mesmo por **caminho do céu**, né”. (ALPR, ponto 12, sujeito A, cartograma 17, p. 56)

“que é incarriado assim? Nós fala **istrada do céu**”. (ALPR, ponto 18, sujeito A, cartograma 17, p. 56)

“a gente fala o **caminho de i(r) pro céu**, né?” (ALPR, ponto 23, sujeito A, cartograma 17, p. 56)

“(a)quele lá é, diz que é o **caminho do céu**”. (ALPR, ponto 28, sujeito B, cartograma 17, p. 56)

Na repregunta ocorreu: “dizem que é o **caminho do céu**”. (ALPR, ponto 53, sujeito A, cartograma 17, p. 56)

Mota (2012, p. 1), ao se reportar às peregrinações feitas pelos povos aos lugares santos, segundo as tradições religiosas de cada um, afirma que, semelhantemente, os cristãos, em suas peregrinações, deveriam ir a Jerusalém, a Roma ou a Santiago de Compostela. Para Mota (2012, p. 1),

algo da importância libertadora ou iniciática desta peregrinação ecoa nas tradições portuguesas ao cantarem (ou fadarem...) o seguinte provérbio-poema: «S. Tiago de Galiza // É um cavaleiro forte, // Quem ali não for em vida, // Há-de ir lá depois da morte».⁴⁵

Ainda sobre essa peregrinação dos cristãos, Mota (2012, p. 1) assegura:

e de tal modo estava arreigada esta obrigação ou mandamento que se dizia que a Via Láctea era constituída de almas que faziam a peregrinação após a morte, já enquanto estrelas nos seus corpos espirituais. Era boa esta consciência que quase obrigava e propulsionava os que morriam sem lá ter ido a partirem nos seus corpos espirituais e enquanto almas dos “mortos” peregrinarem na Via Láctea. Mas para muitos povos a tradição é que ele era o caminho das almas para chegarem ao outro mundo, ou mesmo os mundos celestiais.

Cascudo (1972, p. 250) faz alusão também ao poeta norte-rio-grandense, Ábner de Brito, que termina seu poema *Via-Láctea* usando “a imagem tradicional”: “És por certo o caminho sacrossanto // Aberto em meio do infinito manto, // Por onde o poeta, quando morre, [passa.]”. Percebe-se, na fala dos sujeitos-entrevistados, que a Via Láctea é, para eles, lugar de passagem, de transição, é “o **caminho de i(r) pro céu**”. Chevalier e Gheerbrant (2002, p. 953) afirmam que em várias tradições “a Via-Láctea aparece como

⁴⁵ Cascudo (1972, p. 249-250) atribui esse poema à J. Leite de Vasconcelos, *Tradições Populares de Portugal*, 25. Porto, 1882. A primeira estrofe desse poema, segundo registra Cascudo (1972, p. 250), é: “S. Tiago de Galiza // Vós sendes tão intresseiro, // Ou em morte ou em vida // Hei-de ir ao vosso mosteiro”.

um local de passagem, de origem divina, unindo os mundos divino e terrestre [...] Marca também uma fronteira entre o mundo do movimento e a imóvel eternidade”.

Fica evidente, na fala desses sujeitos, a atualização do discurso religioso, revelando crenças e valores que os constituem e o lugar sócio-histórico-ideológico de onde enunciam. Outras designações para Via Láctea, apontadas pelos sujeitos, reforçam a presença do discurso religioso em seu discurso, apontando nomes de lugares com cunho religioso e/ou personagens bíblicos. Citam-se, a seguir, alguns exemplos:

“eles falam é : : **caminho** [de] **Nosso Senhor**”. (ALPR, ponto 03, sujeito A, cartograma 17, p. 56)

Ao se reformular a questão, reforçando-se os semas ‘cortar o céu de fora a fora’, observou: “não, (a)quela lá é **estrada de Roma**”. (ALPR, ponto 07, sujeito A, cartograma 17, p. 56)

“(a)qui(lo) lá é **caminho de Maria**, né...” (ALPR, ponto 12, sujeito B, cartograma 17, p. 56)

Vacilou o tempo todo até registrar: “nós fala o **caminho dos anjo**, ma(s) num sei né, num entendo, né”. (ALPR, ponto 17, sujeito B, cartograma 17, p. 56)

“é **estrada de São Francisco**... aquela **rua do São Francisco** que diz [...] (ALPR, ponto 20, sujeito A, cartograma 17, p. 56)

“uns fala **caminho de Adão e Eva**, né”. (ALPR, ponto 39, sujeito A, cartograma 17, p. 56)

“diz que é **carrero de São João Maria**”. (ALPR, ponto 47, sujeito A, cartograma 17, p. 56)

“ah, tem gente que diz que é : : quando vê (a)quela faxa de estrela, assim, diz que é **estrada que Deus cruza**, né (...) **estrada que Deus passa**, né”. (ALPR, ponto 56, sujeito B, cartograma 17, p. 56)

“(...) diz que(e) era **caminho de São Pedro** e tal, que o povo mai antigo falava, né”. (ALPR, ponto 25, sujeito B, cartograma 17, p. 56)

“falava : : era **caminho de Adão**, parece que era uma coisa assim. Minha mãe falava que dava (a)quele ar assim de fora a fora (...) que era **caminho... é estrada de Adão**”. (ALPR, ponto 24, sujeito B, cartograma 17, p. 56)

Na fala dos dois últimos sujeitos, além da presença marcante do discurso religioso, revelado no emprego dos nomes bíblicos como São Pedro e Adão, fica perceptível a atribuição do nomear a outras pessoas, aos mais velhos, aos mais antigos. Nomear o fenômeno atmosférico **estrada** e/ou **caminho** não é um hábito recente, não é novo e vem sendo feito há muito tempo, pois “(...) diz que(e) era **caminho de São Pedro** e tal, que o povo mai antigo falava, né”. Os costumes, as crenças, os valores se atualizam na voz dos sujeitos e revelam o lugar socioideológico de onde enunciam. O enunciado passa de boca em boca, de geração em geração e se atualiza. O último sujeito citado atribui à mãe o costume de nomear Via Láctea **estrada de Adão**. Em sua resposta, ele afirma: “Minha mãe falava que dava (a)quele ar assim de fora a fora (...) que era **caminho... é estrada de Adão**”.

Além de ser “o **caminho de i(r) pro céu**”, a Via Láctea também é, para alguns sujeitos, “constituída de almas que faziam a peregrinação após a morte, já enquanto estrelas nos seus corpos espirituais” (Mota, 2012, p. 1). Para esses sujeitos, a Via Láctea é o lugar do repouso, do descanso. Isso fica visível quando, em suas respostas, os sujeitos-entrevistados atribuem designações à Via Láctea, tais como:

“num é a **cova do Adom e Eva**?” (ALPR, ponto 01, sujeito B, cartograma 17, p. 56)

“**cova de Adão e Eva**”. (ALPR, ponto 05, sujeito B, cartograma 17, p. 56)

Respondeu inicialmente: “(...) eu vô falá, num sei se é verdade, né; diz que aquela é a **cova da Eva**”. Depois de reafirmar sua incerteza da verdade, comentou: “é : : as veiz, né, aparecia (a)quela mancha no céu assim, né, em dois, né; um diz que era a **cova da Eva**, oto [= outro] **do Adão**, né (...) agora num sei se é verdade ou num é, né”. (ALPR, ponto 06, sujeito B, cartograma 17, p. 56)

Na repergunta, explicou: “é **sepultura de Adão**, assim o povo fala, né”. (ALPR, ponto 15, sujeito A, cartograma 17, p. 56)

Na revisão final registrou: “**cova de Adão e Eva**”. (ALPR, ponto 29, sujeito B, cartograma 17, p. 56)

“puis [=pois] é nós... foi a **sepultura de Jesus**” [...]. (ALPR, ponto 59, sujeito A, cartograma 17, p. 56)

Na repergunta: **caxão de Adão e Eva, de Adão** parece... é o **caxão de Adão**, quano o tempo tá muito limpo, né (...). (ALPR, ponto 39, sujeito B, cartograma 17, p. 56)

Interessante observar que um dos sujeitos, ao responder ao sujeito-entrevistador, não se refere a nenhum personagem bíblico, Adão, Eva, ou o próprio Jesus, como fez o sujeito A, do ponto 59. Esse sujeito, ao responder a questão sobre “aquele espaço cheio de estrelas, até esbranquiçado, que fica bem no meio do céu”, revela uma crença ampliada, ao acreditar que na Via Láctea estão “enterradas” todas as pessoas mortas, independentemente de seus atributos cristãos ou galardão próprio, pois, em sua reposta, ele afirma que a Via Láctea é:

“sepultura de pessoa que morre”. (ALPR, ponto 40, sujeito B, cartograma 17, p. 56)

Além de tornar perceptível a marca do discurso religioso, que se revela de maneira fortíssima na materialidade linguística, a prática de leitura do objeto tomado como análise, isto é, a fala dos sujeitos-entrevistados, em resposta à questão sobre “a faixa luminosa que atravessa o céu”, permite verificar que a variação lexical, em torno das denominações populares da Via Láctea, revela “curiosas e interessantes metáforas construídas com base em vocábulos compostos por ‘caminho’, ‘estrada’, ‘carreiro’, ‘sepultura’, entre outros, no primeiro elemento, e nomes religiosos ou bíblicos no segundo elemento” (AGUILERA, 1994, p. 54).

Além disso, em uma fala citada anteriormente, aparece um dado novo. Além de nomear Via Láctea “caxão de Adão”, o sujeito a relaciona com o clima, quando diz:

“... é o **caxão de Adão**, quano o tempo tá muito limpo, né (...). (ALPR, ponto 39, sujeito B, cartograma 17, p. 56).

Essa relação que se estabelece entre estrelas, lua e fenômenos atmosféricos e a possibilidade de leitura, adivinhação ou compreensão do clima é um costume comumente verificado entre pessoas do campo, sobretudo as mais antigas, habituadas a observar a natureza e tirar dela lições de meteorologia. Em se tratando de sujeitos cuja profissão predominante é a de agricultor, não é estranho registrar, em suas falas,

tal percepção. Além do sujeito citado, dois outros também se referem a essa possibilidade de relacionar a Via Láctea com a previsão meteorológica:

“pois é sinar de chuva... é **estrada de São Francisco**... aquela **rua do São Francisco** que diz, **estrada do São Francisco**, é, bem, parece até que tem puera [= poeira] (as)sim junto e travessa (ass)sim vai longe assim”. Completou: “(...) é sinar de bastante chuva”. (ALPR, ponto 20, sujeito A, cartograma 17, p. 56)

Declarou, inicialmente, não conhecer o nome. Perguntou-se do ‘caminho de Santiago’: “ah, **caminho de Santiago** eu compreendo, que é uma estrela, né, conforme o lado, ele marca chuva, marca seca. Carrerinho da estrela, né, que faz assim: se faz no norte é pa chuva, se faz do mar é pa seca, se faz do sur é pa geada, no inverno (...) o **camim da Santiágua** é esse né, a gente compreende o tempo, né”. (ALPR, ponto 62, sujeito A, cartograma 16, p. 54)

Percebe-se, portanto, um novo sema aferente que se atualiza na fala dos sujeitos. Para eles, a presença e/ou a posição da Via Láctea possibilita a leitura do tempo, pois “conforme o lado, ele [o **camim de Santiágua**] marca chuva, marca seca [...] se faz no norte é pa chuva, se faz do mar é pa seca, se faz do sur é pa geada, no inverno ”.

Há um último aspecto, presente no discurso dos sujeitos, que se deseja ainda abordar. Ao serem questionados sobre credices circunscritas em torno de Via Láctea, esses sujeitos não hesitam em afirmar:

“(...) ele dá um vurto branco (as)sim né, qui passa (...) o pessoar fala que quano o craro passa em cima da ca(sa) duma moça, vai casá logo”. (ALPR, ponto 06, sujeito A, cartograma 16, p. 54)

“(...) uns fala, por exemplo, [quando] tá por cima da casa que tem fia [= filha] moça, casa...” (ALPR, ponto 13, sujeito A, cartograma 16, p. 54)

Segundo afirma Foucault (1995, p. 31), analisar o discurso é “compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação”, é também “determinar as condições de sua existência”. Dito de outra maneira, analisar o discurso é relacionar o enunciado à formação discursiva na qual ele se inscreve. Uma leitura rápida dos dois enunciados citados acima pode causar estranheza, pois, à primeira vista, a opacidade da língua não permite estabelecer uma ponte entre Via Láctea e casamento. Entretanto, levando em conta o homem na história e considerando “as condições de produção da

linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2001a, p. 16), torna-se possível entrever o “não-dito” naquilo que se diz.

A partir da consulta feita em vários dicionários, apontamos para Via Láctea, entre outros, os seguintes semas inerentes: faixa luminosa que atravessa o céu; com aparência leitosa. Segundo a mitologia grega, Héracles ou Hércules (em latim), era um semideus, filho de Zeus e Alcmena. Ao nascer, seu pai, pretendendo torná-lo imortal, pede a Hermes que o leve para junto do seio de Hera ou Juno (em latim), sua esposa, enquanto esta dormia, e o fizesse mamar. A criança “sugou o leite com tal violência que Juno [Hera] despertou sobressaltada. Vendo o menino, afastou-o com um gesto brusco. O leite jorrou e se espalhou entre as estrelas, dando origem à Via-Láctea” (SPALDING, 1965, p. 120). A fala do sujeito, “(...) ele dá um vurto branco (as)sim né, qui passa (...) o pessoar fala que quano o craro passa em cima da ca(sa) duma moça, vai casá logo”, restaura vários “trajetos de sentidos” (GREGOLIN, 2007, p. 163) tradicionalmente associados ao casamento, como o véu e os valores simbólicos a ele relacionados. A aparência láctea ou leitosa da Via Láctea, isto é, sua aparência da cor do leite, alva, branca e seu formato em “faixa luminosa que atravessa o céu” remetem, ou fazem pensar no véu da noiva, do casamento religioso. O véu, geralmente, confeccionado em tule ou renda, curto ou longo, sempre esteve (ou ainda está) no imaginário de uma mulher e são raras as vezes em que uma noiva resiste à tentação de se ver com um véu diante do espelho. Além da cor branca, o véu também pode ter apliques ou ser bordado com cristais, miçangas ou *strass*, o que lhe acrescenta brilho e luminosidade, tal qual a Via Láctea. Além disso, “o famoso véu branco é também um **símbolo de pureza**. [...] Visualmente, ele passa um ar angelical e o uso dele, assim como o vestido branco, significa pureza e virgindade”⁴⁶. Zilles (2006, p. 90) assegura que a cor branca do vestido da noiva [e do véu], em muitas culturas, simboliza festa e alegria.

Cruzam-se na fala dos sujeitos citados o discurso religioso e o social. O discurso religioso que institui o casamento como um dos sete sacramentos do catolicismo

⁴⁶ Informação disponível em: <<http://zankyou.terra.com.br/p/o-significado-do-veu-da-noiva>>. Acesso em: 31 out. 2012.

(HOUAISS; VILLAR, 2009) e pressupõe a imagem do véu, puro e branco como a Via Láctea e o discurso social que deixa implícita a ideia de que a mulher quer (sempre) se casar. Considerando-se o momento histórico em que foram produzidos esses enunciados, aproximadamente três décadas atrás, não parece ser demasiado absurda ou mesmo inesperada a associação que se estabelece entre a Via Láctea e o casamento. Trinta anos atrás, na década de oitenta⁴⁷, era usual e aceitável a ideia da “recitação de um mito que forja a identidade feminina” (GREGOLIN, 2007, p. 165) na busca de um objetivo maior, que seria casar-se. Além do mais, naquela época, e, sobretudo, nos locais onde se aplicou o questionário, regiões de agricultura, a pouca luminosidade artificial do lugar propiciava a visão, a olho nu, da beleza das estrelas da Via Láctea. Portanto, sabendo-se que o sujeito se constitui na e pela linguagem, e que, segundo Courtine (2008, p. 13), “todo enunciatador é um *sujeito*, ou seja, ao mesmo tempo, um sujeito histórico e um sujeito falante”, é possível ouvir, sobretudo, da boca de uma mulher (sujeito A), que, em uma noite estrelada, “quando o craro passa em cima da ca(sa) duma moça, [ela] vai casá logo”.

A ideia de que as mulheres desejam, de qualquer maneira, casar-se, corresponde, de modo geral, aos papéis associados ao feminino que lhes são, desde cedo, atribuídos nos jogos infantis, como o “brincar de casinha”, o “cuidar dos irmãos”, o “preparar a refeição”. Contrariamente a essa ideia, encontram-se os papéis associados ao masculino, que atribuem aos meninos a responsabilidade de “construir um patrimônio” e “suprir financeiramente” a casa e que, portanto, podem e/ou devem demorar mais que as meninas a casarem-se. Esse fato fica evidente na fala de um sujeito-entrevistado e poderia configurar numa posição machista, expressando um valor normalmente compartilhado na comunidade masculina. Esse sujeito, indagado pelas credices, observa:

“é, ela [a mãe] (a)inda tinha que quando ele vinha fácil, certinho por riba da casa diz que ia casá um filho. Eu falava pra veia [= velha, a mãe]: num vai pegá no meu pé, não, que eu sô muito novo”. (ALPR, ponto 33, sujeito B, cartograma 16, p. 54)

⁴⁷ É importante observar que, embora o ALPR tenha sido publicado em 1994, os questionários foram aplicados na década de 80, entre 1985 e 1989, segundo a data das entrevistas registradas por Aguilera (1996, p. 107-131).

Observa-se, nas três falas citadas, a atualização do tema do casamento que circula no senso comum. A moça, sempre desejosa de casar-se, gostaria de ver a Via Láctea passar sobre sua casa, anunciando que o dia tão esperado se aproxima, ou que a chegada de um príncipe está às portas. O rapaz, por outro lado, não se julgando preparado, diz pra mãe: "num vai pegá no meu pé, não, que eu sô muito novo".

O mito, segundo Chauí (2001, p. 9), no sentido antropológico,

é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade [...] é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.

Nesse sentido, é possível pensar que a cena se repete e o mito se atualiza. Hoje, não é mais costume entre as moças olhar o céu pra saber se a Via Láctea está por cima de suas casas, mesmo porque com a luminosidade intensa das cidades não é possível uma boa visualização das estrelas. Na vida moderna, não se olha mais o céu, já não há mais romantismo de namorar sob o luar e falar sobre estrelas. Entretanto, o mito encontra uma nova linguagem para expressar-se. É costume, nas festas de casamento, reunirem-se as moças solteiras para saber qual delas será a próxima a casar-se. Durante a festa, em um determinado momento, que é sempre anunciado, a noiva lança seu buquê, que descreve no ar uma trajetória, e porque não dizer, uma trajetória semelhante à da Via Láctea. A moça que consegue pegar o buquê é a que vai se casar primeiro, pois, "o pessoal fala que quando [pega o buquê], vai casá logo".

6.5 ARCO-ÍRIS

*Sete cores reunidas
 formando bonito véu,
 um arco misterioso
 que serve de ponte ao céu.
 É uma estrada colorida
 que aparece, de repente,
 levando, da terra ao céu,
 tudo que nossa alma sente!...
 (Christina Rossetti)*

A quinta e última questão selecionada foi a de nº 34 – “*Depois da chuva, como se chama aquele negócio colorido que se forma no céu?*”. Assim como as três questões analisadas anteriormente, essa questão está incluída no domínio “Natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo, etc.” e deu origem ao cartograma 18 “Arco-íris (outras designações para)”. A análise considerou os itens lexicais presentes nas respostas dos sujeitos-entrevistados, transcritas por Aguilera (1994), bem como as notas e observações da autora relativas a esse cartograma. Consideraram-se também, para a análise, as respostas encontradas no *Inquérito Linguístico Boléo - ILB*, isto é, os itens lexicais, os versos e as cantilenas referentes a arco-íris.

Segundo assinala Aguilera (1994, p. 58), a formulação inicial da questão nem sempre permitia imediata decodificação pelo sujeito, assim, “passou-se a indagar por ‘outro nome’ ou ‘nome mais antigo’, e sobre as crendices que envolvem o fenômeno do arco-íris”. A questão foi, então, reformulada para: “*Como se chama aquele negócio colorido que aparece no céu depois que chove (ou durante a chuva) e dizem que bebe a água do corgo (ou arroio, sanga)?*”

Como resultado da pesquisa, Aguilera (1994, p.59) aponta, no cartograma 18 “Arco-íris (outras designações para)”, em ordem decrescente de frequência, os três itens lexicais mais utilizados pelos sujeitos em suas respostas: *arco-íris*, *arco-da-velha* e *(arco-da-) aliança*. No *Inquérito Linguístico Boléo - ILB*, entre os questionários pesquisados, encontramos uma variedade maior de respostas. Enquanto *arco-da-velha* destaca-se

como o item lexical de maior frequência, seguido de *arco-íris*, *arco-celeste*, *arco-da-aliança* e *arco-da-virgem*, outros cinco itens lexicais aparecem apenas uma ou duas vezes. Com frequência maior que um, temos: *arco de nossa senhora* e *pé de arco*. Aparecem uma única vez *olho-de-boi*, *rosário da nossa senhora* e *arca-de-Noé*. No *ALPR*, Aguilera (1994, p. 58) assegura que dois sujeitos também “referiram-se à **“arca-de-Noé”**”.

É importante observar que Santos (2006, p. 83-97) já havia investigado os itens lexicais presentes nas respostas à questão sobre o *arco-íris*. Sua análise, que abrange cinco atlas linguísticos regionais brasileiros, entre os quais o *ALPR*, “tem por objetivo: i) mostrar a frequência e distribuição da variação lexical nas áreas de abrangência reportadas; ii) apresentar uma proposta de análise semântico-lexical com base em Pottier e Rastier” (SANTOS, 2006, p. 84). No texto aqui reportado, a autora examinou o aspecto semântico-lexical da atividade discursiva dos sujeitos, tendo partido do exame de todas as respostas/ocorrências e examinado os semas inerentes e aferentes dos itens lexicais de alta frequência e distribuição regular presentes nos cinco atlas, com base em dicionários gerais, de especialidade e folclóricos.

Uma consulta em dicionários da língua portuguesa e em dicionários especializados em astronomia revela certa regularidade e repetição para as acepções de *arco-íris*. Assim, destacaremos apenas duas dessas acepções. Para Paiva (1979, p. 85), *arco-íris* é “meteoro luminoso em forma de arco, que apresenta todas as cores do espectro e que se forma em oposição ao Sol, pela refração da luz nas gotículas d’água em suspensão, na atmosfera”. Houaiss e Villar (2009) afirmam que se trata de um

arco luminoso que se origina em fenômenos físicos e meteorológicos e é produzido quando a luz solar é refratada, dispersa e internamente refletida por gotículas de água provenientes da chuva e suspensas na atmosfera [É visível como um conjunto de bandas coloridas adjacentes na forma de arcos de circunferência (mais raramente como anéis) com as cores do espectro solar.]

Essas acepções apontam para semas inerentes de *arco-íris*, dentre os quais se destacam: i) meteoro luminoso em forma de arco; ii) produzido quando a luz solar é

refratada e refletida nas gotas de chuva; iii) visível como um conjunto de bandas coloridas adjacentes na forma de arcos.

Embora com pouca frequência, esses semas se atualizam na fala dos sujeitos-entrevistados do *ALPR*. Apenas três sujeitos utilizam, em suas respostas, os semas inerentes citados que descrevem fisicamente o fenômeno atmosférico:

Sobre o **arco-íris**, comentou: “[...] um que dá um lado do outro assim, que é amarelo e azul, o arco, o **arco-da-véia**, né que eles fala. É, eis [= eles] corre assim, né, dum corgo no outro. Eles fala que é o **arco-da-véia**, né”⁴⁸. (*ALPR*, ponto 24, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

“é arguns falava **arco-de-véio**, né... ele fica de, de, tem duas, duas cabecera d’arroio, então ele fica um pedaço dele numa ponta e ota na ota, né?” (*ALPR*, ponto 31, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

No decorrer da resposta, comentou: “(...) quando chove então faiz um **auco-íris**, faiz um por cima e outro por baxo, né... e dizem que, os véio, os antigo diziam é **auco-íris** [...]” (*ALPR*, ponto 43, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

Ao lado desses semas inerentes, surgem outros, aferentes, que se originam em determinados contextos sócio-históricos, surgem de valores individuais, de crenças, de lendas e até mesmo de superstições (SANTOS, 2011). Com relação às crenças circunscritas a *arco-íris*, é possível analisá-las sob dois aspectos, o cristão e o mitológico, como fez Santos (2006).

Na bíblia judaico-cristã, o *arco-íris* é o símbolo da aliança estabelecida entre Deus e Noé, após o dilúvio. Instruído por Deus, Noé construiu uma arca, na qual ele, sua família e os animais determinados por Deus ficaram abrigados durante o dilúvio que destruiu a terra. Tendo cessado as chuvas e baixado as águas, Noé, seus descendentes e os animais deixaram a arca para recomeçar sua vida na terra. Então, Deus estabelece uma aliança com Noé e seus filhos, prometendo-lhes que a terra não

⁴⁸ Essa e as outras falas dos sujeitos e observações da autora que serão aqui reproduzidas foram retiradas das notas ao cartograma 18 do *Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR*, na página 58. Os grifos são da autora do Atlas.

seria mais destruída por águas de dilúvio e sempre que o arco surgisse entre as nuvens Deus se lembraria da aliança firmada entre eles:

Então disse Deus a Noé e a seus filhos, que estavam com ele: “Vou estabelecer a minha aliança com vocês e com os seus futuros descendentes, e com todo ser vivo que está com vocês: as aves, os rebanhos domésticos e os animais selvagens, todos os que saíram da arca com vocês, todos os seres vivos da terra. Estabeleço uma aliança com vocês: Nunca mais será ceifada nenhuma forma de vida pelas águas de um dilúvio; nunca mais haverá dilúvio para destruir a terra”. E Deus prosseguiu: “Este é o sinal da aliança que estou fazendo entre mim e vocês e com todos os seres vivos que estão com vocês, para todas as gerações futuras: o meu arco que coloquei nas nuvens. Será o sinal da minha aliança com a terra. Quando eu trazer nuvens sobre a terra e nelas aparecer o arco-íris, então me lembrarei da minha aliança com vocês e com os seres vivos de todas as espécies. Nunca mais as águas se tornarão um dilúvio para destruir toda forma de vida. Toda vez que o arco-íris estiver nas nuvens, olharei para ele e me lembrarei da aliança eterna entre Deus e todos os seres vivos de todas as espécies que vivem na terra”. Concluindo, disse Deus a Noé: “Esse é o sinal da aliança que estabeleci entre mim e toda forma de vida que há sobre a terra”. (GENÊSIS 9: 8-17)

O caráter divino relacionado ao *arco-íris* fica evidente em não poucas manifestações dos sujeitos-entrevistados do *ALPR* que, ao enunciarem, revelam sua inscrição sócio-histórica e desvelam o discurso religioso que ecoa em sua voz:

Sobre o nome mais comum: “é que usa falá **arcu-da-aliança** e **arcu-íri**, né”. (*ALPR*, ponto 06, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

Para o ‘nome mais antigo’: “tem... diz que é a : : é uma **aleança**, né... aquilo é uma **aleança** do tempo de Cristo, né. Cristo anunciô, aquilo é **aleança**, né”. Para o nome mais comum: “eles chamam **arcu-íri** e **arcu-da-aleança** também (...)”. (*ALPR*, ponto 46, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

Na seqüência: “**arco-de-velho**, **arc(o)íli**, **aliança de Jesus**”. (*ALPR*, ponto 53, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

Indagado pelo ‘nome mais antigo’: “nos [tempos] antigo tratava uma **arca da aliança**”. (*ALPR*, ponto 56, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

Indagada por ‘outro nome’: “**arco-da-nova-aliança**, tamém”. (*ALPR*, ponto 62, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

Comentou que a esposa tem uma bíblia que diz ser aquilo “**a aliança de Cristo com os homes**” e que “**arco-de-velho**” era o pai que dizia [...] (ALPR, ponto 65, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

Nota-se, portanto, que o discurso religioso determina a escolha lexical dos sujeitos citados que chamam o arco colorido de “**arcu-da-aliança**”, “**aliança de Jesus**”, “**arco-da-nova-aliança**”, “**aliança de Cristo com os homes**” ou, simplesmente, “**aleança**”. Não é apenas entre os sujeitos paranaenses que se observa a marca do discurso religioso interferindo na escolha lexical. Entre as respostas examinadas no *ILB*, encontramos observações do pesquisador acrescentadas à fala do sujeito que também evidenciam esse fato:

Chamam-lhe o Arco da Aliança de Nosso Senhor porque é determinado por Deus. Quando o avistam costumam dizer: Bendito seja o Arco da Aliança de Nosso Senhor! porque segundo a tradição “é bom dizer-se”. O povo tem a superstição de que o mundo não se acaba enquanto o arco-íris aparecer no firmamento. “Aquilo bota um semblante [faz uma impressão na vista], aquela clareza faz uma nuvemzinha”. (*ILB*, Funchal, sujeito A⁴⁹, inquérito 2)

É costume dizer-se: “Nosso Senhor (es)tá em paz com nós homens”. (*ILB*, Faro, sujeito B, inquérito 2375)

[...] usam a expressão: “(A)inda não é o fim do mundo que ainda sobe o arco-da-velha”. (*ILB*, Viana do Castelo, sujeito A, inquérito 23a)

Apesar de se tratar de duas localidades diferentes, Paraná e Portugal, é possível observar que o discurso religioso determina a escolha lexical dos sujeitos e se atualiza em sua voz. É a memória discursiva determinando o dizer e o “não-dito” anuncia-se no que é dito. Para os paranaenses, o *arco-íris* é o “**arco-da-nova-aliança**”, é a “**aliança de Cristo com os homes**”. Para os portugueses, o aparecimento do *arco-íris* no céu significa que “nosso Senhor (es)tá em paz com nós homens”, isto é, Deus está reiterando sua aliança estabelecida anteriormente. Significa também que, “(a)inda não é o fim do mundo que ainda sobe o arco-da-velha”, e a promessa de Deus está se cumprindo, pois conforme Ele disse “nunca mais [haveria] dilúvio para destruir a terra”.

⁴⁹ Adotamos a mesma classificação de Aguilera (1996, p. 107), designando por sujeito A, o sujeito do sexo feminino e por sujeito B, o do sexo masculino.

Como já mencionou Santos (2006), na mitologia grega, Íris é a mensageira dos deuses, ela é filha de Taumas e de Electra, “tem um véu que se desdobra nos ares e tem as cores do arco-celeste. Simboliza o arco-íris, e, de modo mais geral, a ligação entre a Terra e o Céu, entre os deuses e os homens” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2002, p. 507). “Íris é representada como uma virgem com asas de ouro, que se move com a leveza do vento de um lado para outro do mundo, nas profundezas dos oceanos e no mundo subterrâneo (Hades)”⁵⁰.

Esse aspecto mitológico que atribui poderes ao fenômeno do *arco-íris* e o relaciona com a ligação entre céu e terra (SANTOS, 2006) manifesta-se de várias formas e sempre esteve presente no imaginário popular. A característica atribuída à deusa Íris de estabelecer a ligação entre céu e terra, representada por seu movimento “de um lado para outro do mundo”, atualiza-se na fala dos sujeitos do *ALPR*, quando afirmam ter o *arco-íris* o poder de sugar ou puxar as pessoas e jogá-las do outro lado:

Sobre se havia perigo passar embaixo: “é, diz que tem pirigo passá, que ele puxa, né, e joga do outro lado [...] (*ALPR*, ponto 08, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

“no meu tempo [o] pai dizia que aonde era, a criança tomando água... era pirigoso que : : ela chupava a gente né, ingulia, né, porque se (es)tivesse perto, né... ela tem uma grande pressão assim que chupava, né (...), perto é pirigoso (...)”. (*ALPR*, ponto 65, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

“a mãe, as irmã ponhava medo em nós: ‘aí não, o **arco-de-véia** tá bebendo água, vão lá quei [= que ele] chupa (v)oceis”. (*ALPR*, ponto 19, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

Sobre crendices: “é, falava que não podia passá embaxo porque é pirigoso na hora [em que] tá jogando aquela água pode a pessoa subi junto, né”. (*ALPR*, ponto 30, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

Além de citar o perigo de passar por baixo do *arco-íris*, um dos sujeitos acrescenta um comentário que remete às interdições sofridas pelas crianças e à atualização do tema do respeito aos pais e/ou aos mais velhos em seu discurso. Assobiar e gritar, atitudes

⁵⁰ Informação disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Íris_\(mitologia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Íris_(mitologia))>. Acesso em: 03 nov. 2012.

que fazem parte do cotidiano das crianças, sobretudo, durante as brincadeiras infantis, era proibido quando surgia entre as nuvens o *arco-íris*:

“[...] não pode assobiá... e num pode gritá né, quando ele tá... que daí ele fica brabo (...) pode vim pegá a pessoa”. Se se podia passar por baixo do arco-íris: “podia passá, né mais [os pais] não deixava né, por medo”. (ALPR, ponto 43, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

Sobre as superstições atribuídas ao arco colorido, Cascudo (1972, p. 102) afirma que “o sertanejo não gosta do arco-íris porque furta água. [...] Ao princípio da sucção é fino, transparente, incolor. Depois fica largo, colorido radioso. Farto, desaparece” (Luís da Câmara Cascudo, *Informação de História e Etnografia*, p. 201-203). Júnior (1964, p. 31) assegura que “a crença popular supõe que ele [o arco-íris] bebe água num lugar para despejá-la noutro”. Essa crendice de que o *arco-íris* bebe a água do rio também está presente entre os sujeitos-entrevistados no Paraná, pois, em suas respostas, afirmam:

“(...) que sempre eles dizem que, né, quando aparece dois, eles falam (es)tão tomando água no ribeirão, né”. (ALPR, ponto 19, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

Perguntou-se o que o **arco-íris** faz no rio: “bebe água, né”. (ALPR, ponto 21, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

Sobre o que o **arco-íris** faz no rio, comentou: “muitos fala que ele tá chupano a água [...]” (ALPR, ponto 23, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

Em Portugal, não obstante seja apenas uma única manifestação, verifica-se também a presença do discurso supersticioso que veicula a ideia de que o *arco-íris* bebe ou tira a água dos rios, como se pode observar:

Dizem que o arco da velha “tira a água do rio [...]”. (ILB, Viana do Castelo, sujeito A, inquérito 23a)

Chevalier e Gheerbrant (2002, p. 78) citam numerosas tradições em que o *arco-íris* é associado à “imagem de uma serpente mítica” e Cascudo (1972, p. 102) afirma que “o arco-íris víbora é a materialização mais espalhada no mundo”. Embora a figura da víbora ou da serpente não apareça entre as respostas analisadas, um dos sujeitos-

entrevistados do *ALPR* lembra que sua avó e outras pessoas acreditavam haver um “bicho” no *arco-íris* que bebia toda a água do rio:

Disse não conhecer outro nome, mas comentou: “(...) minha vó, bom eles falava, uns falava que, hoje em dia pensa diferente, que pensavam que era um bicho que tinha naquele arcu-íris, né, diz que eles vão bebê água lá, no outro lugar onde ele diz que ele chupava o rio tudo, né, mais eu acho que não, hoje em dia eu baseio (a)qui(lo) lá e acho que é o reflexo do sol, né” (*ALPR*, ponto 13, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

Confirmando que essa crença em “um bicho que tinha naquele arcu-íris” era costume dos mais antigos, outro sujeito também se refere ao poder sobrenatural daquele bicho ou, em suas palavras, “aquela coisa”, que podia engolir a pessoa e soltá-la do “outro lado”:

No decorrer sobre os costumes dos antigos, observou: “ali os antigo já dizia que se s’importá, aquela coisa engole a pessoa, engole e sortá do outro lado (...)”. (*ALPR*, ponto 44, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

Cita-se, na sequência, um último exemplo, no qual o discurso supersticioso também se atualiza na fala do sujeito-entrevistado que, apesar de não se referir nem ao “bicho” nem à “coisa”, afirma acreditar no poder exercido pelo fenômeno luminoso, em forma de arco, de engolir as pessoas:

Sobre as crendices: “diz que quando ele tá tomando água assim no rio, não pode passá por baxo dele, né, diz que engole a pessoa”. (*ALPR*, ponto 40, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

Entre as respostas examinadas no *ILB*, atualiza-se também o aspecto mágico ou fantástico referente ao *arco-íris*, evidenciando crendices constitutivas da cultura popular. Em resposta à questão “*Há versos alusivos ao aparecimento do arco-íris?*”, encontramos enunciados, nos quais se misturam comentários do pesquisador e a fala dos sujeitos, que se reportam à figura da bruxa ou feiticeira, sempre presente em algum lugar no imaginário cultural popular, citada em lendas e/ou histórias infantis. Enquanto os sujeitos do Paraná se reportam ao “bicho” ou “coisa”, os portugueses afirmam que há no *arco-íris* uma “bruxa” ou “feiticeira”:

Quando aparece o arco-íris costumam dizer que “as bruxas se estão casando” /as bruxas (es)tão se casando/. (ILB, Açores, sujeito B, inquérito 82)

Dizem que estão as feiticeiras a pentear-se. (ILB, Braga, sujeito B, inquérito 160)

Segundo assevera Cascudo (1972, p. 281), em Portugal, “quando chove e faz sol estão as bruxas a pentear-se”. A figura da feiticeira, de acordo com Júnior (1964, p. 31), refere-se à figura da velha, pois, segundo ele afirma, “o *arco-da-velha* (uma feiticeira) é o arco-íris”. Ribeiro (2009, p. 159) acredita que “a ideia de *velha* reunida a *arco* provém da corcova ou corcunda que é própria tanto do *arco* como da *velha*”. Ribeiro (2009, p. 159) afirma também que essa analogia seria a fonte mais segura, pois fabulários e Isopetes contaram a história do arco da velhice, da qual ele cita a versão de Francesco Pera:

La *gioventú* vedendo la vecchiezza curva ed indebolita, le domandò per ischerzo se voleva vender un *arco*. Ma la vecchiezza rispose: Non voler gittare, o gioventú, questi tuoi danari per cotal compra, perchè come sarai in decrepitezza, tu avrai quest' *arco* come me⁵¹.

Ribeiro (2009, p. 160) acrescenta que admitir essa origem para a expressão arco-da-velha esclarece os vários sentidos das lendas e tradições relacionadas a *arco-íris*, pois, segundo ele afirma:

Os velhos sabem naturalmente por experiência, prever e anunciar as chuvas e não só por isto, mas por seus humores mais sensíveis ao meio atmosférico e ainda pela necessidade e prudência neles muito maior de se resguardarem. E ainda melhor as *velhas*, por mais débeis e fracas e não calarem os seus prenúncios.

⁵¹ A juventude, vendo a velhice curva e enfraquecida, lhe perguntou em tom de brincadeira se queria vender um arco. Mas a velhice respondeu: juventude, não queira jogar fora seu dinheiro por tal compra, porque quando você estiver decrépita, terá um arco como eu. (Tradução nossa).

Essa possibilidade de relacionar o *arco-íris* com o clima ou com as chuvas, especificamente, aparece entre as respostas examinadas, tanto no *ALPR* como no *ILB*. De um lado, para os paranaenses, o *arco-íris* é capaz de desmanchar a tempestade ou chamar a chuva:

Sobre o que o **arco-íris** faz no rio comentou: “[...] fala que é pa dismanchá tempestade, quele [= que eles} diz”. (*ALPR*, ponto 23, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

Sobre o **arco-íris** comentou: “eles fala que é chama-chuva [...]” (*ALPR*, ponto 24, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

Sobre as crendices: “diz que ele leva água né, chupa água assim do rio, pa depois chuvê [...]” (*ALPR*, ponto 42, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

Do outro lado, para os portugueses, é o aspecto físico do *arco-íris* no céu que assinala a previsão do tempo, pois,

“quando aparece bocadinhos (arco parcial) é pa bom tempo, quando segue todo é pa chuva”. (*ILB*, Funchal, sujeito A, inquérito 2)

Fazer previsões a partir do aspecto do céu, ou, como disse Ribeiro (2009, p. 160), a partir de “humores mais sensíveis ao meio atmosférico” é uma prática ou costume que está presente no imaginário popular desde os primórdios da humanidade. Na bíblia judaico-cristã, o evangelista Mateus narra um encontro entre Jesus e um grupo de fariseus e saduceus que, tentando colocar Jesus à prova, pediram-lhe que lhes mostrasse um sinal dos tempos, ao que Jesus respondeu:

Quando a tarde vem, vocês dizem: “Vai fazer bom tempo, porque o céu está vermelho”, e de manhã: “Hoje haverá tempestade, porque o céu está vermelho e nublado”. Vocês sabem interpretar o aspecto do céu, mas não sabem interpretar os sinais dos tempos! (MATEUS 16: 1-3)

Cascudo (1972, p. 102) afirma que há vários estudos em torno de *arco-íris* e seus poderes e cita, entre outros, Paul Sébillot (*Le Folk-lore*, 118) que resume assim as versões europeias sobre o assunto:

sa puissance en bien ou en mal est considérable; il peut dessécher les étangs et les rivières, avaler les poissons, enlever les navires, flétrir les

plantes sur lesquelles se pose une de ses extrémités, changer le sexe de ceux qui passent dessous; là où il touche la terre se trouvent des merveilles ou des présents; l'eau qui y est puisée guérit les maladies⁵².

Alguns desses poderes atribuídos ao fenômeno atmosférico, citados acima, encontram-se presentes no imaginário cultural popular, seja do sujeito-entrevistado paranaense, seja do sujeito-entrevistado português e se atualizam em seu discurso. Um dos poderes do *arco-íris*, segundo o que assegura Sébillot, é: “là où il touche la terre se trouvent des merveilles ou des présents”. Atualizando o discurso supersticioso em sua voz, o sujeito do *ALPR*, ao ser indagado sobre credices em torno de *arco-íris*, comentou:

“(...) então eles fala assim: que o lugá queli [= em que ele] desce ali é onde que tem, vai, que tem um pote de oru”. (*ALPR*, ponto 15, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

Em Portugal, de acordo com as pesquisas do *ILB*, as palavras de Sébillot também se confirmam, pois é costume dizer às crianças que lá onde o *arco-íris* encosta ou toca a terra existem “maravilhas ou presentes⁵³”:

O meu informador não conhece versos alusivos, mas diz que é costume enganar os cachopos⁵⁴, dizendo-lhes que há um tesouro de ouro na ponta do arco-da-velha. (*ILB*, Castelo Branco, sujeito A, inquérito 1985)

Entre os poderes mágicos atribuídos ao *arco-íris*, enumerados por Sébillot e citados anteriormente, está o poder de mudar o sexo daqueles que passam por baixo do arco luminoso. Essa credice se atualiza na fala dos sujeitos-entrevistados do *ALPR*, revelando que a memória discursiva é condição para o dizer, isto é, significa nas palavras, pois existe uma relação entre o já-dito e aquilo que se diz agora. Os sujeitos, ao enunciarem, revelam elementos do contexto sócio-histórico, ou seja, revelam as condições de produção nas quais suas palavras ganham sentido e a formação

⁵² Seu poder para o bem ou para o mal é considerável, ele pode secar lagoas e rios, engolir os peixes, fazer desaparecer os navios, murchar as plantas sobre as quais toca uma de suas extremidades, mudar o sexo daqueles que passam embaixo, lá onde ele toca a terra, encontram-se maravilhas ou presentes; a água que se extrai dele cura as doenças. (Tradução nossa).

⁵³ Tradução nossa do original “merveilles ou des présents” (CASCUDO, 1972, p. 102).

⁵⁴ Cachopos, em português de Portugal, corresponde a meninos, no português do Brasil. (HOUAISS; VILLAR, 2009)

discursiva na qual está inscrito seu discurso. A região do Paraná, compreendida pela pesquisa geolinguística, na época em que o questionário foi aplicado, tinha como atividade econômica predominante a agricultura e era uma região constituída por cidades pequenas ou mesmo lugarejos. Presume-se, portanto, que a cultura popular rural era aquela que circulava entre a população, cerca de trinta anos atrás, passando de boca em boca, de pais para filhos. Nesse sentido, é possível dizer que o discurso supersticioso em torno de *arco-íris* se atualiza, de forma intensa e expressiva, na fala dos sujeitos-entrevistados para o *ALPR*. É a formação discursiva na qual eles se inscrevem que torna válida e aceitável sua resposta, ao serem indagados por crendices:

“(...) a mãe sempre contava, né, mais, diz que o home passa dibaxo vira muié”. (*ALPR*, ponto 06, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

“é, diz que tem pirigo passá, [...] diz se fô home vira mulhé”. (*ALPR*, ponto 08, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

“(...) [se] um home passá dibaxo vira muié; agora, isso daí (vo)cê num pode dizê nada, né”. (*ALPR*, ponto 14, sujeito B, cartograma 18, p. 58)

“é, fala que a gente num pode passa imbaxo que a gente vira home (...) si home passá vira muié, si muié passa vira home”. (*ALPR*, ponto 21, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

Mas o poder exercido pelo *arco-íris* não se resume a mudar o sexo daqueles que passam por baixo de seus arcos coloridos. Nas respostas encontradas no *ALPR*, conforme afirma Santos (2006, p. 92), o *arco-íris* “também tem poderes maléficos sobre as pessoas, podendo provocar danos à saúde”. A esse respeito, os sujeitos-entrevistados comentam:

“eles fala que sempre mulher grávi(da) não podia passá por baxo daquele lá por caus(a) que era perigoso transformá o nenê, por quantia que é forte, o [arco-íris] transforma o nenê sofrendo das vista, ou aliás, sofrendo do cerbo [= cérebro] ou quarqué coisa, aí”. (*ALPR*, ponto 40, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

“(...) lá no nosso lugar ainda falam que a gente não pode espiar por causa que pode tirar a vista da gente, assim, estraga a vista da gente (...)”. (*ALPR*, ponto 65, sujeito A, cartograma 18, p. 58)

Interessante salientar que o último sujeito citado define bem o lugar de onde enuncia, pois seus temores não são apenas seus. Ele fala em nome de um grupo que acredita que “a gente não pode espiar por causa que pode tirar a vista da gente, assim, estraga a vista da gente”. Sua fala revela crenças e superstições próprias do grupo social ao qual pertence, pois é dessa maneira que “ainda falam lá no nosso lugar”.

No *ILB*, além dos enunciados já citados e analisados, encontramos cantilenas⁵⁵ que fazem referência a *arco-íris*. Conforme mencionamos, havia uma segunda questão, com certeza acrescentada posteriormente ao questionário, que indagava se o sujeito conhecia ou se havia “*versos alusivos ao aparecimento do arco-íris*”. Esse material encontrado, bem como os enunciados anteriormente estudados, evidencia a cultura popular, deixando transparecer, por meio da materialidade linguística, crenças e valores peculiares do grupo social em que se inscrevem os sujeitos-entrevistados.

Rijo (2000), ao discorrer sobre as rezas que acompanhavam as chuvas pesadas, afirma que, depois que cessava a chuva e o medo passava,

o sol, irrompendo glorioso, irisava a humidade do ar pondo belos arco-íris, como bandoletes gigantes, no céu. O ar cheirava a lavado. Aqui e ali pingavam árvores, beirais. As crianças soltavam-se a correr para a rua. Chapinhavam com os pés nas poças de água. Riam pelo gosto de rir e lá iam repetindo as suas inocentes cantilenas: *Olha o arco-da-velha! / Olha o arco-da-velha! / A chover e a fazer sol / Estão as bruxas a comer pão mole!*

Ao analisar cantilenas ao inseto *louva-a-deus*, Ferreira (2008, p. 303) assegura que o “esquema geral de todas as cantilenas a bichinhos [é]: nomeação, ordem, ameaça ou promessa”. Não obstante nosso objeto de estudo não seja cantilenas a bichinhos, é possível observar que as cantilenas ao *arco-íris* seguem, de maneira geral, um esquema semelhante, isto é, em cada cantilena encontramos sempre nomeação, ordem, explicação ou promessa, como nos exemplos a seguir:

Arco-da-velha / Sai-te daí / Meninas bonitas / Não são para ti. (*ILB*, Vila Real, sujeito A, inquérito 366)

⁵⁵ Canção ou poema breve e simples. (HOUAISS; VILLAR, 2009).

Arco-da-velha / Vai-te daí / Que as moças donzelas / Não são para ti.
(ILB, Portalegre, sujeito A, inquérito 2177)

De acordo com o exposto por Ferreira (2008, p. 303), a ordem expressa nas cantilenas a bichinhos é uma ordem “naturalmente obedecida, como acontece quando mandam o caracol pôr os corninhos ao sol ou quando recomendam à joaninha que voe, ou ao grilinho que saia do seu burquinho”. Da mesma forma, encontramos nas cantilenas ao *arco-íris*, ordens naturalmente obedecidas. Ordens como, “sai-te daí” ou “vai-te daí”, dadas ao *arco-íris*, ou *arco-da-velha*, como ele está aqui nomeado, pressupõem uma resposta positiva, pois, sabe-se que o *arco-íris* surge no céu espontaneamente e desaparece rapidamente, ele é breve e momentâneo. Ferreira (2008, p. 303) afirma também acreditar que as cantilenas se perpetuaram e chegaram até nós devido ao “facto de ainda cumprirem uma função social clara: a de dar satisfação e auto-confiança às crianças mais pequenas. Indo mais longe: treina-se o exercício do poder do homem sobre a natureza, começando por lhe ordenar o inevitável”.

No caso das cantilenas tomadas como objeto de estudo, percebe-se que essa função social também se cumpre, pois ordena-se o inevitável ao *arco-íris*, que logo obedece e vai embora. Entretanto, as cantilenas não se resumem às ordens nelas contidas, há uma complementação com os versos que se seguem trazendo uma explicação ou uma razão.

Nesse sentido, na primeira cantilena, o “arco-da-velha” é expulso e deve ir embora, porque “meninas bonitas não são para [ele]”. A ideia se repete na segunda cantilena, entretanto, dessa vez, ao “arco-da-velha” é dito, “sai-te daqui, que as moças donzelas não são para ti”. Fica evidente, nesses versos, a presença do discurso sociocultural que emerge em suas entrelinhas. A ideia do namoro, do romantismo, do casamento, atualiza-se e veicula a ideologia cultural que perpassa o enunciado. Moça bonita e moça donzela não são para relacionamentos fugazes, passageiros, que desaparecem rapidamente. Moça bonita e moça donzela merecem um relacionamento duradouro, que seja por toda a vida. Por analogia, podemos também supor que a beleza está atrelada à virgindade e que moças bonitas são moças donzelas. No contexto sócio-

histórico e cultural em que se inscreve esse enunciado, a virgindade era um atributo esperado e desejado para as “moças de família”.

Um terceiro exemplo, expressando a mesma ideia, também pode ser citado:

Arco-da-velha / Sai-te daí / Que eu sou moça nova / Não sirvo pra ti.
(*ILB*, Vila Real, sujeito A, inquérito 365)

Dessa vez, quem não serve para o “arco-da-velha” é a moça nova, juventude e velhice em contraste, em oposição, em conflito. Em uma relação de antonímia se opõem “arco-da-velha” e “moça nova”. O preconceito mais uma vez se atualiza, pois o contexto sociocultural e ideológico, no qual se inscreve o enunciado, não permite, não reconhece ou não vê com naturalidade, um casamento entre pessoas de idades muito diferentes; por essa razão, o “arco-da-velha” é expulso e deve sair. O uso do verbo na primeira pessoa no terceiro e quarto versos marca a singularidade do sujeito enunciatador que fala de uma dada posição social. Ao se dirigir ao “arco-da-velha”, e afirmar “sai-te daí, que eu sou moça nova, não sirvo pra ti”, o sujeito fala da posição da moça que quer se casar, mas, casar com um “príncipe encantado”, e fala como todas as moças na mesma posição fariam.

Cita-se na sequência um exemplo em que ficam claras uma nomeação, uma ordem e uma promessa, conforme o esquema geral das cantilenas. Mas, o tom agora é outro. O arco não é mais o “arco-da-velha”, perdeu a velhice, rejuvenesceu, e ganhou a cor do céu:

Ó meu arco celeste / Ó meu menino [...] ⁵⁶ / Dá-me os teus braços / Que eu te darei meu coração. (*ILB*, Leiria, sujeito A, inquérito 1831)

O arco agora é azul, celeste, e a figura da “velha” foi trocada pela imagem do “menino”. O azul é “o caminho do infinito, onde o real se transforma em imaginário. [...] Entrar no azul é [...] passar para o outro lado do espelho” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2002, p. 107). O tema do namoro também se atualiza e a cantilena é uma declaração de amor.

⁵⁶ Como os inquéritos eram preenchidos à mão e, muitas vezes com transcrições fonéticas, como nesse caso, não foi possível identificar a palavra que estava escrita no final desse verso. O que se pôde constatar é que a palavra terminava em “ão”, rimando com coração.

A cantilena dá voz à moça apaixonada, que promete àquele que lhe der os braços, o coração. A ideia de troca, ou de “transferência mútua de qualquer coisa entre seus respectivos donos” (HOUAISS; VILLAR, 2009), própria dos enamorados, fica perceptível nos versos citados: “dá-me os teus braços”, em troca, “eu te darei meu coração”. O “arco celeste”, sempre com seus braços/arcos bem abertos, está pronto para enlaçar, segurar, aconchegar. E a moça “bonita”, “nova”, “donzela” pronta para dar seu coração.

Assim como as cantigas de ninar e as cantigas de roda, as cantilenas são transmitidas de geração em geração. Elas são fáceis de decorar, pois, normalmente, repetem determinadas palavras ou expressões. Os temas cantados/recitados pelas cantilenas são muitos, podendo abordar, como vimos, desde bichinhos até temas como o namoro, o casamento, o amor. Mas, podem, também, tratar do trivial, do banal, das brincadeiras, do lúdico, ou mesmo do bizarro, como os exemplos a seguir:

Arco-da-velha / Não bebas aí / Que burros e burras / Beberam aí. (*ILB*, Vila Real, sujeito B, inquérito 436)

Arco-da-velha / Não bebas aí / Meninas bonitas / Mijaram aí. (*ILB*, Viseu, sujeito A, inquérito 1148)

Outra vez a credence de que o *arco-íris* bebe a água do rio se atualiza na voz do sujeito enunciatador. Se a ordem dada ao “arco-da-velha” é “não bebas aí, que burros e burras beberam aí”, fica implícita a ideia de que ele tem ou tinha o hábito de ir ao rio beber água. O tom de brincadeira, grotesco ou bizarro, fica perceptível no último verso da segunda cantilena e, se estabelecermos um paralelo entre as duas, é possível dizer que há uma relação antagônica entre elas. Seria “normal” ou mais aceitável ouvir: “Arco-da-velha / Não bebas aí / Meninas bonitas / Beberam aí”. Causa estranheza a ideia de que meninas bonitas vão ao rio “fazer xixi”. Menos aceitável ainda é o uso do verbo citado na cantilena, sinônimo de urinar, que se configura como uma expressão grosseira. Por outro lado, não seria bizarro saber que “burros e burras mijaram aí”. Assim, os versos finais das duas cantilenas inscrevem o avesso do que usualmente circula no senso comum, ou seja, meninas bonitas bebem água no rio e burros e burras “mijam aí”.

A riqueza da variação linguística em torno de *arco-íris*, produzindo novos efeitos de sentido, se constitui no registro da memória discursiva da qual os sujeitos se apropriam em suas interações. Segundo afirma Ferreira (2008, p. 306), em temas com pouca ou nenhuma importância, “mas que interessaram durante milênios qualquer pequena comunidade rural”, como os temas das denominações de plantas espontâneas, de bichos que não foram domesticados, de alguns **fenômenos atmosféricos**⁵⁷, entre outros, é

que se pode encontrar a maior variedade de denominações e a maior riqueza de informação sobre a camada mais antiga da nossa cultura. E isso por uma razão muito simples: trata-se de assuntos que nunca foram tema de conversas para grandes auditórios, estando circunscritos às relações vicinais.

As cantilenas, conforme assegura Ferreira (2008, p. 303-304), poderiam ser consideradas “como fósseis de remotos rituais, descontextualizados e esquecidos. Na maioria dos casos, [elas] desaparecem, deixando apenas, atrás de si, uma marca: uma denominação”.

⁵⁷ Grifo nosso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*É preciso partir da análise de tudo o que os homens puderam dizer e fazer em diversas épocas, trabalhando com uma noção de discurso ampliada, que nos leve a estudar o enunciado linguístico, mas também o conjunto de imagens, gestos, expressões, modos de circulação dos discursos, entre outros.
(Vanice Sargentini)*

O primeiro contato com a Geolinguística trouxe à tona não apenas um grande interesse por essa disciplina, trouxe também o desejo de conhecer a razão que leva o sujeito a selecionar ou escolher determinados itens lexicais em detrimento de outros para nomear ou representar objetos do mundo que o cerca. Esse desejo levou ao questionamento sobre a possibilidade de tomar os estudos geolinguísticos, especialmente os atlas linguísticos voltados para o aspecto semântico-lexical, como objeto de estudo da Análise do Discurso. Partimos, então, da hipótese de que *para além da constatação da variação linguística, por meio da observação atenta das respostas dadas pelos sujeitos ao Questionário Semântico-Lexical, na atividade discursiva, e das notas referentes aos cartogramas, é possível identificar registros da memória discursiva na qual esses sujeitos estão inscritos e da qual eles se apropriam em suas interações.*

Com o objetivo geral de apresentar uma análise discursiva das respostas dos sujeitos às questões do Questionário Semântico-Lexical, com base nos postulados da Análise do Discurso de linha francesa, selecionaram-se respostas dos sujeitos-entrevistados a cinco questões desse questionário. Antes de proceder à análise discursiva, voltamos nossos estudos para as duas disciplinas envolvidas na pesquisa, quais sejam, a Geolinguística e a Análise do Discurso. Percorremos o desenvolvimento teórico-metodológico da Dialetoлогия e da Geolinguística, desde seu surgimento até o estado atual dos estudos geolinguísticos brasileiros. Para proceder à análise do *corpus*, buscamos suporte teórico nos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa e

nos detivemos em conceitos básicos que sustentaram nossa investigação, dentre os quais, destacamos as noções sobre discurso, efeito de sentido, sujeito, memória discursiva, enunciado, formação discursiva e condições de produção.

Depois de discorrer sobre Geolinguística e Análise do Discurso, estruturamos um capítulo no qual se buscou tecer considerações sobre os pontos que aproximam e distanciam as duas disciplinas, visto que o *corpus* da pesquisa se constitui de dados provenientes de estudos geolinguísticos e a análise desses dados se pautou pelos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa.

A análise dos dados foi, sem dúvida, o momento mais importante de nossa busca, pois verificamos, em cada resposta analisada, a confirmação da hipótese levantada. A análise permitiu constatar que o sujeito-entrevistado, ao responder às questões propostas, revela que sua escolha lexical é determinada pela formação discursiva na qual ele se inscreve. Sua escolha lexical não é inocente ou aleatória, mas ela está diretamente ligada ao contexto sócio-histórico-ideológico do qual ele enuncia. É a partir do lugar de onde o sujeito enuncia, a partir das condições de produção nas quais ele se inscreve, que suas palavras ganham sentido.

Desse modo, podemos dizer, com Pêcheux (2006), que o trabalho de leitura das respostas dos sujeitos-entrevistados, na atividade discursiva, e das notas referentes aos cartogramas de um atlas linguístico tem a propriedade importante de trabalhar a memória de um grupo social. Essa prática de leitura torna possível “multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo” (PÊCHEUX, 2006, p. 44). Essa prática de leitura possibilita o entendimento da presença de “não-ditos” no interior do que é dito, pois o sentido das palavras não é imanente, mas se constrói a partir de um espaço discursivo marcado por instabilidades promovendo movências de sentido (FERNANDES, 2008).

A análise do objeto discursivo permitiu observar o entrecruzamento de diferentes discursos e coloca em pauta uma questão aventada por Foucault (1995, p. 31): “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?”. Esse questionamento

frente à aparição de diferentes itens lexicais nas respostas dos sujeitos às perguntas “O que se derruba lá na mata para tirar uma tora, por exemplo?”; “Como se chama aquela chuvinha miúda e demorada?”; “Quando chove e caem pedrinhas de gelo, como se chama essa chuva?”; “Em noite bem estrelada, como se chama aquele espaço cheio de estrelas, até esbranquiçado, que fica bem no meio do céu?” e “Como se chama aquele negócio colorido que aparece no céu depois que chove (ou durante a chuva) e dizem que bebe a água do corgo (ou arroio, sanga)?” levou à busca da compreensão de tais enunciados como integrantes de diferentes discursos. Entre os diferentes discursos entrecruzados na voz dos sujeitos-entrevistados, apreenderam-se o discurso religioso, o discurso supersticioso, o discurso amoroso (na atualização do tema do namoro e do casamento) e o discurso capitalista determinando a escolha lexical expressa em suas respostas e desvelando crenças e valores dos grupos sociais que esses sujeitos integram.

Para a compreensão da escolha e uso de diferentes itens lexicais dados como respostas pelos sujeitos-entrevistados a essas questões, fez-se necessário recorrer à História com o intuito de explicitar os processos socioideológicos que viabilizam a presença desses enunciados e os referendam como integrantes de uma dada formação discursiva. Conforme assegura Gregolin (2006, p. 89-90), “entre o enunciado e o que ele enuncia não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica; há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela História, que envolve a própria materialidade do enunciado”.

Os efeitos de sentido desses enunciados revelam seus espaços de enunciação, isto é, os lugares sociais assumidos pelos sujeitos. Nesse sentido, pode-se dizer que as respostas apontadas no cartograma corroboram a noção de um sujeito discursivo que integra a história e revela em sua voz aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras, o que sustenta e torna válida sua escolha lexical. Gregolin (2007, p. 167) salienta que “cabe ao analista de discurso investigar as condições complexas (que são, ao mesmo tempo, da ordem da linguagem e da ordem da história) nas quais se realizou um determinado enunciado, condições que lhe dão uma existência específica”. Nas palavras de Altenhofen (2006, p. 177), “nenhum fato linguístico ocorre no vácuo, pela

simples razão que constitui, acima de tudo, um fato social e histórico”. Ferreira (2008, p. 307) afirma que “seja popular, seja erudita, cada palavra é um caso, tem uma história, uma vida”.

Tendo realizado esse percurso, é possível afirmar que, na Geolinguística, as diferentes designações que os sujeitos atribuem ao mundo dito real não podem ser consideradas unicamente como uma simples lista de itens lexicais mais empregados por esses sujeitos ou, como afirma Santos (2012, p. 44), as respostas dos sujeitos-entrevistados “não pode[m] ser considerada[s] tão-somente a comunicação de uma informação”. Para Ferreira (2008, p. 294),

é a definição que encontramos para uma dada coisa que nos fornece os vocábulos com que a nomeamos. Ora, como se sabe, o modo como definimos cada coisa reflecte todo o nosso saber sobre ela. As nossas definições dependem do modo como conhecemos o objecto em foco. Dependem dos elementos culturais que temos ao nosso alcance. Por exemplo: quando o combóio (*trem* no Brasil) apareceu na América, conta-se que os índios lhe chamaram *cavalo de fogo*. Isto é, escolheram, do seu universo cultural, um meio de transporte prestigioso – o cavalo – e, como não há fumo⁵⁸ sem fogo, ficou a ser “cavalo de fogo”. Do mesmo modo, o avião que primeiro sulcou o céu de África foi chamado de “pássaro que ronca”.

Nesse sentido, é possível dizer que as diversas escolhas lexicais, produzindo novos efeitos de sentido, se constituem no registro da memória discursiva na qual se inscrevem esses sujeitos e da qual eles se apropriam em suas interações. Santos (2012, p. 46) assegura que a pesquisa geolinguística “não se encerra nos cartogramas [...], [pois] os itens lexicais que integram os atlas semântico-lexicais são parte constitutiva da atividade linguística produtora de sentidos”. Para além do trabalho geolinguístico vislumbra-se a fala de sujeitos integrantes de determinados grupos sociais e históricos. Sua fala, perpassada por sentimentos, crendices, superstições ou costumes próprios desses sujeitos, revela os vários discursos de que participam, os quais, produzindo sentidos entre os locutores, desvelam as transformações sócio-históricas de um grupo social. Esse fato reforça a ideia de que o sentido se produz em

⁵⁸ Fumo, em português de Portugal, corresponde à fumaça no português do Brasil. Mantivemos os destaques como no original.

um espaço social diretamente ligado à inscrição ideológica do sujeito, pois sua voz revela esse espaço social no qual ele se inscreve.

O presente trabalho, ainda que não exaustivo, procurou demonstrar que é possível tomar trabalhos geolinguísticos como objeto de estudo da Análise do Discurso, quando esses trabalhos, sobretudo os atlas linguísticos, além de ilustrar por meio de cartogramas a variação linguística observada em um determinado local e em um espaço de tempo também determinado, trazem a transcrição das respostas completas dadas pelo sujeito-entrevistado. Essa análise, com base nos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa, é possível ser feita quando os atlas linguísticos, ao investigar o conjunto de designações que os falantes/ouvintes atribuem ao mundo/espaço referencial ou imaginário, consideram o sujeito na atividade discursiva que envolve a aplicação do questionário. A Geolinguística que sai do descritivo e vai do enunciado à enunciação, focalizando os sujeitos em posicionamentos socioideológicos, a história e a atividade discursiva produtora de sentidos, avança em direção à linguística da enunciação, na qual o enunciado se relaciona com um sujeito, com outros enunciados e com um enunciador maior (informação verbal)⁵⁹.

Toda a trajetória percorrida até esse momento foi de grande importância, pois ela denota uma busca longa e incessante do saber que não tem início nem fim, pois nessa busca se encontram tantas outras emaranhadas, articuladas e enredadas no fio condutor da pesquisa. É uma busca que se faz por etapas, que se estabelece por objetivos e que não se finda. Ela é eterna e será assim enquanto perdure o desejo de vislumbrar os encantos do desconhecido, do novo, do que está oculto e desperta o interesse. Não obstante termos atingido os objetivos a que nos propusemos, persiste ainda o desejo de fazer novas leituras e novas descobertas. Nas palavras de Orlandi (2001a, p. 64),

uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição. E isto não tem a ver com a objetividade da análise mas com o fato de que todo discurso é

⁵⁹ Informação fornecida por Cleudemar Alves Fernandes na comunicação oral “Análise do Discurso, sujeito e memória”, realizada na USP, no dia 30/06/2011.

parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos. Por isso o dispositivo analítico pode ser diferente nas diferentes tomadas que fazemos do corpus, relativamente à questão posta pelo analista em seus objetivos. Isto conduz a resultados diferentes.

Antenor Nascentes (1958, p. 7) afirma que “poucos sabem [...] qual é o valor de um atlas, qual a sua necessidade para a solução de múltiplos problemas e, dos que sabem, poucos dão importância a essas questões”. Entretanto, a Geolinguística e a Dialetologia oferecem “subsídios a outras áreas, consideradas afins, como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Etnologia” (RAZKY; LIMA; OLIVEIRA, 2006, p. 112). Nesse sentido, podemos estender essa contribuição da Geolinguística à Análise do Discurso, como foi nosso propósito mostrar com este estudo, pois “ao contrário do que ocorria há cerca de 20 anos, observa-se hoje na dialetologia uma ânsia muito grande de completude e inovação, no sentido de se buscar abarcar a variação lingüística no maior número de dimensões de análise possível” (ALTENHOFEN, 2006, p. 166). Diante dessa perspectiva, interessa que os trabalhos de Geolinguística, na busca dessa “completude” e “inovação”, abram seu leque interpretativo e ultrapassem o aspecto descritivo, considerando que “na relação do sujeito com a língua e com a história, por trás das palavras ditas, o *não-dito* produz sentidos que não podem ser controlados e que não se encerram em si” (FERNANDES, 2008, p. 83).

Desejamos que essa pesquisa continue a se desenvolver em trabalhos posteriores, mais amplos, mais profundos, nos quais, eventualmente, outros caminhos serão trilhados, “abrindo picadas no mato”, mesmo que não seja o “caminho de Santiago” ou o “caminho de i(r) pro céu”, sob a “chuvinha demorada (...) já tão gostosa pas lavora” ou sob a “chuva-de-flor, né. Num presta falá gelo, tem que sê chuva-de-flor”, porque “a flor... a flor é um troço cheroso, um troço da terra, né”. E, mesmo depois que a chuva passar, o desejo de pesquisar continua com o brilho multicolorido e mágico do arco-íris e, quem sabe, ao final do trajeto, ela (a pesquisa) chegue ao “lugá queli [=em que ele] desce ali é onde que tem, vai, que tem um pote de oru”.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA da Mulher: leitura, devocional, estudo. São Paulo: Mundo Cristão, 2003.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Atlas lingüístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

_____. **Atlas lingüístico do Paraná**: apresentação. Londrina: Editora da UEL, 1996.

_____. Atlas lingüístico do Paraná: gênese e princípios metodológicos. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **A geolingüística no Brasil**: trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: EDUEL, 2005. p. 137-176.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Interfaces entre Dialetologia e História. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). **Documentos 2**: projeto atlas lingüístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006. p. 159-185.

ARAGÃO, M. do S. S.; MENEZES, C. B. de. **Atlas lingüístico da Paraíba**. Brasília: UFPB/CNPq, 1984. 2 v.

ARAGÃO, M. do S. S. Os estudos geolinguísticos no Brasil: dos atlas regionais ao ALiB. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). **Documentos 2**: projeto atlas lingüístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006. p. 35-65.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso**: história e literatura. São Paulo: Ática, 2000.

BAKHTIN, Mikail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. O discurso na poesia e o discurso no romance. In: _____. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: UNESP/Hucitec, 1988. p. 85-106.

BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade**: processos do neologismo. São Paulo: Global, 1981.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BÍBLIA SAGRADA: nova versão internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Dicionário Contemporâneo de Português**. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. Dimensões da palavra. **Filologia e lingüística portuguesa**, São Paulo, n. 2, p. 81-118, 1998. Disponível em:
<<http://www.fflch.usp.br/dlcvl/port/flp/images/arquivos/FLP2/Biderman1998.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2011.

BOLÉO, Manuel de Paiva. **Estudos de linguística portuguesa e românica**. Volume I: Dialectologia e história da língua. Tomo I. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1974. (Acta Universitatis Conimbrigensis).

_____. **Estudos de linguística portuguesa e românica**. Volume I: Dialectologia e história da língua. Tomo II. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1975. (Acta Universitatis Conimbrigensis).

_____. (Org.). **Inquérito lingüístico**: questionário. 3. ed. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1978.

BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário de usos do Português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 7. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

BRANDÃO, Sílvia F. **A geografia lingüística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

BRITO, Filomena. INQUÉRITO LINGÜÍSTICO. [s.d.]. Disponível em:
<http://www1.ci.uc.pt/illp/salas/index1.html>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A escrita da história**: novas perspectivas (Org.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 7-37.

CALDAS AULETE, Francisco Júlio. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. Língua e cultura. **Revista Letras**, Curitiba, vol. 4, p. 51-59. 1955. Disponível em:
<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/view/20046/13227>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

CARDOSO, Suzana A. M. (Coord.). **Caminhos e perspectivas para a Geolingüística no Brasil**. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Instituto de Letras, 1996.

CARDOSO, Suzana A. M. Apresentação. In: AGUILERA, V. de A. **A geolingüística no Brasil**: caminhos e perspectivas. Londrina: Editora da UEL, 1998.

_____. Dialectologia e ensino-aprendizagem da língua materna. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). **Documentos 2**: projeto atlas lingüístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006. p. 97-107.

CARUSO, Pedro. **Atlas linguístico do Estado de São Paulo**: questionário. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia/UNESP/Prefeitura Municipal de Assis, 1983.

CARVALHO, Maria Teresa Nastro de. **Olhares sobre o ano de 1968 nas lentes das revistas O Cruzeiro e Flama**: uma abordagem da Análise do Discurso. 2008. 211 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

_____. A traição e o sexo como um recorte para uma análise do discurso, a partir da pesquisa geolinguística. In: SANTOS, Irenilde Pereira dos; CRISTIANINI, Adriana C. (Orgs.). **Sociogeolinguística em questão**: reflexões e análises. São Paulo: Paulistana, 2012. p. 129-145.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1972.

CASSIRER, Ernest. A palavra mágica. In: _____. **Linguagem e mito**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 63-79.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CERTEAU, Michel de. Fazer história. In: _____. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 31-119.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. **La dialectologia**. Madrid: Visor Libros, 1994.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas linguístico do Brasil**: questionários. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2001.

COSERIU, E. **Lições de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

_____. A geografia lingüística. In: _____. **O homem e sua linguagem**. Rio de Janeiro: Presença/São Paulo, Universidade de São Paulo, 1982. p.79-116.

COURTINE, Jean-Jacques. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Orgs.). **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p.11-19.

_____. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009. 99-121.

CRISTIANINI, Adriana Cristina. **Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC**. 2007. 3 v. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

_____. O item lexical “chuva de granizo” e suas variações: a norma registrada no Atlas Semântico-Lexical da Região do Grande ABC. In: COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA, 8, Bragança, 2009. **Anais...** Bragança, 2009. p. 19-28.

_____. Sociogeolinguística: uma abordagem para o estudo do léxico. In: SANTOS, Irenilde Pereira dos; CRISTIANINI, Adriana C. (Orgs.). **Sociogeolinguística em questão**: reflexões e análises. São Paulo: Paulistana, 2012. p. 21-32.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, vol. 1.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas, Pontes, 1999. p. 23-37.

DEFINIÇÕES DE CARTOGRAFIA (TEXTO 1) . Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/textos/texto_1.htm. Acesso em: 19 maio 2011.

DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA. Porto Alegre: Editora Globo, 1981.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

ENCARNAÇÃO, Márcia Regina Teixeira da. **Atlas semântico-lexical de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba - municípios do Litoral Norte de São Paulo**. 2010. 723 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In: PRETI, Dino (Org.). **Estudos de língua falada**: variações e confrontos. 2. ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1999.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Os sujeitos e os discursos na história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves et al. (Orgs.). **Sujeito, identidade e memória**. Uberlândia: EDUFU, 2004. p.111-122.

_____. **O coronel e o lobisomem**: uma abordagem sócio-interacional. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana A.C. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FERREIRA, C. et al. **Atlas lingüístico do Sergipe**. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Fundação Estadual de Cultura do Sergipe, 1987.

FERREIRA, Manuela Barros. Língua e património: a palavra como lugar de onde se vê o mundo. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). **Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português**: Brasil – Portugal. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008. p. 289-311.

FLOWERS, Charles; MILLER, Stephen M.; ROBINSON, Thomas L. **Quem é quem na Bíblia**. Rio de Janeiro: Reader's Digest, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUILLOUX, Danielle et al. **Dicionário cultural da Bíblia**. São Paulo: Loyola, 1998.

GARCIA, Fernanda Sanchez et al. **Arquitetura em madeira**: uma tradição paranaense. Curitiba: Scientia et Labor, 1987. Disponível em: <http://www.lambrequim.net/textos.php?textos06>. Acesso em: 02 out. 2012.

GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (Orgs.). **Sociolingüística interacional**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 13-20.

GONÇALVES, Clézio Roberto. **Uma abordagem sociolingüística do uso das formas você, ocê e cê no português**. 2008. 349 f. il. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, M. do R. V.; BARONAS, Roberto (Org.). **Análise do Discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos: Claraluz, 2001. p. 60-78.

_____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

_____. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 155-168.

_____. J.-J. Courtine e as metamorfoses da Análise do Discurso: novos objetos, novos olhares. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Orgs.). **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p.21-36.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 3. ed. Campinas: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Selma Sueli Santos. **A intertextualidade em Clarice Lispector**: uma visão contemporânea da narrativa bíblica. 118 f. Dissertação (mestrado). Uberlândia: Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

_____. Geolinguística e Análise do Discurso: possibilidades de recorrências. In: VII Congresso Internacional da ABRALIN, 2011, Curitiba. **Anais** eletrônicos do VII Congresso Internacional da ABRALIN. Curitiba: Contexto, 2011. p. 3977-3989.

_____. Chuvisqueiro, chuva fina, garoa ou neblina. In: SANTOS, Irenilde Pereira dos; CRISTIANINI, Adriana C. (Orgs.). **Sociogeolinguística em questão**: reflexões e análises. São Paulo: Paulistana, 2012. p. 67-88.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

_____. Cultural identity and diaspora. In: RUTHEFORD, J. (Org.). Identity. Londres: Lawrence & Wishart, 1990.

HJOBRAIL. Disponível em:
<<http://www.hjobrasil.com/ordem.asp?secao=44&categoria=752&subcategoria=1555&id=5295>>.
Acesso em: 02 out. 2012.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1 CD ROM, 2009.

IORDAN, I. **Introdução à linguística românica**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1962.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Os atlas regionais brasileiros publicados e em curso: percursos metodológicos. In: MOTA, Jacyra Andrade ; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). **Documentos 2** : projeto atlas lingüístico do Brasil. Salvador : Quarteto, 2006. p. 67-94.

JÚNIOR, Raimundo Magalhães. **Dicionário de provérbios, locuções, curiosidades verbais, frases feitas, etimologias pitorescas, citações**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1964.

LE BRETON, D. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Petrópolis: Vozes, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Elementos de lingüística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Análise da conversação**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007. (Princípios, 82).

MICHAELIS: Moderno dicionário da língua portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 28 out. 2012.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Sobre a dialectologia no Brasil. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). **Documentos 2: projeto atlas lingüístico do Brasil**. Salvador : Quarteto, 2006. p. 15-26.

MOTA, Pedro Teixeira da. **Da Via Láctea**. Disponível em: <<http://fundacaomaitreya.com/cronica.php?ida=528>>. Acesso em: 29 out. 2012.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. **Dicionário enciclopédico de astronomia e astronáutica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

_____. **Bases para a elaboração de um Atlas Lingüístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Casa Rui Barbosa, 1958.

NOGUEIRA, Albana Xavier; ISQUERDO, Aparecida Negri. Atlas lingüístico de Mato Grosso do Sul: gênese e trajetória. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer**. Londrina: EDUEL, 2005. p. 229-250.

NUNES, José Horta. Lexicologia e Lexicografia. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mônica (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase**. Campinas: Pontes, 2006. p. 147-165.

OLIVEIRA, Ana Maria P. P. de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). **As ciências do léxico**. 2. ed. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Maio de 68: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-71.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001a.

_____. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001b.

PAGLIARO, Antonio. **A vida do sinal: ensaios sobre a língua e outros símbolos**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PAIVA, Jorge O'Grady. **Dicionário de astronomia e astronáutica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial, 1979.

PATTERSON, Dorothy Kelley. Isaías 43. 1-7, nota. In: A BÍBLIA da Mulher: leitura, devocional, estudo. São Paulo: Mundo Cristão, 2003. p. 901.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Leitura e memória: projeto de pesquisa. In: _____. **Análise de Discurso**. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 141-150.

POSSENTI, Sírío. Sobre as noções de sentido e de efeito de sentido. **Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP**, Marília, v. 6, n. 2, p. 1-11, 1977.

RASTIER, F. **Sémantique interprétative**. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

RASKY A.; LIMA, A.; OLIVEIRA, M. Atlas linguísticos: contribuição para o ensino básico. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). **Documentos 2**: projeto atlas lingüístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006. p. 109-126.

RIBEIRO, João. **Frases feitas**: estudo conjectural de locuções, ditados e provérbios. 3. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de letras, 2009. Coleção Antônio de Moraes Silva. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/antigo/media/Frases feitas - João Ribeiro -PARA INTERNET.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

RIJO, Maria José. **Rezas e benzeduras**: conversas soltas. Elvas: Jornal Linhas de Elvas, 2000. Informação disponível em: <<http://paula-travelho.blogs.sapo.pt/tag/beneduras>>. Acesso em: 06 nov. 2012.

RODRIGUES, C. V. Atlas Prévio do Espírito Santo (APES): primeiras notícias. In: AGUILERA, V. de A. **A Geolingüística no Brasil**: trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: EDUEL, 2005. p. 319-332.

ROHLFS, G. **Estúdios sobre el léxico românico**. ed. conj. rev. e aum. Reelaboração parcial e notas Manuel Alvar. Madri: Gredos, 1979.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Formação discursiva e movimentos do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia. In: BARONAS, Roberto Leiser. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p.143-154.

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. **Atlas prévio dos falares baianos**. Rio de Janeiro: MEC-Instituto Nacional do Livro, 1963.

SANTOS, Irenilde Pereira dos. A variação lingüística e os mecanismos de prestígio e discriminação social. In: ZAMBONIM, D. J.; GREGOLIN, Maria do Rosário F. V. (Orgs.). **Perspectivas em sociolingüística**. Araraquara: UNESP, 1990.

_____. Considerações sobre um atlas lingüístico da cidade de São Paulo. In: AGUILERA, V. de A. (Org.). **Diversidade fonética no Brasil**. Londrina: Editora EDUEL, 1997.

_____. A fala da comunidade do Jardim São Francisco: análise de alguns aspectos lingüísticos. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.) **A Geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas**. Londrina: EDUEL, 1998, p. 177-187.

_____. Proposta de análise das designações de estrela cadente em atlas lingüísticos brasileiros. In: 27º Seminário do Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná, 2005. **CD Rom - Trabalhos do CELLIP**, 2005.

_____. Análise do aspecto semântico-lexical em cinco atlas linguísticos regionais brasileiros. In: CUNHA, Cláudia de Souza (Org.). **Estudos geo-sociolingüísticos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. p. 83-97.

_____. Memória coletiva, geolingüística e relações textuais-discursivas. Uberlândia: UFU, 2008. Mimeografado. Apresentado originalmente no **III SEMAD _ Seminário de Análise do Discurso na Universidade Federal de Uberlândia**, 2008a. p. 1-10.

_____. Atlas linguísticos brasileiros e atividade discursiva: contribuições ao ensino da língua portuguesa. In: COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA, 7, Bragança, 2008. **Actas/Anais**. Bragança, 2008b. p. 131-138.

_____. A fala de habitantes nascidos na cidade de São Paulo, de 66 anos em diante: abordagem sociogeolingüística do léxico. In: 11º CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA – UERJ, 2007, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF**, v. XI, 2009.

_____. A variação lexical em atlas linguísticos paulistas: considerações em torno de “chuva”. In: SILEL. Uberlândia, 2011. **Anais...** CD-Rom. Uberlândia: UFU, 2011. v. 2.

_____. Sociolingüística e interação face a face: diálogo possível. In: SANTOS, Irenilde Pereira dos; CRISTIANINI, Adriana C. (Orgs.). **Sociogeolingüística em questão: reflexões e análises**. São Paulo: Paulistana, 2012. p. 33-50.

SANTOS, Irenilde Pereira dos; CRISTIANINI, Adriana C. Apresentação. In: SANTOS, Irenilde Pereira dos; CRISTIANINI, Adriana C. (Orgs.). **Sociogeolingüística em questão: reflexões e análises**. São Paulo: Paulistana, 2012. p. 15-19.

SARAMAGO, João António das Pedras; GONÇALVES, José Bettencourt. Açorianismos. In: ISQUERDO, Aparecida Negri. (Org.). **Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português**: Brasil – Portugal. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008. p. 273-287.

_____. Palavras, leva-as o vento: uma análise lexical. In: RAMOS, Conceição de Maria da Araújo et al. (Ed.). **Pelos caminhos da Dialectologia e Sociolinguística**: entrelaçando saberes e vidas. Homenagem a Socorro Aragão. São Luís: EDUFMA, 2010, p. 139-148.

_____. Prefácio. In: SANTOS, Irenilde Pereira dos; CRISTIANINI, Adriana C. (Orgs.). **Sociogeolinguística em questão**: reflexões e análises. São Paulo: Paulistana, 2012. p. 5-12.

SARGENTINI, Vanice. As relações entre a Análise do Discurso e a história. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina (Orgs.). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Antonio de Moraes. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. 10. ed. rev. e aum. por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado. Lisboa: Editorial Confluência, 1951. vol. III.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVA NETO, Serafim da. **Guia para estudos dialetológicos**. Belém: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1957.

SILVEIRA, Roseli. **Estudo sociogeolinguístico do município de Iguape**: aspectos semânticos-lexicais. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática, 2000.

SOARES, Rita de Cássia da Silva; CAVALCANTE, Marcelo Cesar. Variação linguística e interação discursiva: um encontro possível. In: SANTOS, Irenilde Pereira dos; CRISTIANINI, Adriana C. (Orgs.). **Sociogeolinguística em questão**: reflexões e análises. São Paulo: Paulistana, 2012. p. 51-65.

SPALDING, Tassilo Orpheu. **Dicionário da mitologia Greco-latina**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965.

TAKANO, Yuko. O item lexical “corno” e suas variações no Atlas Linguístico da Paraíba: uma proposta de estudo semântico-lexical. In: SANTOS, Irenilde Pereira dos;

CRISTIANINI, Adriana C. (Orgs.). **Sociogeolinguística em questão**: reflexões e análises. São Paulo: Paulistana, 2012. p. 107-128.

THEOPHILO, Francisco. **Coincidências da Via Láctea**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

VEYNE, Paul. Só há *a priori* histórico. In: _____. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 41-65.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 7-73.

ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio et al. **Esboço de um Atlas linguístico de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

ZILLES, Urbano. **Significação dos símbolos cristãos**. 6. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.